

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO/PROPEG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARIA DULCILÉA BEZERRA CHAVES

**MARCAS DE UM DISCURSO E MANIFESTAÇÕES IMPRESSAS SOBRE
ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL NAS PUBLICAÇÕES DA RBEP –
(1944 A 1946)**

**RIO BRANCO-ACRE
2016**

MARIA DULCILÉA BEZERRA CHAVES

**MARCAS DE UM DISCURSO E MANIFESTAÇÕES IMPRESSAS SOBRE
ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL NAS PUBLICAÇÕES DA RBEP –
(1944 A 1946)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Políticas e Gestão Educacional

Orientador: Professora Dra. Andréa Maria Lopes Dantas.

**RIO BRANCO-ACRE
2016**

MARIA DULCILÉA BEZERRA CHAVES

**MARCAS DE UM DISCURSO E MANIFESTAÇÕES IMPRESSAS SOBRE
ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL NAS PUBLICAÇÕES DA RBEP –
(1944 A 1946)**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação *Stricto-Sensu* da Universidade Federal do Acre como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Andréa Maria Lopes Dantas
Orientadora – Universidade Federal do Acre (Ufac)

Profa. Dra. Elisabete Carvalho de Melo
Examinadora Externa – Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e
Identidade/Universidade Federal do Acre (Ufac)

Prof. Dr. Mark Clark Assen de Carvalho
Examinador – Universidade Federal do Acre (Ufac)

Aprovado em: ___/___/___

Em Memória do meu primeiro amor, minha querida mãe, Darci Bezerra Chaves, mulher guerreira que com sua grande sabedoria, foi meu maior apoio, minha grande incentivadora e companheira de todas as horas. Seus ensinamentos serão perpetuados por toda uma vida. Saudade Eterna!

AGRADECIMENTOS

A caminhada até aqui é fruto de muitas contribuições, das quais sou e serei eternamente grata. Concluir o Mestrado em Educação foi um grande desafio, que não poderia ter sido vencido se não fosse os muito apoiadores ao longo desta trajetória.

Ao meu Senhor e salvador Jesus Cristo pelas bênçãos e misericórdia derramada sobre minha vida.

À minha orientadora, Professora Dra. Andréa Maria Lopes Dantas, por não desistir de mim, ter me incentivado, ajudado e orientado de forma carinhosa.

A todos os professores do Mestrado em Educação pelas contribuições teórico/metodológica a partir das disciplinas ministradas. À banca examinadora, nas pessoas da Professora Dra. Elisabete Carvalho de Melo e do Professor Dr. Mark Clark Assen de Carvalho, pelas ricas e valiosas contribuições a este trabalho.

Aos meus presentes de Deus: Antônio de Moura — esposo, companheiro, amigo e confidente — pelo incentivo e paciência nas horas de tribulação e o meu querido filho, Erik Chaves de Moura, pela ajuda diária e o privilégio de ser sua mãe.

Às minhas irmãs, em especial a Dulcileide Chaves, pelo apoio que me ajudou a continuar esta jornada na hora em que em estávamos em luto.

Aos colegas que juntos compartilhamos e vencemos o desafio de concluir o Mestrado em Educação, especialmente a Mirian Souza da Silva e a Natharça Manguieira de Sousa, parceiras e apoiadoras durante todos os momentos de dificuldade do curso. Do coleguismo, nasceu uma bonita amizade.

Ao amigo e Professor Dr. Pelegrino Verçosa, pela ajuda no início do curso, por ter tido a bondade de revisar artigos que precisei submeter à comunicação oral durante o Mestrado em Educação.

À Eny Valente de Souza, diretora da Escola Vovó Mocinha, pelo incentivo, amizade e, principalmente, por ter oportunizado minha liberação física da escola em um horário de trabalho. É um privilégio trabalhar com uma gestora que apoia o crescimento de cada indivíduo, por entender que este crescimento será compartilhado mais à frente.

Ao amigo mais que irmão, Maicon Cordeiro de Sá, pelo apoio e as constantes correções dos quadros de referência presentes nesta dissertação.

RESUMO

O presente estudo busca identificar como as questões relativas à educação nacional são apresentadas na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), no período compreendido entre 1944 a 1946. A pesquisa é de base historiográfica, tendo como fonte privilegiada de análise a RBEP, para a realização da análise agregou-se estudos produzidas por pesquisadores na área da educação, entre eles: Dantas (1997 e 2001), Saviani (2008), Catani (1997), entre outros. A metodologia escolhida para o desenvolvimento deste trabalho foi à análise aos números da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP*, de nº 1 a 25, editadas de 1944 a 1946, na Gestão de Lourenço Filho, tendo sido a seção *Ideias e Debates* privilegiada na análise, admitindo-se, no entanto consulta a outras seções da revista. O texto tece considerações iniciais sobre a relevância do estudo e os caminhos percorridos. Intenciona-se compreender quais as concepções apresentada por Lourenço Filho e autores a partir da seção *Ideias e Debates* sobre educação. Discorre-se acerca das concepções presente na RBEP que embasaram a organização da educação brasileira na década de 1940, a fim de compreender os pressupostos teóricos que fundamentaram a educação brasileira neste período. Analisa-se como fora pensada e organizado a educação nacional no período e a prioridade dada a cada nível de ensino. Por fim, apontam-se algumas implicações sobre qual a relevância da RBEP no discurso referente às questões educacionais brasileiras no período de 1944 a 1946.

Palavras-chave: Educação brasileira na década de 1940. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Política. Organização da Educação.

ABSTRACT

This research tries to identify how questions relating to national education were presented in the *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (Brazilian Journal of Pedagogical Studies) in the period between 1944 and 1946. The research is historiographical basis, as an important source of analysis the Brazilian Journal of Pedagogical Studies (RBEP), for the analysis of the realization added -If produced STUDIES IN Researchers in the field of education , including : Dantas (1997 e 2001), Saviani (2008), Catani (1997) and others. The methodology chosen for the development of this work was to analyze the figures of the Brazilian Journal of Pedagogical Studies - RBEP of 1 to 25, edited from 1944 to 1946 , in Lawrence Son of Management and was the Ideas section and privileged Debates in review , admitting , however consultation with other sections of the journal

. The ideas and Section Debates out privileged in the analysis, assuming , however consultation with other sections of the journal. The text weaves initial considerations on the relevance of the study and the paths taken

Intends to understand what the conceptions by Lourenço Filho and other authors from the section *Ideias e Debates* about the Brazilian education. This paper discusses the importance of the concepts addressed in RBEP and how collaborated in the organization of Brazilian education in the 1940's. Analyzes and outside thought and organized national education in the period and the priority given to each level of education. Finally, pointed out some implications for the relevance of RBEP the discourse related to the Brazilian educational issues in the 1944 to 1946 period.

Keywords: Brazilian education in the 1940's. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Politics. Education Organization.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I: EDITORIAIS DA RBEP (1944 A 1946)	24
QUADRO II: TEMAS PUBLICADOS NA SEÇÃO IDEIAS E DEBATE (1944 A 1946)	47
QUADRO III: INSTITUIÇÃO DE ORIGEM DOS AUTORES QUE PUBLICARAM NA SEÇÃO IDEIAS E DEBATES (1944 A 1946)	49
QUADRO IV: AUTORES COM MAIOR NÚMERO DE TRABALHOS PUBLICADOS NA SEÇÃO IDEIAS E DEBATES ENTRE 1944 E 1946.....	51
QUADRO V: FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS – SUBTEMAS	65
QUADRO VI: ARTIGO DE BASE DEWEYANA	69
QUADRO VII: VARIAÇÃO DO NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES	76
QUADRO VIII: ARTIGOS SOBRE ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	77
QUADRO IX: CURSOS SECUNDÁRIOS OFERECIDOS NAS UNIDADES FEDERATIVAS EM 1945	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

CF – Constituição Federal

CNE – Conselho Nacional de Educação

FUNDEB – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MES – Ministério da Educação e Saúde

MESP – Ministério da Educação e Saúde Pública

RBEP – *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*

SEES – Secretaria de Estatística de Educação e Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
1. OS EDITORIAIS, A SEÇÃO IDEIAS E DEBATES E A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL	21
1.1 Os Editoriais e a ‘nova’ ordem para a educação nacional.....	23
1.2 A seção <i>Ideias e Debates</i> : os elementos para pensar a educação nacional.....	41
CAPÍTULO II	
2. A PESQUISA E A ESTATÍSTICA, A FILOSOFIA E PSICOLOGIA NA BASE DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	53
2.1 Pesquisa Educacional e Estatística – Instrumentos privilegiados como tradução da realidade	53
2.2 A Pedagogia à luz dos Fundamentos Psicológicos.....	58
2.3 Filosofia Educacional: a influência estrangeira	67
CAPÍTULO III	
3. CONCRETIZAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ANUNCIADAS PELA RBEP	70
3.1 O ensino primário: Entre ideário e realizações - avanços e recuos	78
3.2 O ensino Secundário: A dualidade entre o Ensino Técnico Profissionalizante e o Secundário Clássico	88
3.3 Educação Física e Educação Higiênica/ Sanitária.....	92
3.4 Orientação Educacional e Profissional, Seleção Profissional e Ensino Vocacional ...	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	106
ANEXOS	112

INTRODUÇÃO

A construção de um trabalho de pesquisa tem, a seu modo, um caminho singular que se inicia com uma definição ampla daquilo que se irá estudar. O percurso admitido pelo pesquisador finda por modelar aquilo que finalmente será analisado. Assim é que, este trabalho, em um primeiro movimento buscou identificar como as questões educacionais eram tratadas nos anos iniciais da república brasileira.

O primeiro movimento definidor daquilo que se iria estudar foi determinado pelo trabalho desenvolvido na disciplina ‘Educação Brasileira’, ministrada pelos professores Mark Clark Assen de Carvalho e Andréa Maria Lopes Dantas, no Mestrado em Educação. A forma como as questões educacionais relativas ao período histórico das décadas 1920 a 1950 foram tratadas, contribuíram decisivamente na admissão de buscar compreender o processo de organização da educação brasileira.

O percurso, anteriormente admitido, na perspectiva de pesquisar sobre “Gestão Escolar: entre o pensado e o idealizado na prática escolar”, acabou sucumbindo pelo forte e amplo desejo de conhecer com maior propriedade as questões educacionais a partir da historiografia.

A amplitude dessa definição inicial remetia, de imediato, aos movimentos reformadores iniciados pelos intelectuais que ocupavam a cena educacional e política nos anos de 1920, a constituição da Associação Brasileira de Educação (ABE), a organização dos serviços de educação em nível federal, as teses escolanovistas, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, a instituição do Ministério da Educação, os protocolos de institucionalização da escola pública brasileira assim como todas as vozes que se fizeram presentes na cena política e educacional no início do período republicano.

A partir da leitura da produção historiográfica da educação brasileira, relativamente aos anos iniciais da República e a institucionalização da escola pública no Brasil, dentre tantas possibilidades de análise, uma delas se apresentou de pronto: através da leitura de um periódico específico da área educacional, identificar como as questões relativas à organização da educação no Brasil foram tratadas e postas em circulação.

Nesse sentido, realizar pesquisa historiográfica a partir de um periódico educacional, aliado ao desejo de conhecer mais sobre a história da educação, juntou-se ao fato de que minha orientadora — professora Andréa Maria Lopes Dantas — tem amplo conhecimento da

historiografia, aspecto que, sinalizou com a possibilidade de que é possível compreender o contexto educacional em um dado momento histórico a partir de uma revista especializada em educação.

Sobre a fertilidade do trabalho com revistas especializadas em educação Catani (1996) afirma que esses materiais:

(...) constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem no espaço profissional (CATANI, 1997, p. 117).

Portanto, analisar uma revista de destinação pedagógica se justifica na admissão de que esta é fonte singular para identificação dos discursos produzidos em um determinado período de tempo, além de permitir revelar, através da análise desses discursos, como estavam sendo pensadas, discutidas, problematizadas e postas a circular as temáticas educacionais.

O movimento sequente a tal determinação foi o de definir o recorte temporal que o estudo compreenderia e, a partir desse movimento, eleger o periódico a ser analisado, tendo como elemento central a ideia que deu início à pesquisa, qual seja, a de buscar identificar como as questões educacionais foram tratadas no período inicial da república brasileira.

No período compreendido entre a Proclamação da República e o governo de Getúlio Vargas, os periódicos de destinação pedagógica, publicados pelas Diretorias de Instrução Públicas¹ nos estados brasileiros eram inúmeros, entre os quais se destacam nacionalmente, segundo Dantas (2001), a série ‘Boletim da Educação Pública, Subsídios e Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos’. No Estado de São Paulo, Spíndola e David (2014) destacam os periódicos: Educação em Revista (1930) e a Revista Educação (1930), posteriormente denominada de Revista Escola Nova (1931). Através de Revistas e Jornais (1930) e em Minas Gerais, destaca-se a “Revista do Ensino”, entre outros.

¹ A denominação Diretorias de Instrução Pública, surge pela primeira vez em 1827. Posterior passa a denominar-se Agência Geral da Instrução Pública (1859-1860); Inspeção Geral de Instrução Pública (1871-1891). A época foram criados pela lei nº 435, de outubro de 1848, os cargos de diretor geral e vice-diretor da instrução pública, os ocupantes desses cargos tinham como atribuições inspecionar aulas e estabelecimentos de instrução, estabelecer normas para a melhoria do ensino, além de elaborar relatórios detalhados sobre a situação da instrução pública, que eram apresentados ao presidente da província. Nas décadas de 1920 – 1930, as Diretorias de Instrução Pública, se revestem de importância política ao serem responsáveis por edições de periódicos educacionais de ‘cunho escolanovistas’, intencionando o acompanhamento e a condução de estratégias no que concerne aos debates sobre educação pública. Na década de 1940, surge nova denominação, estendendo-se aos dias atuais – Secretarias de Educação.

Nesses periódicos eram discutidos assuntos relativos a métodos de ensino, atos e fatos relativos à educação nos Estados, indicação de procedimentos didáticos para a realização do trabalho docente, como também, os princípios e a organização da educação nacional, sempre perspectivados pela ideia de que estes são balizados pela ‘moderna pedagogia’.

Diante de materiais tão férteis, surgiu o problema em selecionar o periódico que seria objeto da pesquisa. A análise da escolha levou em consideração fatores relativos à amplitude da pesquisa. Então, buscou-se um material de circulação nacional, já que a intenção inicial da pesquisa era a de elucidar como a educação nacional estava sendo tratada e o modo como às discussões da área eram apresentadas aos leitores.

Dentre os periódicos em circulação nos anos de 1940, um deles se reveste de importância por sua condição singular: a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP). Essa publicação passou então a se constituir em elemento central da análise pretendida, por suas características editoriais, forma de divulgação, conteúdo programático e, sobretudo por ser publicado pelo órgão de assessoria técnica do Ministério da Educação, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Reordenava-se com isso a questão inicial da pesquisa, ficando definido que se buscava identificar como a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) organizou e pôs a circular diversos temas sobre a educação nacional.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) foi criado no ano de 1938 através do Decreto-Lei nº 580, subordinava-se diretamente ao Ministério da Educação e Saúde constituindo-se, por força de lei, “(...) como o centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde”. (BRASIL, 1938).

Suas competências são determinadas no mesmo documento e revelam a amplitude da ação pensada para aquele órgão. De acordo com o texto do Decreto-Lei nº 580/38, são elas:

- a) organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas;
- b) manter intercâmbio, em matéria de pedagogia, com as instituições educacionais do país e do estrangeiro;
- c) promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos;
- d) promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional;
- e) prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos;
- f) divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas. (BRASIL, 1938).

A ideia de divulgar os conhecimentos relativos à teoria e a prática pedagógica presentes nas competências do INEP é reveladora de um traço que vai marcar a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* e que está determinado em sua gênese, ao considerar ser a função do periódico a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria de educação.

Admitindo a longevidade desse periódico — primeiro número publicado foi 1944, sendo editada até os dias atuais — era necessário um recorte temporal que permitisse a realização do estudo. O primeiro movimento na definição desse recorte foi o de identificar o caminho percorrido pela revista entre sua primeira publicação até os dias atuais. Este movimento revelou que a linha editorial da RBEP era profundamente marcada pelas ideias daquele que se constituía em editor da mesma, o diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

Mantido esse elemento, optou-se por analisar alguns números da RBEP publicados no período em que Lourenço Filho esteve à frente do INEP (1938 a 1946). Dentre as possibilidades de análise que um periódico de circulação nacional apresenta, o movimento seguinte foi o de definir a seção da Revista que seria privilegiada no estudo.

Dantas (2001) ao tratar da constituição da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, aponta que:

(...) na sua forma final, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* apresentava seções e subseções que prestavam ao leitor variadas informações acerca das questões entendidas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos como fundamentais para o debate educacional. Eram essas informações distribuídas na *Revista*, nas seções, 'Editorial', 'ideias e Debates', 'Documentação', 'Vida Educacional', 'Orientação Pedagógica' e 'Atos Oficiais'. (DANTAS, 2001, p.179).

As riquezas de informações que as seções RBEP apresenta ao seu leitor são inúmeras. Através da leitura desse material é possível identificar os temas que estão a ocupar a cena educacional brasileira e o modo como tais assuntos são manifestados. Além disso, permitem observar elementos daquilo que se constitui a vocação declarada da revista: "Formar uma esclarecida mentalidade pública em matéria de educação". Assim é que é possível determinar as principais características de cada seção, revelando a fertilidade do material ao mesmo tempo em que permite ao pesquisador, definir, qual dessas seções privilegiará, em sua análise.

Criada para cumprir um propósito institucional de divulgação e esclarecimento, sobre o que vinha sendo produzido, discutido e analisado em matéria de educação no Brasil e

exterior, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* contribuiu para divulgar os atos oficiais realizados na área da educação, como também, as concepções dos intelectuais que nela publicaram, no período aqui estudado – 1944 a 1946.

O presente estudo procura resposta para o seguinte problema: Como as questões relativas à educação nacional são apresentadas na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), no período compreendido entre 1944 a 1946.

Tem-se como objetivo geral buscar identificar como as questões relativas à educação nacional eram apresentadas aos leitores dentro da RBEP, bem como quais foram os assuntos privilegiados na revista no período compreendido entre 1944 a 1946.

Como objetivos específicos procura-se compreender o propósito e estrutura da RBEP, observando a presença do editor e diretor da revista, além dos demais autores que nela publicaram no período recortado para análise e que contribuíram para a organização da educação brasileira na década de 1940. Busca-se ainda demonstrar como a revista trata as questões relativas à educação escolar e a prioridade — ou a falta dela — dada a cada nível de ensino.

Metodologicamente, optou-se pela análise dos números da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos publicados, no período de 1944 a 1946, em que Lourenço Filho esteve à frente do INEP. Esta escolha deveu-se ao fato de que este periódico se constitui em um dos principais meios de difusão do conhecimento produzido na área da educação durante a década de 1940, além do que era o veículo oficial de divulgação dos feitos que vinham sendo realizados em educação pelo governo brasileiro.

No período estudado foram publicadas vinte e cinco edições da RBEP, organizadas em nove volumes. Os volumes de I até VII compreendem três edições cada um, enquanto os volumes VIII e IX se completam cada um com duas edições da revista. As páginas da Revista encontram-se numeradas em ordem crescente, que se encerra ao completar um volume. Ao final de cada volume é publicado o índice geral daquele grupo de revistas que o compõem. Foi realizado o levantamento da estrutura da RBEP, constatando-se que a mesma está organizada com por meio das seções: Editorial; Ideias e Debates; Documentação; Vida Educacional e Atos Oficiais.

(...)

Ideias e Debates – seção em que eram publicados os textos principais da *Revista*: artigos, transcrições de artigos publicados no exterior e, eventualmente, discursos de autoridades.

Documentação – parte destinada à publicação de relatórios de pesquisa, exposições de motivos, discursos, relatórios ou conclusões de congressos; dados estatísticos, exposições sobre a administração e organização escolar nacional e estrangeira

Vida Educacional – esta seção era composta por:

Educação brasileira: boletim mensal, que relatava os “fatos” de acordo com as informações recebidas pelo INEP, que mantinha uma seção de Documentação e Intercâmbio; Informação do estrangeiro

Por meio de Revistas e jornais: destinada a transcrição de pequenos artigos publicados em jornais e *Revistas*.

Atos oficiais: reprodução dos atos mais importantes, concernentes à educação, já publicados nos diários oficiais da administração federal e estadual. (DANTAS, 1997, p. 8).

A seção *Ideias e Debates*, foi privilegiada na análise, admitindo-se, no entanto, a consulta a outras sessões da revista, como os editoriais, documentação ou orientação pedagógica, sempre que se fizer necessário maior esclarecimento sobre proposições não clarificadas dentro da seção *Ideias e Debates*.

Foi realizado levantamento dos 137 artigos presentes na seção selecionada, sendo possível identificar os assuntos relevantes em matéria de educação abordados dentro desta seção. A etapa seguinte foi classificá-los a partir das temáticas comuns. Para tal classificação utilizou-se o catálogo da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (1952).

Em seguida, os artigos foram agrupados por temas. Assim, artigos que abordavam questões sobre diagnósticos psicológicos, comportamento das crianças, aptidões, entre outros, foram classificados como pertencentes a “fundamentos psicológicos da educação”, sendo possível com a classificação visualizar quais os assuntos de maior relevância foram publicados na revista no período em estudo.

Foi realizado levantamento temático dos intelectuais que tiveram seus artigos publicados na seção *Ideias e Debates* no período de 1944 a 1946, bem como, as instituições de origem.

A pesquisa revelou que as seções da RBEP se mantiveram quase que inalteradas, no período de 1944 a 1946; havendo esporadicamente a inclusão da seção *Orientação Pedagógica*, nas revistas de número sete (7), nove (9) e dezoito (18) e a exclusão da seção secundária *Bibliografia*, nas revistas de número vinte e um (21), vinte e dois (22), vinte e três (23), vinte e quatro (24) e vinte e cinco (25).

De acordo com Dantas (2001) pode-se dividir a RBEP em três seções: a primeira conta com o *Editorial e a seção Ideias e Debates*, com pronunciamentos, artigos com posições políticas, e estudos na área da educação; a segunda, representada pela seção *Vida Educacional*, dá ao leitor informações sobre fatos educacionais que vinham ocorrendo no país e no exterior, desde os decretos, resoluções e as notícias extraídas de revistas ou jornais em

matéria de educação. A terceira, representada pela seção *Documentação e Atos Oficiais*, expõe os decretos e leis advindos de conferências e dos atos da administração federal.

Posta a circular no ano de 1944, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), tem declarada sua importância no seu primeiro editorial, quando fica determinado que,

Já se fazia sentir, no entanto, entre estas, a falta de um periódico de cultura pedagógica para livre debate das grandes questões da educação nacional, esclarecimento oportuno das condições de seu desenvolvimento, e registro de suas progressivas conquistas. Assentada, desde algum tempo, a publicação desse órgão, pelo Ministro Gustavo Capanema, torna-se ela possível, agora, com a garantia de continuidade e pontualidade a desejar-se. Surge assim, no momento próprio, REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, para congregar os estudiosos na observação dos fatos educacionais, exame dos princípios e doutrinas, e cuidadosa análise das mais importantes questões de aplicação (RBEP, 1944b, p. 1).

O Ministro da Educação, Gustavo Capanema, também ressalta a relevância da revista, destacando a sua superioridade sobre os periódicos já existentes e elevando seu caráter, a veículo oficial, ligado ao Ministério da Educação e Saúde (MES)² quando este afirma:

A REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS não pretende ser apenas mais uma revista no rol, felizmente já numeroso, de nossas publicações periódicas educacionais. Apresenta-se como órgão oficial dos estudos e pesquisas pedagógicas do Ministério da Educação. Seu papel será reunir e divulgar, pôr em equação e em discussão não apenas os problemas gerais da pedagogia mas sobretudo os problemas pedagógicos especiais que se deparam na vida educacional do país. (CAPANEMA 1944, p. 3).

A afirmação do Ministro da Educação e Saúde reveste a *Revista* de relevância como uma ‘espécie de porta-voz’ dos assuntos sob a responsabilidade do Ministério, chancelando-a como um veículo de divulgação ‘oficial’ das intenções governamentais naquilo que importava à organização da educação brasileira.

Em tom mais moderado o diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos³, anuncia os propósitos da *Revista* e determina a sua real dimensão, de par com as finalidades do Instituto ao afirmar:

² O Ministério da Educação foi criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça.

³ Os *Editoriais*, ainda que não sejam assinados, serão aqui tomados como de autoria de Lourenço Filho Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP e Editor da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP.

Editada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, *REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS* não se destina a apresentar apenas o movimento desse órgão técnico: deverá desenvolver mais amplo programa, aberto como se vê, à colaboração dos especialistas de todo o país. (RBEP, 1944b, p. 6).

O desígnio dessa publicação ganha força quando Lourenço Filho anuncia aos leitores o seu propósito,

Com esse propósito é que se apresenta essa publicação, animada do sincero desejo de contribuir para a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria educacional; para dar reflexo às ideias do professorado brasileiro de todos os níveis e ramos do ensino; para registrar, enfim, os rumos da pedagogia brasileira na fase em que se encontra, de viva renovação e clara afirmação social (RBEP, 1944b, p. 5).

O jogo de palavras que descrevem, apresentam e determinam as funções e propósitos da *Revista*, que o Instituto está a publicar, sob a égide do Ministério da Educação e Saúde, vai preparando o leitor para não somente acompanhar o material que se está apresentando, como também, tomá-lo como referência; o modo como está se pretendendo articular as informações que passarão a compor a revista:

Aqui se registrarão, cada mês, resultados de trabalhos realizados, pelos diferentes órgãos do Ministério, dados estatísticos, os textos de lei e as decisões administrativas, de maior relevância. Não faltarão, também, sucintos estudos de aplicação, de modo a difundir normas de orientação pedagógica, que a prática tenha estabelecido como proveitosas e os princípios, da moderna didática, sancionem como legítimas. Apresentar-se-ão ainda, notas bibliográficas, informes sobre a vida educacional, nos Estados e no estrangeiro, e a transcrição de artigos da imprensa, quando dedicado, aos assuntos pedagógicos, do momento. (RBEP, 1944, p.5).

A partir da análise ao *Editorial* da RBEP é possível afirmar que se constitui a primeira seção da revista, sendo anunciados os elementos que presidem a ordenação interna da RBEP. São estes relativos a um tema específico a ser tratado posteriormente ou nas seções *Documentação ou Ideias e Debate*. Ainda que não sejam assinados, é possível admitir que esteve sobre a responsabilidade do diretor do INEP à época, Lourenço Filho

A seção *Ideias e Debates* se constitui na segunda seção da RBEP. Nesta, são publicados artigos de autores nacionais e estrangeiros que tratam de assuntos relativos à defesa da escola pública, democratização do ensino, desenvolvimento da pesquisa em educação, além de uma preocupação com a formação de professores, bem como, o constante interesse pela melhoria do ensino no país. A leitura desses artigos permite apontar, como

hipótese preliminar, que estes se constituíam em anunciadores das ‘diretrizes que embasariam as reformas empreendidas em educação no país’.

Nela também estão contidos artigos oriundos de conferências ou ainda de eventuais discursos de autoridade brasileira sobre educação, como afirma Dantas (2001), a seção “expressa as principais características, daquilo que se pode chamar de pensamento pedagógico acadêmico, a ser divulgado e discutido”.

Agrega-se aqui a indicação feita por Monarcha (1997), relativamente à coleção organizada e editada por Lourenço Filho em 1927, nomeada como Biblioteca Pedagógica⁴. De acordo com o autor, a coleção consistia, “(...) na publicação de tradução de títulos estrangeiros e originais de autores brasileiros, explicitando uma corrente de ideias então ascendentes, conhecida como Escola Nova”. (MONARCHA, 1997, p. 27).

A partir dessa indicação é possível considerar que o formato admitido para a seção *Ideias e Debates* foi testado anteriormente por Lourenço Filho em outra publicação também destinada a professores, a coleção “Biblioteca Pedagógica”. Esse movimento de Lourenço Filho pode ser verificado no percurso entre a apresentação do primeiro esboço da revista a ser publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a sua versão final, editada no ano de 1944.

Ainda que não seja intenção desta pesquisa fazer o cotejo entre os textos publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* e a estrutura tipográfica da coleção feita por Lourenço Filho, observou-se que a seção *Ideias e Debates*, criada nos moldes da coleção Biblioteca Pedagógica também contribuiu de forma salutar para pôr em circulação as ideias dos intelectuais defensores da Escola Nova. Tal determinação foi preponderante na eleição da seção que será privilegiada na análise aqui realizada, uma vez que a mesma dentro da RBEP é aquela onde melhor se visualiza as concepções dos intelectuais que escreveram no período de 1944 a 1946.

A seção *Documentação*, por sua vez, pode ser traduzida como ‘a concretude do que de fato ocorreu em termos reais em matéria de educação’. Encontram-se nesta seção, leis, atas de conferências, congressos, estudos estatísticos sobre o movimento geral do ensino, remuneração de professores, construções escolares, planos de ensino, entre outras informações relevantes, concretizadas pelos governantes, no âmbito federal, estadual e

⁴Cf. MONARCHA, Carlos. ‘Lourenço Filho e a Biblioteca de Educação (1927-1941)’ In Monarcha, Carlos (org.) Lourenço Filho: outros aspectos mesma obra. Campinas: Mercado das Letras UNESP. 1997.

municipal, como também, por órgãos de representação dos professores, como a Associação Brasileira de Educação (ABE).

Na seção *Vida Educacional* são publicadas informações relativas ao que ocorria no território federal. No interior dessa seção são publicados sob o título *Através de Revistas e Jornais*, espaço destinado à publicação de resenhas de livros e transcrição de matérias sobre educação publicadas em jornais e *Revistas*. Agrega-se a esta seção o título *Bibliografia*, espaço destinado à publicação de um rol de livros indicados para leitura.

A última seção, denominada de *Atos Oficiais*, é dedicada à publicação das decisões administrativas e dos fatos ocorridos nas esferas federal, estaduais e municipais.

De modo geral é possível admitir que a RBEP ao distribuir as informações sobre a educação nacional em suas seções em diversos formatos, permite ao leitor um acompanhamento, não apenas dos temas que estão na cena educacional, como também, que este acompanhe os acontecimentos nos estados e municípios.

Assim é que são postas a circular, sob a égide do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão de assessoria do Ministério da Educação e Saúde (MES), numerosas informações relativas à educação brasileira, formando uma rede de leitores que partilham a indicação de práticas que se referem à organização dos serviços de educação, a recomendação de leituras e, sobretudo, um modo de compreender a educação em seu caráter nacional.

Nesse sentido, é lícito admitir as formulações de Dantas (2001), quando esta aponta, referindo-se a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) que em suas “seções e subseções, a *Revista* prestava ao leitor, variadas informações acerca das questões entendidas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos como fundamentais para o debate educacional” (DANTAS, 2001, p. 179).

Para efeito de apresentação do estudo realizado foram organizados três capítulos. No primeiro, intenciona-se compreender quais as concepções apresentadas por Lourenço Filho sobre educação a partir dos editoriais, e juntado a outros autores a partir da seção *Ideias e Debates*, para tanto, procedeu-se levantamento dos intelectuais que tiveram seus artigos publicados na RBEP no período de 1944 a 1946, bem como, a quais instituições eram vinculados. Intenciona-se, ainda apresentar os assuntos relevantes em matéria de educação abordados pela revista, procurando compreender se o material conseguiu concretizar seu objetivo institucional de tornar-se um objeto capaz, de contribuir para uma “mentalidade esclarecida” em matéria de educação.

O segundo capítulo discorre acerca das concepções presente na RBEP, que embasaram a organização da educação brasileira na década de 1940, compreender os pressupostos teóricos que fundamentaram a educação brasileira neste período constitui-se em elemento revelador, para a compreensão, da tomada de decisões políticas, no caso em estudo, bem como, as decisões, em matéria de educação, na década de 1940. A pesquisa educacional aliada a estatística, assim como, as concepções, oriundas do campo da psicologia e da filosofia, ao que nos parece, alicerçaram o tom do discurso para a tomada de decisões, no que se refere à educação, seja de caráter político, ou relativo à estrutura e organização da educação.

O terceiro capítulo buscou refletir como fora pensado e organizado a educação nacional no período, a prioridade — ou a falta dela — dada a cada nível de ensino. Pretende-se demonstrar os avanços e recuos, no que diz respeito ao ensino primário; a dualidade entre o ensino técnico profissional e o ensino secundário clássico, destacando ainda que, no período em estudo a educação em seus níveis primário e secundário priorizou um ensino pautado na disciplina e modelação do corpo, através da educação física. A educação escolar, por sua vez, teve um papel de grande relevância, para incutir nos alunos princípios de educação higiênica, cívica e moral. Por fim, aborda-se a relevância que a orientação e o ensino vocacional tiveram no período.

CAPÍTULO I

OS EDITORIAIS, A SEÇÃO IDEIAS E DEBATES E A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A educação nacional começa a tomar seguramente por este rumo, como por ele tomaram outros empreendimentos de ordem social, em cujos domínios se pesquisa, de maneira objetiva, com o auxílio da estatística e de processos auxiliares. A vida brasileira começa a perder, e felizmente, o “complexo de inferioridade” que não lhe permitia ver-se a si mesma, com o que está ganhando, por certo, maior desenvoltura de movimentos e capacidade de autodeterminação. (LOURENÇO FILHO, 1940, pág.12).

De acordo com as formulações de Vieira (2005), com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, um crescente interesse se travou nos debates políticos da década de 1930 no que concernem às questões econômicas e sociais do país. A política de Vargas (1930 a 1945) impulsionou a necessidade de mudança na área econômica do país, deslumbrando a passagem de um modelo econômico agrário-comercial exportador para um modelo nacional, desenvolvimentista, com base na industrialização, esse período ficou conhecido como marco da modernidade no Brasil.

Com a era Vargas, torna-se crescente a ideia de que era indispensável um Estado Nacional forte e intervencionista nas questões sociais. Vieira (2005) destaca a importância atribuída à educação no período compreendido ao primeiro governo de Vargas, denominado de Estado Novo.

A educação talvez seja uma das traduções mais fiéis daquilo que o Estado Novo pretendeu no Brasil. Formar um ‘homem novo’ para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual se contava estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades querem ver, internalizados. Essa dimensão político-ideológica constituiu-se também em âncora de sustentação do regime autoritário que se consolidou sob a liderança de Getúlio Vargas. (VIEIRA, 2005, p. 12).

Neste contexto político, a educação passa a ser um dos componentes sociais, mais reivindicado e tomado como indispensável, para que o país conseguisse o status de nação desenvolvida. No cenário de mudança econômica e social, destaca-se a luta de caráter ideológico, entre o movimento representado pelos educadores da Escola Nova e os educadores católicos, sendo os primeiros, defensores de uma ideologia de cunho mais progressista, e os católicos, portadores de um discurso mais conservador. Entre ambos, havia

em comum, o fato de valorizarem e acreditarem ser através da educação que se conseguiria uma Nação Forte.

No que pese as diferenças ideológicas entre escolanovistas e católicos havia em comum o fato de defenderem a ideia de que a educação era a solução para os problemas do país. Neste sentido, passam a disputar a agenda estatal, ambicionando a organização de um plano educacional para formação dos homens intelectuais, capazes de fazer prosperar a nação, além de formar a mão de obra trabalhadora. Sobre esta disputa, Vidal (2013) informa que:

Após a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, as disputas pelo controle do aparelho estatal e pela definição dos rumos da educação nacional tenderam a estreitar as relações entre um amplo ideal pedagógico, a defesa de uma concepção de Estado educador e a recomposição da frente de educadores na dinâmica das defecções e das novas alianças. Como bandeira, Escola Nova acabou equivalendo a um movimento e estabeleceu as fronteiras de uma batalha, opondo pioneiros a católicos. (VIDAL, 2013, p. 582).

Em 1932 os pioneiros da educação saem na frente ao lançar o “Manifesto dos Pioneiros,” fruto das discussões ocorridas durante a IV Conferência Nacional da Educação promovida pela ABE. O documento, além de divulgar e denunciar para a sociedade e ao governo o diagnóstico no qual se encontrava a educação brasileira, acaba por proclamar a necessidade e ditar um plano único para a educação do país, além de creditarem como de total responsabilidade do governo em matéria de educação, oportunizando-a a todos, em todos os seus níveis de ensino, de forma gratuita, ao destacar:

Mais do que direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais. (AZEVEDO, 2006, p. 192).

Os vinte e seis educadores que assinaram o Manifesto dos Pioneiros apresentaram reclamação contra o “empirismo grosseiro” na condução dos problemas educacionais: denunciavam a falta de uma cultura geral, reclamavam a falta de um plano nacional para educação do país e a falta de organização e cientificidade na condução das políticas para educação. Além disso, reivindicavam por parte do Estado Brasileiro, a condução de uma política educacional com função essencialmente pública, gratuita, obrigatória e laica.

Lourenço Filho, um dos representantes das ideias escolanovistas no Brasil, é um dos vinte e seis educadores a assinar o Manifesto. Observando a trajetória administrativa e reformadora de Lourenço Filho, é possível identificar que este intelectual participou de importantes ações com vistas à difusão do escolanovismo no Brasil. A primeira delas foi a

reforma dos serviços de educação do estado do Ceará, em 1922. Dez anos depois, assinara o Manifesto dos Pioneiros da Educação.

Considerando que Lourenço Filho é o primeiro diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o criador da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), é razoável admitir que sua atuação à frente do instituto e na condução da edição da RBEP traz a marca indelével de sua trajetória, profundamente marcada pelos ideais escolanovistas. Tal percepção não afasta o elemento que vai dar corpo e sustentação a esse periódico, qual seja, o de se constituir em um espaço privilegiado de divulgação daquilo que o Ministério da Educação e Saúde produzia e recomendava como práticas que deveriam ser instituídas junto aos seus leitores. Tais práticas são amplamente divulgadas por Lourenço Filho nos editoriais das revistas, ou ainda em artigos da seção *Ideias e Debates*, como se verá a seguir.

1.1 Os Editoriais e a ‘nova’ ordem para a educação nacional

Os editoriais da RBEP, como afirma Dantas (2001), podem ser considerados “[...] como o espaço em que se podia perceber a orientação política dos responsáveis pela *Revista*”, a cada edição é possível verificar que o assunto anunciado em seu *editorial* é posteriormente tratado ou na seção *Ideias e Debates*, ou na seção Documentação. A *Revista* de número treze (13) é a única temática, nela, todas as seções abordam questões relativas à orientação profissional e educacional.

Sobre os Editoriais, é possível afirmar ainda que, os mesmos são porta-voz das concepções de Lourenço Filho, diretor e editor da revista, com vistas a reforçar os esforços que vinham sendo empreendidos por parte do Ministério da Educação e Saúde e INEP na educação do país deste a década de 1930, e sobre o tom do ideário escolanovistas, para além de apresentar ideias e fatos educacionais, tinha por intuito incutir em seus leitores que o caminho que estava sendo empreendido em educação no país era o único e melhor caminho a ser seguido.

Sendo assim, é possível compreender a partir da leitura aos editoriais, que as principais ideias em circulação a época (1944 a 1946) estão intimamente relacionados à organização da educação, através da exaltação a pesquisa e a estatísticas, ressaltados em todos

os editoriais da RBEP, com maior ênfase em nove (09) revistas analisadas (nº 1, 3, 4, 8, 10, 16 e 18, 20, 22).

Ainda com relação à organização da educação, houve uma preocupação com o financiamento no ensino primário bem como a preocupação em tornar o ensino secundário não apenas uma via para a preparação à Universidade, como também preparação de mão de obra. Ressalta-se que a linha teórica que fundamentou as ideias e debates presentes na RBEP sobre a organização da educação esteve assentada nos princípios do escolanovismo, tendo sido a psicologia e filosofia as ciências eleitas para a tradução da realidade.

Dos vinte e cinco editoriais analisados, é possível observar que a preponderância de temas relativos à pesquisa na educação está presente em todos. No editorial que traz como tema a própria Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, a pesquisa é ressaltada a partir da criação da própria RBEP: “Surge assim no momento próprio, a REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, para congregar os estudiosos na observação dos fatos educacionais, exame dos princípios e doutrinas, e cuidadosa análise das mais importantes questões de aplicação”. (RBEP, 1944b, p.5).

QUADRO I: EDITORIAIS DA RBEP (1944 A 1946)				
Vol.	Nº	Mês	Ano	Título
I	1	Jul.	1944	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
I	2	Ago.	1944	I Conferência de Ministros e Diretores de Ed. das Rep. Americanas
I	3	Set	1944	A Evolução do Pensamento Pedagógico Brasileiro
II	4	Out	1944	Estatística e Educação
II	5	Nov.	1944	Educação para o Trabalho
II	6	Dez	1944	Ao findar o ano
III	7	Jan	1945	Processo Educacional e Contato entre raças
III	8	Fev.	1945	Construções Escolares
III	9	Mar	1945	Fundo Nacional e Convênio Nacional de Ensino Primário
IV	10	Abr.	1945	Investigação Pedagógica e Consciência Técnica
IV	11	Mai	1945	Educação de Adultos
IV	12	Jun.	1945	A Remuneração do Professor Primário
V	13	Jul.	1945	Orientação Profissional e Educacional
V	14	Ago.	1945	Educação e Democracia
V	15	Set	1945	Despesas com os Serviços de Educação
VI	16	Out.	1945	Estudos Objetivos de Educação
VI	17	Nov.	1945	Exposição de Arquitetura Escolar
VI	18	Dez.	1945	Administração e Pesquisa
VII	19	Jan.	1946	Programa de Educação Nacional
VII	20	Fev.	1946	Formação do Homem Brasileiro
VIII	21	Mar	1946	O Ensino Primário e o Governo Federal
VIII	22	Mai	1946	Igualdade de Oportunidades
IX	23	Jul.	1946	Desenvolvimento do Ensino Secundário
IX	24	Set/out.	1946	O Ensino Primário e as Escolas Normais
IX	25	Nov./Dez.	1946	A Educação Brasileira e as influências Estrangeiras

FONTE: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944 a 1946, Vol. 1 a 9, nº1 a 25.

Sobre a relevância da pesquisa e da estatística, o Editorial⁵, lançado em julho de 1944, elenca a pesquisa e a estatística como fundamentais, sem as quais era impossível visualizar o que estava sendo produzido na área da educação. O editorial destaca ainda que, era possível olhar para trás e fazer comparações com o presente, e que ao olhar para o presente era possível traçar diretrizes para os problemas ainda não solucionados: “Sem dúvida alguma, a preocupação do estudo estatístico, em relação a cada problema, indica-nos a própria atmosfera de ideias, em que ele se desenvolve e o nível de progresso social, atingido a seu respeito” (RBEP, 1944b, p.3).

Não obstante, o Manifesto dos Pioneiros de 1932 denunciou a falta de organização da educação, por não haver nos planos educacionais, fins filosóficos ou sociais, aspectos técnicos e métodos científicos definidos, sinalizando assim que consideravam tais aspectos imprescindíveis para a obra educacional. De acordo com o Manifesto de 1932:

(...) falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação. Ou, em poucas palavras, na falta de espírito filosófico e científico, na resolução dos problemas da administração escolar. [...]

Nunca chegamos a possuir uma "cultura própria", nem mesmo uma "cultura geral" que nos convencesse da "existência de um problema sobre objetivos e fins da educação". Não se podia encontrar, por isto, unidade e continuidade de pensamento em planos de reformas, nos quais as instituições escolares, esparsas, não traziam, para atraí-las e orientá-las para uma direção, o pólo magnético de uma concepção da vida, nem se submetiam, na sua organização e no seu funcionamento, a medidas objetivas com que o tratamento científico dos problemas da administração escolar nos ajuda a descobrir, à luz dos fins estabelecidos, os processos mais eficazes para a realização da obra educacional. (AZEVEDO, 2006, p.188).

Percebe-se que a dedicação à pesquisa apontada nos editoriais da RBEP tem seu nascedouro dentro dos ideais escolanovistas, havendo o Editorial da Revista Vol. I – nº 3 – A Evolução do Pensamento Pedagógico Brasileiro apontado pelo menos três preposições que tomam a pesquisa possível e fundamental para a ação pretendida pelo governo federal, qual seja, a organização da educação do País.

Primeiro, se aponta que com a criação do Ministério da Educação em 1930 foi possível o avanço da pesquisa. Segundo, que caberia ao Ministério da Educação conduzir as pesquisas de caráter estatístico e científico no país. Por fim, nota-se quão grande é a relevância dada à pesquisa estatística, sendo esta encarada como capaz de indagar a realidade. “A criação do Ministério da Educação, em 1930, com a função natural de indagação

⁵Editorial, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 1944, RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. II, nº4.

estatística e estudo geral da organização cultural do país, deveria estabelecer, enfim, condições para ensaios e pesquisas de índole científica”. (RBEP, 1944b, p.340).

Novamente, observa-se no Editorial da RBEP Vol. II – nº 4, que este traz como temática a *Estatística e Educação*, a exaltação de que graças à criação do MES foi possível agora o país contar com uma pesquisa de cunho estatístico,

Criado o Ministério da Educação, em fins de 1930, estabeleceu-se nele uma Diretoria Geral de Estatística. Procedidos os trabalhos preliminares necessários, instituiu-se, em dezembro do ano seguinte, o Convênio Interestadual de Estatísticas Educacionais, firmado entre a União e as unidades federadas. Passamos a ter, assim, desde 1932, levantamentos anuais absolutamente regulares e fidedignos, baseados em rigorosa sistemática. (RBEP, 1944b).

Lourenço Filho apresenta no editorial da *Revista* Vol. III, nº 8, uma série de dados estatísticos sobre Construções Escolares,

Em recente inquérito, levantado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, com referência ao ano de 1941, apurava-se que, dos 28.302 prédios para o ensino primário, então existentes, apenas, 4.927 eram próprios estaduais, ou municipais, e que tão somente 1.781, ou 7% do total, haviam sido especialmente construídos para fins escolares. A situação, como se vê, bastante grave, havia sido, no entanto, atenuada a partir de 1934, quando maior atenção começou a ser despertada para o assunto [...] Para que se possa ter ideia da grande tarefa, deverá ser lembrado que, enquanto de 1939 a 1943 se construíram os 116 edifícios referidos, em todo o período republicano anterior, ou seja, em cinquenta anos, apenas 31 escolas foram levantadas no Estado, e 11 das quais, entre 1930 e 1934. (RBEP, 1945, p.145).

Entre os dados apresentados pelo educador, torna-se latente a relevância dada à apuração da realidade através da estatística, quando ressalta que a situação “bastante grave” começa a tomar novos contornos a partir de 1934. Destaca que a nova política iniciada desde a década de 1930 começa a dar novos contornos para educação do país.

No Editorial intitulado ‘Investigação Pedagógica e Consciência Técnica’ claramente foi ressaltada a importância dos estudos realizados no campo da biologia e psicologia, além de ressaltar a grande relevância da estatística para os estudos no campo da educação. Esses estudos são determinados como indispensáveis para a compreensão da realidade educacional brasileira. No período em estudo, a racionalidade técnica é a marca preponderante da RBEP assentada na crença que a pesquisa aliada as estatísticas era fator imprescindível para conduzir as questões educacionais do país.

O progresso dos estudos atuais da biologia e da psicologia educacional deve-se, justamente, a essa mais larga e justa compreensão, que é a da observação de grandes grupos com definição rigorosa dos valores que o representem, em face dos quais —

e só em face dos quais — a descrição de cada caso individual ganha nitidez e possibilidade de classificação objetiva. O método estatístico, por sua fecundidade e plasticidade de aplicações é, na verdade, o instrumento indispensável à fundamentação de uma verdadeira consciência técnica em educação. (RBEP, 1945, Vol. IV, nº 10, p.3).

Na RBEP Vol. VI, nº 16, é publicado o editorial “Estudos Objetivos da Educação”, que reforça mais uma vez a relevância dada por Lourenço Filho (1945) aos estudos em educação, ao afirmar que através dos mesmos é que torna-se possível expandir, aperfeiçoar e examinar as condições de financiamento da educação,

A necessidade de estudos objetivos referentes à educação não precisa de ser demonstrada. Eles se impõem no domínio restrito das atividades do ensino, como ainda, e também, no capítulo da organização geral dos serviços. A obra educacional não é, na verdade, processo autônomo, que se justapõe à vida coletiva. Será, antes, expressão da existência dos grupos sociais, à procura de justa interpretação e de equilibrada direção. Mas, por isso mesmo, exige o estudo das condições históricas, e daquelas do momento em que esteja ocorrendo o processo educativo; o das necessidades a que deva atender; o das possibilidades de expansão e aperfeiçoamento, e, como será natural, o exame das condições de seu próprio financiamento. Tudo, de forma a apurar a consciência dos fatores do complexo processo que envolve, e a concorrer para a fixação de objetivos definidos, a serem progressivamente alcançados, permitindo, por outro lado, a escolha dos meios mais seguros e idôneos para a consecução desses fins. (RBEP, 1945, p.3).

Sobre a relevância da pesquisa educacional no período em estudo, desta vez voltada a administração pública ou privada, Lourenço Filho aponta no editorial Vol. VI, nº 18 que sem a mesma as decisões tornam-se pessoais ou de “conselhos”. Observa-se nesse editorial que Lourenço Filho defende a postura de que a administração deva ir além da decisão pessoal ou de conselho, mas que se faça baseada em estudos/pesquisa, pois só assim era possível tomada de decisões objetivas e imparciais. Entretanto, em nenhum momento o questionamento por parte do intelectual leva em consideração que a pesquisa, mesmo fundamentada em dados estatísticos, pode servir a interesses políticos, pois não há neutralidade dentro de uma pesquisa, mas sim dados baseado em uma certa realidade que podem colaborar para a melhor decisão a nível administrativo.

No desenvolvimento da administração dos serviços educacionais tanto como no de outros serviços públicos e, ainda, no de grandes empreendimentos particulares, três etapas podem ser assinaladas. A primeira é a do arbítrio pessoal, puro e simples. Cada administrador, ministro diretor, ou chefe de serviço, age com os elementos de informação, cultura ou tirocínio que possui. A segunda, em que, aberta ou tacitamente é reconhecida a complexidade dos problemas administrativos, caracteriza-se pela passagem da direção unipessoal para a de “juntas” “comissões” ou “conselhos”[...] Por fim, atinge a administração a etapa de órgãos permanentes de estudo que acumulem documentação, sistematizem, informes e busquem no exame de antecedentes e consequentes, por vários processos de pesquisa as relações mais

constantes entre os fatos. Atinge-se, neste caso, nível objetivo, com a indagação das realidades e dos fatores mais prováveis que de contínuo sobre elas estejam laborando. (RBEP, 1945, p.361).

A pesquisa é defendida então como um instrumento fundamental na formação de um modo de pensar a educação. Para os leitores fica apresentado um modo científico de analisar os elementos do campo educacional, justificando com isso, o uso da ciência como base das ações educacionais.

Os estudos de educação, em nosso país, rapidamente têm evoluído, nos últimos tempos, da proporção abstrata de doutrinas e teorias, para a visão clara e objetiva dos problemas reais do meio brasileiro. Não será demasiado acentuar, nessa transformação, a consciência, que se vem despertando, entre as nossas classes mais cultas, para o perfeito conhecimento das condições geográficas e movimento demográfico do país. Nesse trabalho, verdadeiramente científico e sobremodo patriótico, injustiça seria negar o papel que vem desempenhando o INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Em face do abundante material já colhido, pacientemente sistematizado e divulgado, podem os nossos estudiosos colher as informações necessárias para o relacionamento de fatos e condições, caracterização de fatores, e compreensão, enfim, dos mais importantes e decisivos aspectos da vida brasileira. Secretário Geral dessa grande instituição, ao mesmo tempo que Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, o Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, tem dado um nobre exemplo de perquirição de dados e documentos, e no metuculoso estudo, que eles impõem, para seguras conclusões. (RBEP, 1946, p. 183).

Desse modo, é possível ordenar e classificar, através de levantamentos e inquéritos, o número de construções escolares em cada estado, separando-as por níveis de ensino, número de professores e alunos, pessoal de apoio, entre outros. Oferecendo, segundo acredita Lourenço Filho, ao governo, bases para a “construção de uma sadia política” instalada ainda em 1930.

A pesquisa estatística por sua vez funcionou como elemento de mapeamento da situação educacional do país e os dados resultantes dessas investigações permitiriam a ação do Governo com vistas à constituição de procedimentos para organização dos serviços de educação em todo o país.

A partir de 1932, com a organização dos serviços de estatística educacional em novas e promissoras bases, passamos a conhecer a realidade da vida educacional. Antes vivíamos na dependência das opiniões, em que se traduzia entusiasmo excessivo ou pessimismo demasiado, afastando-nos quase sempre do rumo capaz de solucionar o problema. Deixou de haver a influência de suposição; a opinião pessoal recebeu o combate de dados objetivamente colhidos e a elaboração dos quadros gerais dos levantamentos feitos substituiu as cifras arroladas sem fundamento e ao sabor dos interesses. (RBEP, 1946, p.3).

Alvarenga (2000) ressalta a importância atribuída às ciências e a pesquisa educacional no período do Estado Novo ao destacar que:

Advogando o uso de teorias e métodos, oriundos dos campos da Estatística, da Biologia, da Psicologia e das Ciências Sociais, o discurso do Estado Novo, exorta a realização de pesquisas educacionais, como produção de subsídio para o estabelecimento de uma pedagogia em bases menos arbitrárias, calcada no conhecimento da sociedade, da criança e do adolescente, embora, sem se descuidar dos fins da educação, preservando ao estado autoritário, daquela época, o direito de utilizar a educação como veículo de transmissão de suas ideologias. (ALVARENGA, 2000, p. 252).

A preocupação com a organização da educação brasileira sempre foi uma constante e, por que não dizer, o plano mais ambicioso entre os ideais escolanovistas, nesse sentido, a pesquisa e a estatística ganharam sua relevância, uma vez que para os intelectuais estes eram elementos basilares para a organização educacional. Doze (12) revistas analisadas (nº 2, 5, 6, 11, 13, 14, 17 e 19, 22, 23, 24, 25), anunciaram em seu editorial mudanças que vinham ocorrendo na organização da educação seja a nível teórico/ ideológico ou prático.

A RBEP nº 2, lançada em agosto de 1944, na qual Lourenço Filho faz menção no editorial sobre “A I Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas”, a ata final da conferência foi publicada na seção *Documentação*, explicitando que no nível teórico havia um forte desejo de mudança entre educadores e intelectuais,

Nunca, porém, antes da I Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas, celebrada no Panamá, em 1943, havia o mundo assistido a uma assembleia de administradores e técnicos de educação de todo um continente, para a discussão dos problemas de organização geral da cultura, melhor entendimento e auxílio mútuo na obra de preparação das novas gerações. (RBEP, 1944b, p. 163).

Tomado por um amplo desejo de mudanças na educação brasileira, Lourenço Filho (1944) destaca a I Conferência, exaltando sempre que muitos dos ideais ali propostos já estavam em prática no Brasil. O autor também destacou o discurso do presidente do Panamá na abertura da Conferência, enfatizando a importância de inquéritos, análises e debates na educação como instrumentos capazes de combater a força e colaborar para consciência democrática,

Porque "a paz, fundamento do progresso — proclamou, ao instalar-se a histórica assembleia, o Presidente da República Panamenha — descansa sobre a educação; porque o espírito de inquérito, a análise ponderada e o debate respeitoso, só possíveis pela educação do povo, costumam desalojar os argumentos da força, onde

quer que tenham tomado o lugar daqueles princípios, que dão forma e vigor à consciência democrática. (RBEP, 1944, p. 163).

Perceptível é que, no período em estudo, os intelectuais tinham a forte crença de que através da educação se alcançariam mudanças sociais, esta por sua vez deveria se revestir de um caráter analítico, desenvolver inquéritos e pesquisas, como pode ser observado a partir da fala do governo panamenho.

Ainda sobre a organização da educação, foi possível compreender que existia a crença que a educação que ocorria tanto a nível primário, como a nível secundário (industrial, comercial e agrícola), deveria estar revestida de uma intencionalidade para a formação de mão-de-obra para o trabalho. Nesse sentido, no Editorial da *Revista Vol. II – nº 5 – Educação para o Trabalho*, é abordada a importância da educação na formação do homem trabalhador. Pode ser percebida a partir da leitura do editorial a tentativa de mudança de foco dada a escola, se antes a mesma era tida para formar uma “elite intelectualizada”, agora a escola é apontada também como de fundamental relevância para a formação da mão-de-obra,

Por muito tempo estiveram os planos da educação nacional apartados das realidades da vida econômica. Ainda para os mais apaixonados estudiosos, as questões de organização cultural no país pareciam resumir-se na alfabetização das massas e na formação de uma escola de graduados pelo ensino superior. Sem dúvida, a esses dois grandes aspectos deve ser dada a maior atenção. Mas, entre a educação primária, a desejar-se amplamente disseminada, e a cultura universitária, a ser mantida um mais alto nível, o desenvolvimento do ensino de segundo grau desde muito se requeria. De uma parte, por ele e que se prepara a mentalidade média do país; de outra, é nele também que se localizam as numerosas modalidades de formação da juventude para o trabalho. (RBEP, 1944, p. 177).

No discurso proferido por Lourenço Filho no editorial da *Revista nº 5*, fica claro que existia um ensino secundário dual, um preparava para o ensino universitário, e outro para a formação da mão-de-obra trabalhadora.

Mesmo com um ensino secundário dualista, Lourenço Filho tinha razão ao dizer que muito estava sendo feito com relação a essa etapa de ensino, pois, antes do ensino secundário com características técnicas, os filhos da classe trabalhadora não tinham acesso ao ensino secundário. Com a criação do ensino técnico, houve a abertura do ensino secundário à classe trabalhadora, ainda que com características para a formação de mão-de-obra. Mesmo assim, ainda era extremamente difícil o acesso dos filhos dos trabalhadores à Universidade através do exame de admissão, que assim como hoje é rigoroso para aqueles que têm acesso a um ensino secundário de “pouca qualidade”.

Evidentemente, a concepção de que a educação deveria estar associada à formação de mão-de-obra está intimamente relacionada ao contexto econômico pelo qual passava o país na década de 1940. Com a ascensão do Estado Novo, ocorre uma transição de modelo econômico baseado no modelo agrário para um modelo industrial, sendo justificada a importância da escola para a formação da mão-de-obra trabalhadora.

Mesmo com a mudança na economia e o ideário escolanovistas tendo levantado a bandeira da formação da população, não se assiste a expansão do ensino primário, como destacado por Palma Filho (2005), durante a gestão de Francisco Campos como ministro da educação, o mesmo contou com o apoio da liderança católica, “Ora, esses setores não tinham interesse na construção de um sistema nacional de educação pública, razão pela qual, a reforma nada propõe em relação ao ensino primário e à educação popular”. (PALMA FILHO, 2005, p. 3)

Quanto ao ensino secundário, o que se assistiu segundo Palma Filho (2005), foi também um forte dualismo, tendo sido aprovado na gestão do Ministro Gustavo Capanema,

O ginásio e colégio secundários às ‘elites condutoras’; o ensino técnico-profissionalizante, “às massas a serem conduzidas”. Tudo certinho, só faltou combinar com o povo que continuou sem escola na sua grande maioria, e os que conseguiam furar o bloqueio do exame de admissão ao ginásio, evidentemente, preferiam o curso secundário, pois apenas esse dava acesso ao curso superior. Este aspecto da legislação educacional dos “tempos Capanema” é, aliás, altamente discriminatório em relação às camadas populares e consagrava o já conhecido “dualismo” do sistema educacional brasileiro, muito bem caracterizado por Anísio Teixeira na feliz expressão: “de um lado a escola para os nossos filhos, de outro, a escola para os filhos dos outros”. (PALMA FILHO, 2005, p. 13).

Ainda sobre o editorial Vol. II, nº 5 de 1944, Lourenço destaca a importância do ensino primário estar articulado com o ensino secundário. Tal ideia já havia sido proclamada pelos escolanovistas, no do Manifesto dos Pioneiros (1932),

A escola primária que se estende sobre as instituições das escolas maternas e dos jardins de infância e constitui o problema fundamental das democracias, deve, pois, articular-se rigorosamente com a educação secundária unificada, que lhe sucede, em terceiro plano, para abrir acesso às escolas ou institutos superiores de especialização profissional ou de altos estudos. Ao espírito novo que já se apoderou do ensino primário não se poderia, porém, subtrair a escola secundária, em que se apresentam, colocadas no mesmo nível, a educação chamada "profissional" (de preferência manual ou mecânica) e a educação humanística ou científica (de preponderância intelectual), sobre uma base comum de três anos. A escola secundária deixará de ser assim a velha escola de "um grupo social", destinada a adaptar todas as inteligências a uma forma rígida de educação, para ser um aparelho flexível e vivo, organizado para ministrar a cultura geral e satisfazer às necessidades práticas de adaptação à variedade dos grupos sociais. (AZEVEDO, 2006, p.197).

É possível admitirmos que as proposições apresentadas por Lourenço Filho sobre a articulação entre ensino primário e secundário não se efetivaram na prática. Outra proposição defendida por Lourenço Filho foi a de que o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino primário só ocorreriam à medida que houvesse a “doutrinação” aos professores, fazendo assim a defesa de que era necessário se pensar nas políticas educacionais da educação primária vinculada ao ensino normal.

Todo esforço para desenvolver e aperfeiçoar a educação primária não produzirá, certamente, os efeitos desejados se, ao mesmo tempo e com igual intensidade, a administração não promover as medidas que tornem o ensino normal capaz de influir poderosa e eficazmente na mentalidade dos novos professores. Reformas de ensino primário dissociadas das escolas normais serão sempre tentativas canhestras e, muitas vezes, prejudiciais. (RBEP, 1946, p.3).

Ao fazer o discurso de defesa da escola normal não significa dizer que Lourenço Filho tenha se afastado do ideário escolanovistas, que concordava ser necessária a formação de todos os professores em nível superior. Acredita-se que o fato do intelectual ter realizado a defesa pelo ensino normal é uma forma realista de compreensão de que, era o único possível naquele momento para a formação de professores primários, o mesmo deveria está imbuídos dos novos ideais (escolanovistas). “Se não houver a participação ativa do professor que corporifique e traduza as concepções básicas da reforma, todas as tentativas, certamente, não passarão de meros acidentes na história da educação de um povo.” (RBEP, 1946, p.3).

Na RBEP de Vol. VIII, nº 23, Lourenço Filho destaca o grande avanço ocorrido no ensino secundário tanto em relação a perda de seu caráter preparatório para o ensino superior, quanto a ampliação no número de vagas,

No entanto, foi em 1931, com a reforma Francisco Campos, que o ensino secundário começou a perder o caráter de mera passagem para os cursos universitários. Procurou-se levar em conta o sentido humanístico, o que também aconteceu na reforma de 1942, do ministro Gustavo Capanema. [...] De 394 estabelecimentos com 56.208 alunos, em 1932, passamos a ter 893 ginásios ou colégios com 197.130 educandos, em 1942. (RBEP, 1946, p. 232).

No entendimento do Lourenço Filho o ensino secundário havia se tornado mais democrático, uma vez que agora era oportunizado aos jovens que não conseguiriam ingressar numa faculdade, a possibilidade de formação para a preparação de mão-de-obra. No entanto, o autor critica o fato do Estado não ter arcado com esta modalidade de ensino, tendo atribuído à iniciativa privada em fazê-la: “Além disso, à proporção que o tempo passa, fica em relevo a

carência de ginásios oficiais. Quase toda a educação secundária está entregue à iniciativa privada, o que a torna sobremodo onerosa.” (RBEP, 1946, p. 233).

O que houve em relação ao ensino secundário foi na verdade uma forma de conformismo das massas, ao se oferecer os cursos profissionalizantes, poucos jovens se aventuravam na possibilidade de continuidade dos estudos em nível superior, ficando desta forma mantida o privilégio das elites no ingresso ao ensino superior.

O Editorial da RBEP Vol. II, nº 6, mais uma vez, reforça a grande preocupação de Lourenço Filho (1944) com a organização da educação em nível de escola, havia também uma grande cobrança pela organização da documentação escolar. A busca pela perfeição técnica, pela pesquisa e pelos dados estatísticos é constantemente anunciada como critérios para “remover as dificuldades e corrigir os defeitos” no âmbito escolar,

Documentar o que se realiza será o primeiro passo para a inteligência do próprio trabalho, para conhecimento das dificuldades a remover e dos defeitos a corrigir. A escrituração escolar, sempre exata e sempre em dia, os resumos estatísticos, o caderno de observações pessoais serão do maior alcance para o mestre consciente de seu mister. Claro que, aos administradores escolares, diretores de escola, inspetores e chefes de serviços técnicos, muitos elementos dessa documentação original, e outros, irão servir depois para elucidativos confrontos, a visão mais larga das tarefas em curso, a apreensão de mais complexos problemas da organização escolar. Já então, com maior número de dados, poder-se-á chegar a níveis de segura indagação, ao relacionamento de fatos de ordem geral, a sua discriminação, causa, ou seja, em termos próprios, à verdadeira pesquisa. (RBEP, 1944, p. 337).

Vale lembrar que o Manifesto dos Pioneiros de 1932 já havia reivindicado e recomendado que as questões educacionais deveriam passar do campo da administração para o político, além de ter como base os trabalhos científicos para a tomada de decisões,

À luz dessas verdades e sob a inspiração de novos ideais de educação, é que se gerou, no Brasil, o movimento de reconstrução educacional, com que, reagindo contra o empirismo dominante, pretendeu um grupo de educadores, nestes últimos doze anos, transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares [...]

Os trabalhos científicos no ramo da educação já nos faziam sentir, em toda a sua força reconstrutora, o axioma de que se pode ser tão científico no estudo e na resolução dos problemas educativos, como nos da engenharia e das finanças. (AZEVEDO, 2005, p.189).

A RBEP Vol. II, nº 7 é a única edição que traz em seu editorial uma temática atípica dos demais, sobre “Processo Educacional e Contato entre Raças”, posteriormente tratado na seção *Ideias e Debates* através de artigo de autoria de Donald Pierson. A temática é abordada uma única vez, a saber, no volume e número da revista acima citado, desfocado dos demais

temas que incidiam sempre sobre a concepção de elementos que compunham a organização da educação. Esse número da revista surpreende por abordar o processo educacional e o negro brasileiro. Apesar da temática ter sido abordado uma única vez, o que indica não ter sido um tema a ocupar importância no contexto político e educacional na década de 1940, vale ressaltar que o editorial explicita que era essa uma bandeira de luta dos Intelectuais brasileiros o combate ao preconceito racial, conforme trecho em destaque:

[...] como se vê do Manifesto dos Intelectuais Brasileiros Contra o Preconceito Racial, publicado em 1935.

Desse documento constam os seguintes expressivos trechos: "Nenhuma analogia existe entre a apreciação de problemas antropológicos e o desenvolvimento de ideologias políticas, inspiradas por sentimento de orgulho racial, orientados no sentido de fundar o esmagador primado humano deste ou daquele grupo étnico. Podem-se assim encarar os racismos políticos como verdadeiras perversões de ideais científicos, desvirtuados ainda pela sua associação arbitrária a fantasias e mitos pseudocientíficos, e, por vezes, mesmo, em contradição flagrante com verdades já demonstradas...". "... Além de termos a nossa formação baseada na miscigenação de três raças nitidamente diferenciadas, a nossa estrutura étnica vem sendo, ainda há cerca de um século e sobretudo nos últimos decênios, complicada pelo afluxo de correntes imigratórias as mais variadas. (RBEP, 1944b, p. 4).

No editorial da RBEP Vol. IV, nº 11, Lourenço Filho (1945) trata sobre a educação de adultos, o que indica que o intelectual tinha a preocupação com a oferta de educação pública não só no nível primário e secundário, mas também que defendia o ensino supletivo para adultos e jovens que não os tiveram educação formal na idade certa. Lourenço Filho compreendia que com a modernização da sociedade era necessário mão-de-obra qualificada, saber ler e escrever era um imperativo, como destacado na fala do próprio autor: "As extensas e profundas modificações da vida social, nos últimos tempos, vêm impondo a todas as coletividades, como premente condição de organização, o problema da educação supletiva de adolescentes e adultos." (RBEP, 1944b, p.171).

A preocupação com a organização educacional, seja em relação a expansão do ensino, ou documentação das unidades escolares, era tamanha que demandou um levantamento da Arquitetura Escolar, exposição esta que esteve presente na RBEP Vol. VI, nº 17, abordado com Lourenço Filho no *Editorial* e apresentado posteriormente na seção *Documentação*. Ressalta-se que as concretizações realizadas em âmbito de governo sempre se apresentavam na RBEP, nessa seção, ao passo que as discursões de natureza ideológica encontravam-se na seção *Ideias e Debates*.

Sobre a exposição da Arquitetura Escolar, Lourenço Filho (1945), ressalta aos leitores os avanços em construções escolares a partir de 1930. Observa-se claramente a revista como fonte privilegiada para divulgação dos ideais escolanovistas e nas concretizações

realizadas na área da educação no nível de governo. A preocupação em documentar era o primeiro passo para que efetivamente tivesse provas concretas de que estava havendo uma “revolução” na área da educação.

Pela primeira vez, realizou-se em nosso país uma exposição de arquitetura escolar, com caráter de documentação nacional. Mais de quinhentas fotografias, todas de excelente aspecto, algumas centenas de plantas, dezenas de maquetes e estudos de orçamento dispuseram-se no Museu Pedagógico do I. N. E. P., e aí estiveram franqueados ao exame dos estudiosos do assunto, administradores, arquitetos, engenheiros e professores. [...]

De 1930 a esta parte, cerca de mil e quinhentos novos edifícios escolares foram levantados pelos poderes estaduais e mais de duas centenas pelas municipalidades. O contingente de entidades particulares, sobretudo no ensino secundário, foi, também, muito apreciável.

Tudo somado, porém, aos pomos milhares de casas, dantes expressamente construídas para fins escolares, verifica-se que mais de metade de unidades de ensino ainda se abrigam em construções adaptadas, a maioria das quais desprovidas dos recursos de higiene pedagógica, como seria de desejar. (RBEP, 1945, p. 181).

Reconhecido que o país já contava com bases confiáveis para a verificação da realidade educativa, Lourenço Filho conclui que graças a tais levantamentos foi possível verificar que o país não oferecia oportunidades educativas para todos, conforme destaca:

O nosso sistema de educação, portanto, não se apresenta, ainda, em condições de oferecer amplas oportunidades para todos os brasileiros em idade escolar. Essa insuficiência da rede escolar precisa ser encarada decisivamente pelos nossos homens públicos para que ignorância não constitua empecilho na prática dos preceitos democráticos. Democracia exige as mais amplas possibilidades educativas para que todos possam alcançar aquilo que as suas aptidões lhes permitirem, independentemente de cor, credo ou condição econômica. O Congresso Nacional, no momento, está empenhado na missão de dar ao país nova Carta Magna e a "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos" espera poder transcrever em suas páginas a definição dos postulados e diretrizes que nortearão de agora para frente a educação, a fim de que os nossos descendentes não encontrem os mesmos obstáculos que temos sentido e que tanto têm dificultado o nosso desenvolvimento cultural e a prática dos preceitos democráticos. (RBEP, 1946, p. 4).

A ideia de uma educação voltada para toda população é sempre reprisada nos discursos de Lourenço Filho, a luta por uma escola pública, laica e gratuita para todos sempre foi uma bandeira de luta na educação brasileira.

A RBEP Vol. V, nº 13 é totalmente temática, tendo sido dedicados na seção *Ideias e Debates* todos os artigos a tratar sobre ‘Orientação Profissional e Educacional’. No editorial, Lourenço Filho (1945) inicia por justificar a relevância da orientação profissional,

As solicitações da vida social, fora do lar, tornaram-se abundantes, dispersivas e, a cada dia, mais imperiosas. O trabalho industrial não só multiplicou as carreiras

profissionais, como também, dentro de cada uma, criou tipos diferenciados de atividades, para os quais agora se exige larga e custosa preparação. Tal situação havia de impor novos problemas aos educadores. Para solvê-los, a primeira ideia foi a dos serviços de "orientação profissional", nos quais se fornecessem informações sobre o mercado de trabalho e se realizasse o exame das capacidades individuais. (RBEP, 1945, p. 3).

Posteriormente esclarece que:

Mas a verdade é que os fundamentos da orientação educacional não se acham ainda de todo divulgados entre nós, e seus progressos demandam experimentação cuidada para conveniente adaptação às nossas realidades sociais. Atendendo a isso, REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS dedica toda a matéria deste número ao importante assunto, para o que apresenta estudos de caráter geral e outros de mais direta aplicação. (RBEP, 1945, p. 3).

A partir da análise dos artigos sobre orientação profissional e educacional, foi flagrado que a mesma passou a ter sua relevância justificada pela demanda dos novos postos de trabalho. Nesse sentido, o encaminhamento certo às carreiras profissionais passou a ser uma preocupação dentro da organização escolar. Pimenta (1990, p.75), esclarece que a Orientação dentro do ensino industrial tinha como característica básica ajustar o indivíduo, de forma que o mesmo agisse dentro do que dele era esperado.

O editorial do Vol. 5, nº 14, expõe a íntima relação entre educação e democracia, indo ao encontro dos ideais escolanovistas, ao destacar que democracia e educação são inseparáveis,

No plano de organização da vida coletiva, educação e democracia representam aspectos de um só e mesmo processo. O ideal democrático é o da resolução do contraste entre as manifestações da autoridade e da liberdade, os polos entre os quais se agita a vida política; suas formas práticas, o governo representativo e a transitoriedade no poder; seu clima próprio, o respeito à personalidade humana e a livre manifestação do pensamento. Tão elevado ideal corresponde a um grande plano de ajustamento de vida coletiva, que se fundamenta na compreensão de propósitos comuns, e na adoção de esforços solidários, por disciplina consentida. Seu instrumento geral não pode ser outro, senão o da educação do povo. (RBEP, 1945, p. 167).

No editorial da RBEP Vol. VI, nº 19, Lourenço Filho (1946) publica discurso proferido pelo candidato Gaspar Dutra, posteriormente eleito presidente do Brasil⁶:

No notável documento, que REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS reproduz a seguir, duas ordens de ideias há a distinguir: uma, que

⁶ Eurico Gaspar Dutra foi presidente do Brasil entre 1946 e 1951.

contém a afirmação de princípios de ordem político-social, e nas quais haverá necessidade de insistir sempre, tanto esposam elevada e oportuna orientação doutrinária; e, outra, em que se abordam os grandes problemas do ensino brasileiro, no atual momento, e para os quais se indicam diretivas de solução. Em relação aos primeiros, é de salientar as claras e incisivas afirmações com referência à educação como processo social, não desligado, portanto, das condições de vida política, das realidades econômicas e da estrutura religiosa e moral do país. [...] Necessário será, para isso, que se criem condições de uma consciência pública esclarecida, em matéria de educação, a fim de que esta venha a ser, afinal, empreendimento solidário de todo o povo e não apenas empreendimento da administração pública.

É nessa ordem de ideias que o discurso examina a evolução educativa do Brasil [...] Dentro deles, examina, com grande equilíbrio, as questões capitais do ensino primário, de segundo grau e superior, apresentando, para cada um desses pontos, os grandes rumos da ação a ser desenvolvida. Não se encontrará aí a proposição de nenhum plano miraculoso, mas a equilibrada visão de problemas reais e das possibilidades de solução, mediante trabalho metódico e perseverante. Pode-se mesmo dizer que o discurso corporifica a média das opiniões de nossos maiores estudiosos sobre o assunto, articuladas num plano político, cuja oportunidade não será preciso salientar [...]. (RBEP, 1946, p. 3).

Lourenço Filho (1946), ao citar o discurso de Gaspar Dutra, reforça que o novo governo assentará sua atenção para reforçar em um plano político sobre a orientação doutrinária na qual se assentaria a educação, bem como sobre os problemas referentes aos níveis de ensino (primário, secundário e superior), encerrando desta forma que a organização da educação deveria está assentado em um plano político, subentendendo-se que tais orientações deveriam ser realizadas pelos intelectuais (escolanovistas).

Por fim, e fechado um ciclo editorial em que a RBEP teve Lourenço Filho como diretor e editor, a *Revista* Vol. VIII, nº 25, destaca a grande influência estrangeira (principalmente norte-americana) sobre a educação brasileira, ao destacar:

[...] as características da educação norte-americana podem ser fixadas nos três aspectos gerais: a magnitude da obra social, a unidade político-social, a riqueza e a variedade de suas tendências e teorias. Tudo isso ligado por um espírito de objetividade e desejo de eficiência que torna os fundamentos da pedagogia norte-americana dignas de ponderado estudo. Sobre as grandes tendências de cultura do velho mundo, e esse novo espírito objetivo da pedagogia americana é que, realmente, devemos renovar e fortalecer o pensamento 'pedagógico nacional'. (RBEP, 1946, p. 228).

A influência estrangeira foi (e continua sendo) muito forte sobre as concepções educacionais produzidas no Brasil. Sobre esta influência, foi noticiado pela RBEP o grande poder das teorias filosóficas de Dewey, bem como as concepções psicológicas, amplamente divulgadas dentro da RBEP e utilizada dentro das escolas, através dos testes psicológicos, dos testes de adaptação e outros.

Sobre esta temática, nos atemos a tratarmos com melhor profundidade no capítulo II deste trabalho, no qual é realizada análise sobre o fato dos fundamentos pedagógicos

anunciados pela RBEP terem se desenvolvido à luz das concepções psicológicas, bem como é ressaltado a grande influência estrangeira sobre as concepções educacionais, anunciadas na revista.

Ainda sobre a organização educacional, desta vez voltada para a temática de seu financiamento, encontramos em quatro (04) revistas (nº 9, 12, 15 e 21), proposições sobre o financiamento da escola primária, remuneração docente e despesas em geral. Sobre o financiamento da escola primária, encontramos no editorial das revistas Vol. III, nº 9 e nº 21, as proposições de Lourenço Filho sobre o financiamento desta etapa de ensino.

O editorial da RBEP Vol. IV, nº 9, aborda sobre o financiamento do ensino primário, destacando sobre o “Fundo Nacional e Convênio Nacional de Ensino primário”. O financiamento da escola primária é posteriormente abordado na seção *Documentação*, tendo sido publicado dentro da seção o Decreto-Lei que instituiu o “Fundo Nacional do Ensino Primário” (no terceiro capítulo deste trabalho, dedicou-se mais amplamente a analisar alguns dos aspectos dessa lei). No momento, convém destacar que Lourenço Filho (1945) procurou esclarecer ao leitor que mesmo havendo um crescimento nas matrículas do ensino primário a partir de 1920, havia um déficit para com este ramo de ensino.

A expansão do ensino primário tinha níveis de desenvolvimento muito desiguais de um estado para outro. Desta feita, Lourenço Filho destaca que a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, contribuía de forma a divulgar a documentação sobre o fundo nacional e convênio do ensino primário, tido como uma política por parte do governo federal em convênio com os estados, que representava:

Vigoroso impulso terão assim os sistemas de educação popular, em todo o país e de forma a tornar menos desigual o seu desenvolvimento nas várias regiões. Publicando, como o faz neste número, os documentos legislativos e os instrumentos convencionais firmados pela União, os Estados, e os municípios, REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS oferece aos estudiosos documentação ainda não divulgada em conjunto sobre essas providências, cujos efeitos imediatos já assim se revelam nas dotações destinadas à educação popular. (RBEP, 1945, p.297).

Sobre o financiamento do Ensino Primário, no editorial Vol. VII, nº 21, Lourenço Filho (1946) reconhece que é necessário maior investimento por parte do governo federal a fim de “minimizar” problemas de ordem econômica quanto ao acesso e permanência ao ensino primário, denunciado índices alarmantes com relação à falta de acesso a esse nível de ensino em diversos municípios brasileiros,

O problema da educação primária exige que o Governo Federal assumira posição definida e coopere financeiramente com os Estados, Territórios e o Distrito Federal no estabelecimento de medidas eficazes, com o objetivo de reduzir o "déficit" de matrícula escolar, que há anos vem desafiando a ação dos administradores.

[...]

E' que a nossa rede escolar primária não está, em quase todas as unidades, suficientemente desenvolvida e preparada para exercer a tarefa de atrair, comportar e reter toda a população em idade escolar. Se examinarmos detidamente o movimento de matrícula nos Municípios, verificaremos que a situação do ensino primário é realmente grave e difícil. Cerca de vinte Municípios apresentam "déficit" superior a 90%: isto é, mais de 90% das crianças em idade escolar não estão matriculadas no curso primário; em 142 municípios, esse "déficit" varia de 80 a 90%; em 245, o "déficit" oscila entre 70 e 80%; em 220, entre 60 e 70%; 180, entre 50 e 60%; abaixo de 50%, contamos 675 Municípios; desconhecemos a situação dos restantes. (RBEP, 1946, p. 419).

O Editorial da Revista Vol. 4, nº 12, posteriormente abordada na seção *Documentação*, é um relatório apresentado por Lourenço Filho ao ministro da Educação, Gustavo Capanema, intitulado: "A Remuneração dos Professores Primários". No relatório Lourenço Filho afirma que:

Desde 1939 vem o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos realizando levantamentos periódicos, sobre a remuneração e situação de vida dos professores públicos de todo o país. Os resultados gerais desses estudos têm sido publicados, e análises especiais têm sido enviadas aos órgãos da administração de ensino das várias unidades federadas. Em relação à situação do magistério nos estabelecimentos de ensino particular, tem o I. N. E. P., igualmente, procedido a amplos inquéritos.

O conhecimento das condições de vida do professorado, documentado por tais estudos, tem servido a providências da administração, em relação a uma e a outra dessas categorias de trabalhadores.

Os dados recolhidos e publicados, por ocasião da I Conferência Nacional de Educação, reunida no Rio de Janeiro em dezembro de 1941, justificaram uma resolução, aí aprovada unanimemente, no sentido de que providenciassem os Estados e os municípios para a melhoria da situação então revelada. Dezesesseis Estados atenderam a essa resolução no correr dos dois anos seguintes. (RBEP, 1945, pág. 327).

Lourenço Filho (1945) argumenta que a remuneração dos professores é um problema importante e que merece atenção, o relator defende melhor valorização salarial. Além disso, menciona problemas da falta de formação docente, atribui os baixos salários pagos a categoria ao fato do magistério ser uma carreira de preconceito por ter se tornado uma carreira feminina.

Percebe-se quão atual continuam sendo as problemáticas em torno da docência abordada no relatório de Lourenço Filho. A feminização do magistério é apontada por Lourenço Filho como uma das influencias para a desvalorização docente caracterizado por baixa remuneração. O autor ressalta ainda que baixos salários e falta de uma política de valorização profissional ocasiona o abandono do magistério. Outra problemática apontada por

Lourenço Filho (1945) diz respeito à falta de uma política única para a remuneração docente, em estudos recentes Gatti, Barreto e André (2011) também afirmam que:

As enormes diferenças de condições financeiras entre governos estaduais e, especialmente, de governos municipais, muitos dos quais dependem sobremaneira de repasses de verbas da União para seus dispêndios públicos, pode levar tanto à descaracterização de uma carreira profissional docente quanto ao descaso dos gestores no que se refere à qualidade de sua base de formação. (GATTI, BARRETO; ANDRÉ, 2011, pág. 95).

Esta problemática perdura até os dias atuais, mesmo tendo sido instituído o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) docente através da Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para os profissionais do magistério público da educação básica, não tem garantido a sua total efetivação na prática, exemplo disto é a pesquisa realizada em 19 de abril de 2013, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que constatou que dentre os 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal, apenas 5 — Acre, Ceará, Distrito Federal, Pernambuco e Tocantins —, cumprem na íntegra o que determina a Lei do piso salarial.

Finalizando a temática sobre financiamento na educação, Lourenço Filho destaca no editorial Vol. V, nº 15, a evolução ocorrida ao longo de 12 anos, destacando quão grande investimento estava ocorrendo na educação do país,

Em 1932, as dotações consignadas para os serviços de educação, pelos Estados, o Distrito Federal e os municípios, não somavam senão 241 milhões de cruzeiros. Em 1939, porém, as mesmas dotações já chegavam ao montante de 458 milhões, e, no exercício de 1944, totalizavam 788 milhões. O aumento bruto, no período então decorrido, foi de mais de quinhentos milhões, representando aumento relativo de 227%. Não se diga que tal acréscimo tenha decorrido apenas do crescimento natural da população. Decorreu, sim, de maior vitalidade econômica, tanto é certo que, em 1932, a aula habitante, os Estados e municípios não atribuíam mais de Cr\$ 8,70, em serviços de educação, ao passo que, no ano de 1944, já consignavam Cr\$ 18,00. Em média, representaram as dotações dos Estados 24 % do montante geral da receita tributária, nessas unidades, e 26% da receita de impostos. (RBEP, 1945, p. 311).

Mesmo tendo havido maior investimento no campo educacional pelos estados e municípios, Lourenço Filho, destaca que tais investimentos eram muito diferentes de uma unidade federada para outra, desta feita, defende a ideia de que necessário se fazia o auxílio federal, sinalizando com isso a relevância do financiamento do ensino em seus níveis primários e secundários, de forma distributiva por parte do governo federal,

Uma conclusão de ordem geral ressalta, a vista da extrema variação dos indices, de uma para outra unidade federada: é a necessidade do auxílio federal a ser desenvolvida em firme política de redistribuição de fundos, para os Estados de

menor capacidade econômica cheguem a possuir o necessário aparelhamento e logrem imediata expansão de seus sistemas escolares. (RBEP, 1945, p. 312).

Sobre a importância do financiamento da educação em nível de governo federal já em 1932, os intelectuais que assinaram o Manifesto, destacaram a necessidade do mesmo o fazer de forma a socorrer onde houvesse deficiência de meios,

Ao governo central, pelo Ministério da Educação, caberá vigiar sobre a obediência a esses princípios, fazendo executar as orientações e os rumos gerais da função educacional, estabelecidos na carta constitucional e em leis ordinárias, socorrendo onde haja deficiência de meios, facilitando o intercâmbio pedagógico e cultural dos Estados e intensificando por todas as formas as suas relações espirituais. (AZEVEDO, 2005, p. 195).

A partir dos editoriais foi possível determinar que Lourenço Filho, diretor e editor da RBEP, contribui de forma decisiva para a concretização de uma mentalidade esclarecida sobre os aspectos nos quais a política governamental deveria se assentar, com vistas a organização da educação nacional.

Nesse diapasão, seu discurso esteve voltado para a observação da necessidade de as pesquisas educacionais e levantamento de dados estatísticos, funcionassem como elementos que seriam definitivos para a formulação de políticas no campo da educação.

Ainda sobre a organização do ensino, esteve sempre presente no discurso de Lourenço Filho a necessidade de haver uma articulação entre o ensino primário e o ensino secundário, devendo este último ser um preparador para a formação de intelectuais para dirigir o Estado, bem como para a formação da mão-de-obra para a indústria comércio ou para o campo. Defensor constante de um ensino público e gratuito e sobre a responsabilidade do Estado, defendeu o financiamento do ensino, destacando que cabia ao governo federal a ação supletiva e distributiva.

1.2 A seção *Ideias e Debates*: os elementos para pensar a educação nacional

Os artigos publicados na seção *Ideias e Debate* podem, inicialmente, ser classificados em dois blocos, no primeiro estão aqueles textos que guardam proximidade com os ideais escolanovistas e, no segundo, estão os que se ocupam em apresentar pesquisas de dados estatísticos e informações sobre a educação no país. Desse modo, as ideias apresentadas encontram fundamento nas pesquisas e nos dados estatísticos. Mostra-se ao público leitor a

importância de um tema e, ao mesmo tempo, se anuncia a importância da mensuração estatística para a validação dos estudos e pesquisas.

A leitura dos textos publicados na seção *Ideias e Debates* possibilitou identificar que seus autores tinham a intenção de indicar o caminho e as diretrizes pelas quais deveria seguir a educação no país. Tal proposição é confirmada ao longo de vários artigos presentes na seção. Sendo assim, pela amplitude temática, destacamos para fins de constatação, apenas trechos de três artigos presentes na seção em estudo. No primeiro deles, de autoria de Freitas (1945), dedica-se a discutir sobre os “Objetivos Fundamentais da Educação Brasileira”. Partindo do pressuposto que a educação se constituía na principal atividade social, o autor apresenta três princípios que deveriam embasar a educação, conforme destacado:

Constituindo uma — e talvez a mais nobre — das formas essenciais da atividade social, a educação deve resultar de um sistema que funcione o melhor possível, sob a inspiração desses três princípios: *justiça, ordem e eficiência*.

Para ser justa, a educação deve ser extensiva a todos os cidadãos sem privilégio algum, a não ser dos dons naturais de receptividade pessoal

Logo, não será apenas *gratuita*, mas também *providencial*. [...] Para ser *ordenada*, a educação há de constituir um sistema orgânico, isto é diferenciado e unificado ao mesmo tempo, pelo qual considerado todo o campo educacional como um processo de valorização do homem, elevadas em linha de conta *todas* as necessidades a que o Estado deve atender, com o fito de nobilitar e conduzir esclarecidamente a vida coletiva, fique assegurado à comunidade social o preparo e distribuição dos seus novos elementos em quadros que se diferenciem segundo fórmulas equilibradas. A liberdade prevalecerá, é claro, permitindo aos cidadãos a livre escolha do seu destino profissional; mas uma orientação liem inspirada, secundada por apropriados estímulos e atrativos, disporá facilmente as coisas de modo que se consiga a harmonia necessária no conjunto da distribuição. [...]

Para ser *eficiente*, por fim, a educação há de voltar-se, não para o passado, mas sim, para o futuro. Fixará os seus objetivos, os seus métodos, os seus processos, segundo as exigências dos destinos da Nação e tendendo à ordem nova que o mundo moderno já começou a esboçar de maneira tão trágica. Para tanto, ela exige uma planificação complexiva e profunda. Mas uma planificação que não pretenderá ser um conjunto de moldes estanques e rígidos, pois constituirá, ao contrário, uma força social viva, rica de formas e de mobilidade, operando por meio de um aparelho montado e posto a funcionar segundo diretrizes inteligentes e adequados controles, depois de assegurada a perfeita suficiência de elementos humanos e materiais. (FREITAS, 1944, p. 348).

Percebe-se nas proposições de Freitas (1945) ideais de cunho escolanovista ao fazer a defesa por uma educação de caráter gratuito e acessível a todos independentemente das condições econômicas, extensiva e gratuita a todos. Os pioneiros acreditavam ser possível a acessibilidade aos níveis de ensino a todos os cidadãos, respeitando a vontade de tais indivíduos em querer recebê-la.

Freitas (1945) defendia ainda uma educação ordenada que pudesse ser diferenciada e unificada ao mesmo tempo, indicando a necessidade de preparação de mão-de-obra intelectual

e trabalhadora. O próprio Manifesto trazia em seu bojo a necessidade de uma educação para todos. Os intelectuais que assinaram o documento concordavam que a educação de forma ordenada deveria fomentar mão-de-obra trabalhadora e intelectual para conduzir o país. A última ideia abordada por Freitas (1945) também era uma preocupação dos *Pioneiros*, a urgência da educação ter objetivos e métodos definidos e sobre a falta de objetos e métodos, reclamaram os *Pioneiros*:

Onde se tem de procurar a causa principal desse estado antes de inorganização do que de desorganização do aparelho escolar, é na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação. Ou, em poucas palavras, na falta de espírito filosófico e científico, na resolução dos problemas da administração escolar. (AZEVEDO, 2005, p. 189).

Dessa constatação decorre a hipótese de que muitos autores que tiveram seus artigos publicados na RBEP foram escolhidos pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) por intencionarem mostrar as diretrizes pelas quais deveria seguir a educação no país. Hipótese reforçada através das formulações de Freitas (1945). Constata-se que as proposições apontadas pelo autor, para a organização da educação nacional, trazem um misto de ideias defendidas pelos *Pioneiros* da educação em 1932, bem como, as concepções defendidas pelo governo Vargas.

Entre as ideias defendidas pelos *Pioneiros* que estão presentes no Plano de Organização da Educação, defendido por Freitas (1945). Destaca-se a formação de um sistema único de ensino, regime de colaboração entre os entes federados, formação consistente para os professores independentemente do nível de ensino no qual atuavam, bem como assistência ao educando e educação formadora de mão-de-obra.

A primeira das três proposições defendidas por Freitas, anteriormente defendidas pelos escolanovistas, diz respeito a uma formação de um sistema único de educação em âmbito nacional. Convém ressaltar que o Plano Nacional de Educação para a formação de um sistema único de educação chegou a ser formulado, ainda em 1935, conforme nos indica Dantas (2001). A segunda proposição de Freitas diz respeito às diferenças de cada Região. A terceira questão aborda a relevância do regime de colaboração entre os entes federados, sendo proposta a distribuição equitativa. Nota-se que tais proposições, muito assertivas e inovadoras, vão permanecer por muito tempo somente no campo das ideias.

Qual a organização do sistema educacional brasileiro para atender a esses objetivos.

Essa organização só pode ser aquela que assegure:

a) Coordenação unificadora dos objetivos gerais: — logo. Formação de um sistema único, de âmbito nacional.

b) Diferenciação harmônica desse sistema, tendo em vista o nosso regime federativo de governo bem assim as peculiaridades regionais e locais: — portanto, colaboração deliberativa, na direção do sistema nacional, dos governos responsáveis pelos subsistemas das Unidades Políticas.

c) Somatório convencional dos recursos que as três órbitas de Governo devam despender (ou queiram despender além do devido) com a educação; e conseqüente distribuição equitativa desses recursos, de modo simultaneamente proporcional às necessidades (estas, medidas em função da amplitude territorial e da população dos excessos voluntários de contribuição, das comunidades que os Governos compactuantes presentarem). (FREITAS, 1945, p. 350).

A formação de professores e a atenção devida no que diz respeito a equivalência nacional, também são destacadas por Freitas (1945) como de suma importância para a formação de um sistema de educação:

d) Equivalência nacional da obra educativa (quanto às condições de equipamento, qualidade do professorado e eficiência pedagógica), em cada um dos seus níveis e em cada qual dos seus ramos.

e) Nobilitação do magistério, tanto na sua formação quanto no seu recrutamento: e também por meio de uma remuneração liberal, numa escala progressiva e uniforme, de aplicação automática, sem dependência de vagas nem de casuais promoções, e que tome em consideração, não apenas o tempo de serviço e o merecimento, mas igualmente as condições de desconforto e sacrifício do ministério a exercer, bem como os encargos de família. (FREITAS, 1945, p.351).

A defesa de equivalência nacional quanto à formação docente já era anteriormente uma bandeira defendida pelos escolanovistas, o que reforça a hipótese de que muitas das diretrizes apontadas pelo autor tiveram influência nos ideais da escola nova.

Em outra ideia defendida por Freitas (1945), observa-se a preocupação em descolar a garantia à frequência escolar, não mais através de multas ou prisão aos pais, mais sim com adequada assistência, para que os pais desprovidos de condições financeiras tivessem assistência por parte do governo para manutenção do filho na escola.

f) Adequada assistência sanitária, econômica e moral ao disciplinado, com os atrativos que assegurem a regular frequência escolar, mas sem o recurso aos meios coercitivos desumanos, injustos e antissociais, que têm sido tentados até agora com resultados contraproducentes (multa e prisão do pai ou cancelamento da matrícula). (FREITAS, 1945, p. 351).

O contexto social exigia tal atenção, uma vez que o país, em crescente desenvolvimento industrial, necessitava agora de mão de obra, com domínio básico, de leitura

e escrita e em operações matemáticas. Neste sentido, a assistência sanitária, a educação voltada para a formação de mão de obra, bem com, o a relevância da organização nas empresas, seja através da estatística ou da contabilidade, são destacadas como de relevância, na organização do sistema educacional brasileiro.

Já no que diz respeito às ideias defendidas pelo Estado, pode-se destacar: a exacerbação a educação física e militar como forma de garantir a saúde e integridade corporal, ideia higienistas, também são bem presentes, nos escritos dos autores a época e indispensáveis no plano de organização da educação. A educação cívica é ressaltada como elemento relevante num plano nacional de educação, ao lado da educação artística e religiosa, no entanto, o autor reconhece que tais disciplinas devem ter caráter optativo.

(...)

- i) Garantias de saúde e integridade corporal, não só por meio da educação física e militar, mas também mediante noções práticas e apropriadas de higiene e sobre os recursos mais correntes da medicina de urgência.
- j) Educação social e educação cívica, a par — mas optativamente quanto à modalidade — da educação artística e religiosa.
- l) Diferenciação específica e regional do aparelho pedagógico, em Condições de prover equitativamente às necessidades de todos os quadros Sociais. (FREITAS, 1945, p. 352).

Por fim, Freitas (1945) ressalta a importância da gratuidade, em todos os níveis de ensino, sem deixar de mencionar, no entanto, a seleção aos mais bem capacitados intelectualmente, reforçando a ideia, de que era necessário, uma elite intelectual, para governar o país, “(...) m) Gratuidade da educação em todos os seus graus, mas selecionando-se rigorosamente, tanto na matrícula, como no prosseguimento do curso, e dentro de cotas preestabelecidas, as vocações mais pronunciadas e as inteligências mais poderosas.” (FREITAS, 1945, p.352).

A ideia de uma escola única para todos, independentemente do nível social ou econômico dos indivíduos, a formação de todos os professores em nível superior, além da equiparação salarial, tem seu nascedouro com os Pioneiros da Educação,

A seleção dos alunos nas suas aptidões naturais, a supressão de instituições criadoras de diferenças sobre base econômica, a incorporação dos estudos do magistério à universidade, a equiparação de mestres e professores em remuneração e trabalho, a correlação e continuidade do ensino em todos os seus graus e a reação contra tudo que lhe quebra a coerência interna e a unidade vital, constituem o programa de uma política educacional, fundada sobre a aplicação do princípio unificador que modifica profundamente a estrutura íntima e a organização dos elementos constitutivos do ensino e dos sistemas escolares. (AZEVEDO, 1932, p. 194).

A cientificidade na Educação, também apontada como uma das diretrizes para a organização da educação é ressaltada como de relevância para uma educação que pretendia tornar-se uma ciência exata, como destaca Washburne (1944),

Até ao presente, grande parte da educação é tradição, adivinhação, doutrina tradicional, ou fé, menos esclarecida. Para que dela façamos uma ciência exata e uma arte prática, teremos que observar e registrar os fatos, de modo sistemático e sem preconceitos; teremos também que realizar experiências sob controle objetivo, seguramente estabelecido. (WASHBUBNE, 1944, p. 65).

A ideia da relevância de uma cientificidade em Educação foi defendida pelos Pioneiros da Educação e considerada como elemento imprescindível, capaz de revelar e apontar diretrizes para o ensino e para a melhoria educacional, como destacado em trecho no Manifesto dos Pioneiros de 1932:

(...) se tem um espírito científico, empregará os métodos comuns a todo gênero de investigação científica, podendo recorrer a técnicas mais ou menos elaboradas e dominar a situação, realizando experiências e medindo os resultados de toda e qualquer modificação nos processos e nas técnicas, que se desenvolveram sob o impulso dos trabalhos científicos na administração dos serviços escolares. (AZEVEDO, 2005, p.189).

Os métodos de ensino defendidos pela Escola Nova são apontados como os únicos capazes de fomentar uma educação para a democracia conferir Childs (1944),

Em suma, uma educação interessada pela democracia é uma educação que se interessa profundamente pelo método educativo, Nenhum programa educacional, que não procure desenvolver um método para o enriquecimento e libertação da inteligência do indivíduo, poderá ser submetido à prova de tratar cada pessoa como um fim em si. Esse tipo de educação acentua, atiles de tudo, a significação da experiência escolar como objetivo definido. Honra a Escola Nova ter percebido a importância suprema do método e ter-se dedicado ao trabalho experimental e criador de estruturar sistemas adaptados às diferentes idades escolares, sistemas esses pelos quais poderá ser cultivado este método de ação, de reflexão, de responsabilidade pelas consequências, e de liberdade; por outras palavras, o método do desenvolvimento da inteligência no indivíduo. Todo aquele que compreender bem as exigências feitas a cada cidadão, pelas atuais e complexas condições da vida em uma. Sociedade democrática, jamais poderá considerar esta importância dada ao método como evasão aos problemas sociais modernos. (CHILDS, 1944, p. 208).

Como pode ser observado nos vários trechos de artigos destacados acima, havia uma correspondência de interesses defendidos no Manifesto dos Pioneiros de 1932, sendo reacendidos nos artigos presentes na seção *ideias e Debates*, o que nos permite afirmar que a RBEP teve uma linha política apoiada nos ideais escolanovistas.

Informar aos leitores, como vinha sendo conduzida e organizada a educação, com o uso das estatísticas e teorias oriundas do campo da psicologia era uma constante nos artigos publicados na RBEP. Nesse sentido, é possível admitir que a mensagem transmitida aos leitores era de que a educação no Brasil, a partir da reforma empreendida na década de 1930, estava no caminho certo, como destacado por Lourenço Filho (1944):

Como deveria ocorrer em relação a outros, muitos aspectos da vida do país, a mudança de regime, em 1930, num forte movimento de opinião, haveria de colocar o problema em outras bases. Na verdade a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, logo após o estabelecimento, do Governo Provisório desse ano, pode ser assinalada, como afirmação de uma nova consciência do problema educacional no país. (LOURENÇO FILHO, 1944, p.13).

QUADRO II: TEMAS PUBLICADOS NA SEÇÃO IDEIAS E DEBATE (1944 A 1946)				
TEMAS	1944	1945	1946	Frequência
Administração e Organização Escolar	2	7	-	6,52%
Didática	1	1	2	2,90%
Documentação/Pesquisa Educacional	3	3	-	4,35%
Educação Extraescolar:	1	2	-	2,17%
Educação Física	-	5	-	3,62%
Educação Rural	1	2	1	2,90%
Ensino Musical e Artístico	-	-	2	1,45%
Ensino Normal	-	1	3	2,90%
Ensino Pré-primário e Primário no Brasil	2	2	3	5,07%
Ensino Secundário	2	2	1	3,62%
Ensino Superior	4	3	-	5,07%
Ensino Supletivo	-	1	-	0,72%
Ensino Técnico-profissional	-	3	-	2,17%
Estatística Educacional	2	4	1	5,07%
Filosofia Educacional	7	2	6	10,87%
Fundamentos Biológicos da Educação	-	2	-	1,45%
Fundamentos Psicológicos da Educação	2	7	4	10,80%
Fundamentos Sociológicos da Educação	-	2	-	1,45%
Higiene Escolar e Educação Sanitária	1	2	3	4,35%
História da Educação	4	1	1	4,35%
Medidas Educacionais	3	4	3	7,25%
Orientação Educação, Orientação Profissional, Seleção Profissional e Ensino Vocacional	-	8	-	5,80%
Problemas em gerais sobre educação	2	4	1	5,05%
Total	37	70	30	100%

FONTE: Catálogo da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1952.

De acordo com a classificação dos assuntos presentes na seção *ideias e Debates*, no período de 1944 a 1946, foi possível constatar que a relevância dada à psicologia e a filosofia foi maior que a biologia e sociologia. Somam-se a estes, temas relativos à administração e organização do ensino, bem como, os níveis primários, secundário e superior, assuntos que demandaram preocupação constante na RBEP. A pesquisa educacional e a estatística também assumem papel de grande importância. Faz-se necessário ressaltar que dentro dos artigos

presentes na seção *Ideias e Debates*, principalmente os que tratam sobre a organização do ensino ou sobre medidas educativas, sempre se utilizam de dados estatísticos.

Esses elementos estão evidenciados no Catálogo da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, publicado no ano de 1952⁷. O quadro acima permite ao leitor da *Revista* observar a frequência de temas que foram publicados na seção *Ideias e Debates*. De outro modo é possível identificar ainda aqueles temas que tiveram a maior incidência dentre aqueles que a RBEP privilegia.

Dantas (2001) nos indica que,

(...) o impresso foi utilizado pelo Instituto como dispositivo de assessoria técnica junto aos sistemas educacionais e como mecanismo de circulação de informação e de propaganda sobre os novos métodos e novas formas de organização administrativa e escolar [...] deduzindo que essa ação fora parte de uma estratégia de poder, encontrada pelo governo federal para mias rapidamente se comunicar com a escola, coibindo assim a ação desorganizada dos poderes locais. (DANTAS, 2001, p. 4).

Apoiada em Dantas (2001), conclui-se que os temas que obtiveram maior frequência dentro da seção *Ideias e Debates* se constituem as diretrizes nas quais o INEP acreditava deveria se desenvolver a política de educação para o país. Neste contexto, os intelectuais vinculados às Universidades públicas e ao INEP tornaram-se autores privilegiados que passaram a contribuir para elaboração de um projeto para o desenvolvimento de uma nação forte, simbolizando a modernidade para o país.

No percurso de levantamento dos dados observou-se que havia uma frequência importante de artigos publicados por autores estrangeiros, indicando a preocupação de informar os leitores como vinha ocorrendo a educação em outros países. Esse tipo de preocupação era um dos fundamentos para qual fora criada a RBEP.

A publicação de textos de autores estrangeiros em momento que se busca imprimir uma nacionalidade à educação se justifica, pois assim a RBEP proporciona aos leitores a possibilidade de comparar os avanços já conquistados em matéria de educação no país, além de oportunizar aos seus leitores a compreender que o Brasil tinha “boas referências”.

A partir das formulações de Venâncio Filho (1946) presentes em artigo publicado na RBEP, Vol. IX, nº 25, sob o título “Contribuições Norte-Americanas à Educação no Brasil” se observa que, embora procurasse imprimir um caráter nacional, entendido aqui como

⁷ Catálogo da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Do nº 1 – Volume I (julho de 1944) ao nº 44 – Volume XVI (dezembro de 1951)). Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 1952.

valoração da cultura brasileira ao ensino no país, a educação americana era sempre referenciada como um modelo a ser seguida pelo Brasil.

Pode-se resumir a grande contribuição norte-americana à educação em geral em alguns pontos essenciais: 1. Cuidado, cada vez maior, com a criança e o adolescente, que constituem realmente o centro de gravitação de todo o sistema; 2. A educação, de sentido realmente democrático, vem do povo para o governo e não deste para aquele, havendo uma participação profunda de toda a sociedade no funcionamento do sistema; 3. Documentação opulenta e renovada dos elementos de estudo e de aplicação; 4. Orientação científica e técnica na solução dos problemas, diferenciadas nitidamente as atividades educacionais em magistério, administração e pesquisa; [...]. (VENÂNCIO FILHO, 1946, p. 233).

Admitida à posição de Venâncio Filho (1946), conclui-se que a educação americana se constituía no modelo a ser seguido pelo Brasil, seja pela organização do seu sistema de ensino, ou pela influência filosófica advinda daquele país sobre os intelectuais brasileiros.

QUADRO III: INSTITUIÇÃO DE ORIGEM DOS AUTORES QUE PUBLICARAM NA SEÇÃO IDEIAS E DEBATES (1944 A 1946)		
INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	QT.	%
Associação Brasileira de Educação – ABE	3	3,10
Associações Estrangeiras	1	1,03
Colégios/Escolas Estrangeiros	3	3,10
Colégios Particulares	2	2,06
Cruzada Pro-Infância	1	1,03
Departamentos Estaduais de Educação e Cultura	4	4,12
Departamento Estadual de Estatística	1	1,03
Departamentos de Educação Estrangeiro	3	3,10
Departamentos do Ministério da Educação e Saúde	3	3,10
Direção Geral de Ensino – Estrangeiro	1	1,03
Divisão Ensino Secundário e Preparatório – Uruguai	1	1,03
Escola Normal/Magistério – Estrangeiro	2	2,07
Escolas de Aperfeiçoamento de BH	1	1,03
Exército Brasileiro	1	1,03
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP	8	8,25
Institutos de Educação	6	6,18
Institutos de Educação Superior estrangeiros	1	1,03
Ministério da Agricultura	1	1,03
Ministério da Educação do Chile	2	2,07
Museu Nacional de Belas Artes	2	2,07
Secretaria Geral de Educação e Cultura	1	1,03
Sem Indicação	5	5,15
Serviço de Assistência ao Menor – MJ	1	1,03
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI	2	2,06
Serviço Nacional de Recenseamento – IBGE	1	1,03
Serviços de Estatística da Educação e Saúde – MÊS	1	1,03
Superintendência Ensino Profissional – SP	1	1,03
União Pan-Americana, Washington – EUA	1	1,03
Universidades Estrangeiras	2	12,36
Universidades Particulares	2	2,06
Universidades Públicas Brasileiras	3	23,70
TOTAL	7	100%

FONTE: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – 1944 a 1946

A partir do demonstrativo do quadro III é possível afirmar que, no período estudado, os intelectuais ligados as universidades públicas, universidades estrangeiras e ao INEP, em suas análises e proposições referentes à educação, tiveram espaço privilegiado na RBEP, reforçando a ideia apresentado por Dantas (2001), de que o “Estado [...] solicitou intelectuais, educadores e técnicos a implementar seus projetos”, justificando as opções políticas no campo educacional como as mais assertivas para a construção de uma nação forte, cabendo ao público leitor da *Revista* reconhecer que o caminho admitido pelo governo era a melhor escolha para conduzir a educação do país.

Foi possível constatar que dos 137 artigos publicados na seção *Ideias e Debates*, 105 são de autoria de autores brasileiros, 33 de autores estrangeiros (alguns naturalizados brasileiros). A identificação do *locus* institucional dos autores que publicaram na seção *Ideias e Debates* aponta em primeiro lugar uma prevalência de professores pertencentes ao quadro das Universidades Públicas Brasileiras, com um percentual de 23,71%. Em segundo lugar, professores de Universidades Estrangeiras com 12, 36%, e em terceiro os intelectuais e funcionários ligados ao INEP, com 8, 24%. A frequência de autores ligados a instituições públicas e que publicaram na seção *Ideias e Debates*, de modo geral é predominante. Com relação às publicações de autores ligados as Universidades Particulares, se percebeu uma frequência muito baixa, no período.

A ausência de professores secundários na relação de autores que publicaram na RBEP é esclarecida por Gandini (1995), quando esta afirma que esses não “possuíam representatividade significativa no debate sobre as questões educacionais”, especialmente aquelas que a *Revista* se propunha a patrocinar.

QUADRO IV: AUTORES COM MAIOR NÚMERO DE TRABALHOS PUBLICADOS NA SEÇÃO IDEIAS E DEBATES ENTRE 1944 E 1946				
Autores	1944	1945	1946	Total
Lourenço Filho	3	5	-	8
A. Junior	1	1	3	5
Germano Jardim	2	1	1	4
Inezil Pena Marinho	-	4	-	4
Francisco Venâncio Filho	1	1	2	4
Jacir Maia,	2	1	-	3
Faria Gois Sobrinho,	-	2	1	3
Fernando de Azevedo	-	1	2	3
Heloisa Marinho	2	1	-	3
Betti Katzenstein	-	1	1	3
Celso Kelly	1	1	-	2
Emílio Planchard,	1	1	-	2
Donald Pierson,	1	1	-	2
Ernesto de Souza Campos	1	1	-	2
Mario Augusto Teixeira de Freitas,	-	1	1	2
Adrian Rondileau,	-	1	1	2
Antônio Carneiro Leão	1	1	-	2
Giorgio Mortara	-	2	-	2
Rubém González	-	1	1	2
Helena Antipoff	1	1	-	2
Maria I. Leite da Costa	-	1	1	2

FONTE: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, Vol. I a IX, nº 1 a 25.

A partir do quadro demonstrativo IV, é reforçada a hipótese que coube ao INEP, definir sobre os intelectuais que publicariam na *Revista*. Nota-se que Lourenço Filho, diretor e editor da *Revista*, foi quem ocupou o primeiro lugar com maior número de artigos publicados – oito (8) – indicando que cabia ao INEP as diretrizes para a organização do ensino. Convém destacar que Lourenço Filho publicou 3 artigos na seção *Ideias e Debates* ao longo do ano de 1944, e cinco artigos no ano de 1945, não havendo publicado nenhum artigo no ano de 1946 na seção privilegiada para análise. Em segundo lugar, aparece com cinco artigos publicados A. Junior, ligado à Universidade de São Paulo, Fernando de Azevedo, Ernesto de Souza e Antônio Carneiro, que também são autores também vinculados a Universidades Públicas. Germano Jardim e Inezil Pena Marinho ocupam a terceira posição com 4 artigos publicados, sendo Jardim ligado ao INEP e Heloisa Marinho ligada ao departamento de educação. Faria Goes e Helena Antipoff também eram vinculados a departamento de educação. Celso Kelly, Francisco Venâncio e Heloisa Marinho eram vinculados a Institutos de Educação. Emílio Planchard e Maria Irene são autores vinculados à Universidades Estrangeiras. Rubens Gonzalez era vinculado ao Ministério da Educação do Chile. Betti Katsenstein fazia parte da Cruzada pro-infância e Donald Pierson à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Contribuíram com a seção ideias e debates um total de 97 autores, sendo 79 homens e 17 mulheres e 1 artigos sem autoria.

O levantamento dos autores que mais publicaram na seção *Ideias e Debates* e suas respectivas instituições de origem permitiu revelar que o INEP e as Universidades Públicas nacionais e estrangeiras tiveram espaço privilegiado. A presença de autores estrangeiros, pode ser compreendida como o reconhecimento por parte dos organizadores e dirigentes da *Revista*, pois esses tinham muito a contribuir com o debate educacional.

Sobre o privilegio dado as Universidade públicas, Dantas (1997) esclarece que: “(...) o INEP busca, mais além do estreito espaço das universidades e centros de pesquisa, vozes que justifiquem o projeto de educação elaborado pelo governo militar, que tem centralidade na formação de técnicos em todos os níveis do ensino”. (DANTAS, 1997, p. 18).

A análise realizada a seção *Ideias e Debate*, permitiu vislumbrar os assuntos privilegiados no período de 1944 a 1946, os intelectuais que nela publicaram, observado que no período em estudo, os assuntos que mais demandaram atenção dentro da seção foram: 1º) Fundamentos psicológicos/medidas educativas; 2º) Fundamentos filosóficos; 3º) Administração e Organização Escolar e 4º) Orientação Educacional e Profissional e 5º) Estatística Educacional.

Pela prioridade dada aos assuntos, nota-se que o objetivo da *Revista* era enfatizar que, a partir da década de 1930, estava em construção uma nova política educacional que visava a organização do sistema de ensino, neste contexto a psicologia, filosofia, administração e organização escolar, além da pesquisa e dados estatísticos, passam a serem destacados como elementos relevantes para subsidiar e organizar o ensino.

Portanto, o segundo capítulo procura flagrar quais as contribuições desses elementos para o campo da educação nacional na década de 1940. Procura, ainda, elucidar porque tais temáticas foram constantes dentro da seção.

CAPÍTULO II

2. A PESQUISA E A ESTATÍSTICA, A FILOSOFIA E PSICOLOGIA NA BASE DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação nacional começa a tomar seguramente por este rumo, como por ele tomaram outros empreendimentos de ordem social, em cujos domínios se pesquisa, de maneira objetiva, com o auxílio da estatística e de processos auxiliares. A vida brasileira começa a perder, e felizmente, o “complexo de inferioridade” que não lhe permitia ver-se a si mesma, com o que está ganhando, por certo, maior desenvoltura de movimentos e capacidade de autodeterminação. (LOURENÇO FILHO, 1940, p.12).

A partir do levantamento das temáticas educativas presentes na seção *Ideias e Debates*, foi possível observar que os assuntos sobre a pesquisa e estatística, psicologia e filosofia, tiveram maior relevância dentre os artigos escritos na seção (conforme quadro II, p.47). Portanto, no decorrer deste capítulo, privilegiar-se-á esses temas, vez que, essas concepções teóricas contribuíram de forma definitiva para a definição e organização da educação brasileira.

Durante a análise dos materiais foi possível perceber algumas evidências que de a temática ‘pesquisa’ foi um componente privilegiado dentro da RBEP. Esse fato é plenamente justificável, pois a pesquisa era considerada instrumento capaz de conduzir os caminhos da educação do país, vez que, através dela teriam subsídios considerados “inquestionáveis” que apontariam a situação do sistema educativo, além de fornecer dados ‘verídicos’ que auxiliariam na condução e elaboração de políticas pelo Estado, como forma de modernizar a educação, e consequentemente o país.

2.1 Pesquisa Educacional e Estatística – Instrumentos privilegiados como tradução da realidade

A análise dos textos publicados na seção *ideias e Debates* permitiu perceber que a *pesquisa educacional e estatística* apareceu em muitos artigos como indispensável para conduzir as reformas educacionais iniciadas desde a década de 1930 no país, noticiada pelo próprio periódico “[...] desenvolvem-se ao influxo da sadia política de reconstrução do país, instaurada em 1930” (RBEP, 1944b, p. 5). A pesquisa é encarada como a tradução da realidade e de fundamental importância para a educação do país.

A pesquisa educacional, que algumas vezes recebe sinônimos de ‘estudo educacional’ ou ‘investigação pedagógica’, é encarada como o fio condutor para tomada de decisão mais acertada pelos dirigentes educacionais na formulação de políticas educacionais. Sobre a importância da pesquisa na educação, Carleton Washburne, do Departamento de Educação de Winnetka, Illinois, Estados Unidos, destaca que, “[...] Devemos, pois, examinar nosso trabalho com espírito estritamente científico, e, por isso usando de medidas objetivas”. (WASHBUBNE, 1944, p. 68).

A leitura do material publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, permite considerar que a realização de inquéritos e pesquisas sobre os problemas educacionais auxiliaram o Ministério da Educação e Saúde na condução das políticas educacionais. A seção *Ideias e Debates* revela uma profunda difusão entre os discursos dos intelectuais que na *Revista* escreveram e os discursos do próprio Estado. Portanto, é possível afirmar que, naquele momento, os intelectuais são chamados para colaborar para a organização da educação do país, e que vão dar o “tom” ao discurso realizado em educação. Carvalho (1992) já havia feito esta constatação, ao afirmar ser:

(...) impossível demarcar fronteiras entre o discurso do governo e da comunidade acadêmico-científica. Isto porque, de modo geral os personagens que influíam e participavam nas comissões de especialistas, nomeados pelo governo, para definir diretrizes da política educacional e científica, eram os mesmos que se organizavam em entidades de cunho pedagógico-científico-político-cultural e se posicionavam, enquanto entidade ou individualidade no âmbito da sociedade civil (CARVALHO, 1992, p. 68).

No que tange ao tema ‘pesquisa educacional’ foi possível identificar nos artigos publicados na *Revista* que a mesma foi encarada como um instrumento eficaz de combate à desorganização escolar, pois somente ela era entendida como capaz de desvendar os problemas educacionais e conduzir as políticas educacionais rumo a um decisão governamental.

Os dados apresentados através da pesquisa estatística, sobre a responsabilidade do INEP, eram posteriormente publicados na RBEP. Tais constatações ficam evidenciadas através do estudo realizado por Lourenço Filho (1945):

Os resultados gerais desses estudos têm sido publicados, e análises especiais têm sido enviadas aos órgãos da administração de ensino das várias unidades federadas. Em relação à situação do magistério nos estabelecimentos de ensino particular, tem o INEP, igualmente, procedido a amplos inquéritos.

O conhecimento das condições de vida do professorado, documentado por tais estudos, tem servido a providências da administração, em relação a uma e a outra dessas categorias de trabalhadores. (LOURENCO FILHO, 1945, p. 398).

Os estudos realizados pelo INEP e divulgados pela RBEP sempre exaltavam os grandes avanços que vinham sendo realizados na educação no país. Entretanto, indicavam também que eram necessárias maiores providências no sentido de superar os problemas. Superação esta que exigia análise cuidadosa e maior planejamento, deixando transparecer explicitamente que o Ministério da Educação, através dos seus órgãos administrativos, estava trabalhando para conduzir a pesquisa científica em educação. Diante do exposto, infere-se que essas pesquisas estavam pautadas em dados estatísticos e nos fundamentos psicológicos e filosóficos como formas de superação dos problemas educacionais.

No que se refere à frequência dos temas ligados a psicologia, bem como à filosofia, é possível considerar que a presença das mesmas ocorreu em função de serem os fundamentos científico da estrutura e organização da educação brasileira até então, de par com a pesquisa educacional e estatística, encaradas como subsídio aos estudos educacionais.

Não há questionamentos sobre as possíveis falhas no que se refere à estatística. A mesma é tida como “verdade absoluta”, capaz de traduzir a realidade educacional com exatidão, de forma inquestionável, expressão da verdade, “O método estatístico, por sua fecundidade e plasticidade de aplicações é, na verdade, o instrumento indispensável à fundamentação de uma verdadeira consciência técnica em educação” (RBEP, 1945, p.4).

Tomada como verdade absoluta, não haviam questionamentos se a pesquisa estatística serviria a um posicionamento entre tantos outros possíveis. Aliás, não aparece em nenhum momento nos artigos publicados quaisquer dúvidas sobre falhas nos processos de coletas de dados ou ainda que a pesquisa estatística não representasse uma verdade absoluta. Ao invés disso, as estatísticas são ressaltadas com imprescindíveis, e sem as mesmas não poderia haver como planejar o caminho certo para a educação no país, nem tão pouco formular políticas educacionais: “sem a verificação periódica dos resultados e o confronto desses dados com os das necessidades da vida coletiva, nenhuma obra de governo pode ter cabal direção” (RBEP, 1944b, p. 3).

Nesse sentido, a *pesquisa* e a *estatística* são elencadas como fundamentais, pois, sem os dados provenientes desses estudos era impossível traçar diretrizes para os problemas ainda não solucionados. As mesmas eram considerada o principal parâmetro para tomada de decisão e políticas governamentais.

Sem ela, os objetivos se diluem e, à falta de certeza nos objetivos, não há plano nem método. Trabalha-se, então, sob o impulso da rotina, à inspiração do acaso ou do arbítrio. Se a obra é de grande amplitude como a da educação, perde todo o caráter de unidade ou sistema, fragmentada, em iniciativas dispersas, senão às vezes contraditórias. (RBEP, 1944b, p.3).

Lourenço Filho, à frente do INEP e da RBEP, empreendeu uma política pautada na investigação, através da pesquisa estatística, que assume então a verdadeira tradução da realidade educacional. Em muitos dos artigos analisados, os dados estatísticos são sempre utilizados para reforçar quão grande esforço estava sendo empreendido em matéria de educação no país⁸.

Numa defesa dos propósitos do governo federal, no que importava a educação, o diretor do INEP se dirige aos leitores da Revista num artigo intitulado ‘*A Educação, Problema Nacional*’ e declara quão grande avanço havia sido dado com relação à política educacional no país naquele momento:

Que as providências do governo vêm dando corpo e sentido ao programa traçado é inegável. Mas será sempre necessário não esquecer que não há vida social, de uma parte, e educação, de outra. A nova configuração político-social do país e as providências tendentes a imprimir-lhe unidade política e econômica haveriam de condicionar a abra geral da educação, quer a resultante de seu processo espontâneo, quer a das instituições deliberadamente postas ao seu serviço. Por mil e uma formas, a vida do país tem-se tornado mais "nacional", isto é, mais integrada; e tanto a educação começa a exprimir esse novo estado de coisas, em virtude do novo ambiente criado, quanto o reforça, pela atuação das instituições de ensino e de educação extraescolar. (LOURENÇO FILHO, 1944, p. 15).

Germano Jardim é o autor que mais se dedicou a apresentar dados estatísticos no período analisado. Convém destacar que Jardim apresentou na seção *ideias e Debate* quatro artigos sobre a coleta estatística educacional. Os textos “A coleta da Estatística Educacional” (I) e (II) foram publicados respectivamente nas Revistas Vol. I, nº 3, e Vol. II, nº 5. Em 1945 é lançado “A coleta da Estatística Educacional (III)” na *Revista* de Vol. IV, nº 11 e em 1946 é lançada a IV e última coleta estatística educacional na Revista Vol. VII, nº 21.

Lourenço Filho, como outros autores, ao tratar de temas como ensino primário, secundário, financiamento da educação ou ainda remuneração docente, sempre utilizava dados estatísticos para reforçar os feitos que vinham sendo realizados na área educacional a partir da década de 1930.

⁸ Cf. GANDINI, Raquel P.C. Intelectuais, Estado e Educação: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (1944-1952), Campinas, 1995;

Entre os assuntos tratados na seção *ideias e Debates* que mais se utilizaram de dados estatísticos, destacam-se os assuntos referentes à coleta de dados publicados por Germano Jardim (acima citado), dois artigos de autoria de Giorgio Mortara, que tratam sobre “A alfabetização e Instrução” no Distrito Federal e São Paulo respectivamente, que estão publicados nas *Revistas* Vol. VI, nº 16 e Vol. VI, nº 17.

Também fazem uso de dados estatísticos: João Carlos de Almeida, ao tratar sobre “O ensino primário em São Paulo de 1934 a 1943”, *Revista* Vol. IV, nº 12, assim como Mário Augusto Teixeira de Freitas, ao tratar sobre a “Formação do homem brasileiro como trabalhador e cidadão da democracia”, revista Vol. VII, nº 20.

Observou-se também que os dados estatísticos são usados com bastante frequência entre autores que se dedicaram a escrever sobre Medidas Educativas, entre os quais destacamos alguns artigos: “Aplicação dos ‘testes ABC’ em crianças indígenas, terenas e caiuiás de Mato Grosso” (PESSOA, 1945, Vol. III, nº 8); “A Apresentação das questões nas provas de nível mental” (VELOSO, 1944, Vol. I, nº 2); “A criança de 7 anos através dos testes mentais aplicados em Belo Horizonte” (LUSTOSA, 1945, Vol. III, nº 8), “Comprovação e aplicação de conhecimento” (VEIGA, 1945, Vol. VI, nº 17); “Provas para seleção de calculistas” (MAIA, 1944, Vol. I, nº 4), entre outros.

A presença de elementos estatísticos nos textos em análise tinham a finalidade de reforçar um discurso, descrever uma realidade e, portanto, eram utilizados com um elemento científico confiável que expressava os grandes avanços que vinham sendo empreendidos na educação no Brasil.

Se em qualquer ramo da administração” — para lembrarmos, de início as palavras do educador que, em 1931, dirigia o ensino no Estado de São Paulo "o cotejo e a interpretação dos dados numéricos oferecem subsídio de valor para o conveniente estudo do desenvolvimento e reorganização dos serviços, no que concerne ao trabalho das escolas, esses dados se reputam, de todo em todo, imprescindíveis não já para o estudo de reformas, mas para o próprio equilíbrio do sistema em vigor. (JARDIM, 1944, p. 361).

Para dar maior clareza, estava em destaque não só o primeiro projeto educacional, mas o melhor projeto para a educação no país.

Como deveria ocorrer em relação a outros muitos aspectos da vida do país, a mudança de regime, em 1930, num forte movimento de opinião, haveria de colocar o problema em outras bases. Na verdade a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, logo após o estabelecimento do Governo Provisório desse ano, pode ser assinalada, como afirmação de uma nova consciência do problema educacional no país. (LOURENÇO FILHO, 1944, p.13).

A exemplo de Lourenço Filho, muitos dos autores que colaboraram com a *Revista*, no período de 1944 a 1946, faziam sempre uma retrospectiva histórica, contrapondo, através de dados estatísticos, as ações passadas na área da educação aquém do que vinha sendo realizado.

À medida que era realizada a pesquisa estatística como forma de verificação dos problemas educacionais, os resultados encontrados através dos números serviam para reforçar o discurso das grandes iniciativas que estavam sendo realizadas pelo governo Vargas e pelo próprio INEP para melhorar o quadro da educação no Brasil.

Ainda que esta pesquisa não se dedique a estudar a seção *Documentação* é possível encontrar nela, dados estatísticos que reforçam os elementos apontados nos textos publicados na seção *Ideias e Debates*, sobre o discurso que melhorias estavam acontecendo no campo educacional no país ao apontar dados que comprovavam as péssimas condições em que se encontrava a educação brasileira antes do novo projeto educacional empreendido a partir da década de 1930.

Ao apresentarem a ideia de que uma nova política se instituía a partir dos anos de 1930, a *Revista* não deixava dúvidas de que a educação do país estava agora no caminho certo e seria conduzida de maneira adequada, pois havia alcançado uma cientificidade na qual poderia tratar adequadamente a administração e a instrução pública.

É consenso por parte de todos os intelectuais que publicaram na seção *ideias e Debates* a convicção de que seria através da educação que se mudaria a sociedade. Os intelectuais entendiam que a racionalidade técnica era o elemento condutor para as ações na determinação de uma política educacional. Assim, as estatísticas assumem um papel relevante, se configurando com um instrumento capaz de legitimar as ações governamentais na área da educação, além ser um elemento indicativo de que progressos estavam ocorrendo na área educacional. Os números não deixaram dúvidas que estava acontecendo um progresso na educação no Brasil.

2.2 A Pedagogia à luz dos Fundamentos Psicológicos

Saviani (2012), em artigo intitulado “O INEP, o diagnóstico da educação brasileira e a RBEP”, ao tratar sobre as atribuições definidas pelo INEP, destaca que:

É interessante observar, porém, o destaque à psicologia, que recebeu atenção explícita no enunciado da alínea ‘d’: ‘promover investigações no terreno da

psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional'.
 Ora, a alínea 'c' já determinava a promoção de 'inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos'. Portanto, aí já estavam contempladas as investigações no terreno da psicologia. (SAVIANI, 2012, p.293).

A maior incidência de temas relativos à psicologia na seção *ideias e Debates* deve-se ao fato que Lourenço Filho, idealizador e diretor da *Revista*, tenha sido um estudioso na área da psicologia experimental. Acreditava que a psicologia deveria ser a ciência capaz de disponibilizar métodos e teorias na condução da educação individual e coletiva dos indivíduos.

Venâncio Filho (1946), em rara oposição à exacerbação e ao estudo da psicologia na formação dos professores, afirma que um professor bem formado é aquele que recebeu em sua formação estudos de biologia e sociologia aliados à psicologia:

Ora, será possível a um professor contribuir para a formação de um adolescente ignorando os problemas de sua biologia, que necessariamente informa a psicologia educacional, e ignorando as questões sociais que afogam atualmente a criatura humana no dia a dia, pelo rádio, pelo cinema e por todos os demais meios de comunicabilidade? É portanto incontestável, de boa-fé, que um mínimo de biologia educacional e de sociologia educacional seria necessário acrescentar-se ao estudo da psicologia educacional. (VENÂNCIO FILHO, 1946, p. 250).

A partir do levantamento dos temas publicados na seção *Ideias e Debates*, realizado no primeiro capítulo deste trabalho (Quadro II, ver p.47) observa-se que mesmo havendo assuntos ligados à biologia e sociologia, estas não foram as ciências escolhidas no período para justificar os rumos pelos quais deveriam seguir a educação. Os artigos publicados na seção *Ideias e Debates* entre 1944 a 1946 ligados à sociologia e à biologia da educação ocupam um percentual de apenas 1,45% (cada), ao passo que os Fundamentos Psicológicos ocupam um percentual de 10,80% e Filosofia Educacional 10,87, indicando que no momento histórico em que Lourenço Filho esteve como diretor e editor da *RBEP* fez a escolha pela psicologia e filosofia educacional como as ciências que deram o "tom" do discurso pedagógico dentro da seção *Ideias e debates*. Tal escolha não se dá ao acaso, Lourenço Filho como afirma Penna (1997)⁹ foi "o maior historiador da psicologia no Brasil", ao passo que o

⁹ Cf. PENNA, Antonio Gomes, 1997. Lourenço Filho e a História da Psicologia no Brasil. In: Monarcha, Carlos (org.) Lourenço Filho: outros aspectos mesma obra. Campinas: Mercado das Letras UNESP. 1997.

mesmo defendeu e divulgou a filosofia da escola nova, tendo-a feita através da RBEP, como afirma o próprio Lourenço Filho (1945) no Editorial Vol. 6, nº 16,

Oportuno pareceu a esta REVISTA publicar, [...], doutrinas e técnicas pedagógicas; desenvolveu atividades de intercâmbio; procedeu a pesquisas sobre questões de organização do ensino e, mais particularmente, sobre problemas de psicologia aplicada; divulgou, por todas as formas ao seu alcance, em publicações, palestras, cursos e conferências, modernos conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógica; concorreu, enfim, quer por efeito geral de seus estudos, como pela elaboração de planos e projetos específicos, para maior coordenação das atividades educacionais do Ministério, a que serve como órgão técnico central. (LOURENÇO FILHO, 1945, p.4).

Dos onze artigos publicados na seção *Ideias e Debates* sobre fundamentos psicológicos na educação, cinco são relacionados ao estudo da criança; quatro sobre problemas que influenciam na aprendizagem e dois relacionado à educação juvenil. A psicologia, que ainda não havia sido regulamentada no Brasil (o que vai ocorrer apenas em 27 de agosto de 1962, através da Lei 4.119) é indicada como uma ciência capaz de compreender os problemas infanto-juvenis e, ainda, é tomada, como uma ciência capaz de verificar o nível mental de aprendizagem de cada educando.

A Psicologia na área educacional também pode ser utilizada para a classificação escolar, além de justificar o desempenho individual e a integração do indivíduo ao trabalho e a sociedade, como pode ser percebida, pela citação de Lourenço Filho (1945),

À Psicologia diferencial, que se preocupa em determinar capacidade e aptidões, caberia fornecer, como já fornece, os elementos com que de antemão se possa respeitar a esse princípio. Atende, assim, ao problema prático da adaptação do homem ao trabalho. (LOURENÇO FILHO, 1945, p. 199).

Dos treze artigos publicados na seção *Ideias e Debates* sobre fundamentos psicológicos na educação, dois são de autoria de Betti Katzenstein (da Cruzada Pró-Infância de São Paulo), e dois de autoria de Maria Irene Leite da Costa (do Instituto Costa Ferreira, de Lisboa). Os outros nove são escritos cada um por um autor respectivamente: Ofélia Boisson Cardoso (do Centro de Pesquisas Educacionais da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal), Heloisa Marinho (do Instituto de Educação do Rio de Janeiro), Gertrudes Driscoll (da Universidade de Columbia, Nova York), Emílio Planchard (da Faculdade de Letras de Coimbra), Margaret Hall (do Departamento de Instrução Pública, de Chicago), Ernesto Nelson (da Universidade de La Plata, Argentina), João Carvalho (do Departamento de

Educação de São Paulo), Paulo Arbouse Bastide (da Universidade de São Paulo) e Helena Antipoff (do Departamento Nacional da Criança).

Embora a presença feminina tenha sido inferior à masculina, em relação ao número total de artigos publicados na seção *Ideias e Debates*, observou-se no entanto, que a presença feminina nos assuntos relacionados aos fundamentos psicológicos da educação foi maior que a dos homens, tendo oito artigos escritos por mulheres e três por homens.

A pesquisa revelou ainda que a psicologia educacional tornou-se bastante relevante passando a justificar, por exemplo, a classificação de alunos, avanços, reprovação, a continuação dos estudos, o encaminhamento para os serviços manuais ou a continuidade dos estudos em nível superior. Retomando o Manifesto dos Pioneiros, nota-se que esta proposição havia sido defendida já em 1932,

O que distingue da escola tradicional a escola nova, não é, de fato, a predominância dos trabalhos de base manual e corporal, mas a presença, em todas as suas atividades, do fator psicobiológico do interesse, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o estímulo constante ao educando (criança, adolescente ou jovem) a buscar todos os recursos ao seu alcance, "graças à força de atração das necessidades profundamente sentidas." (AZEVEDO, 2005, p. 197).

Outro elemento que a pesquisa permitiu compreender está posicionado a partir dos estudos psicológicos relativamente à aptidão. Se antes o fator econômico determinava o acesso à escola, as pesquisas educacionais revelam que numa nação moderna o acesso à escola deve ser garantido a todos, e as aptidões dos indivíduos devem ser respeitadas. Essa ideia é defendida explicitamente pelos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, quando estes afirmam que,

A seleção dos alunos nas suas aptidões naturais, a supressão de instituições criadoras de diferenças sobre base econômica, a incorporação dos estudos do magistério à universidade, a equiparação de mestres e professores em remuneração e trabalho, a correlação e a continuidade do ensino em todos os seus graus e a reação contra tudo que lhe quebra a coerência interna e a unidade vital, constituem o programa de uma política educacional, fundada sobre a aplicação do princípio unificador que modifica profundamente a estrutura íntima e a organização dos elementos constitutivos do ensino e dos sistemas escolares. (AZEVEDO, 2005, p. 194).

Lourenço Filho ratifica essa proposição e a amplia ao defender o uso da psicologia para a seleção profissional. Nesse instante, o Diretor do INEP está apontando uma das ações sob a responsabilidade do Instituto, especialmente aquelas desenvolvidas pelo serviço de Biometria Médica.

A psicologia intervém para preparar os subsídios necessários em qualquer desses passos da organização. E a sua intervenção se dá pela análise psico-fisiológica do ofício ou mister; pelo exame dos candidatos à seleção, à aprendizagem ou à especialização. A análise do trabalho emprega notadamente estes recursos: estudo da psicologia do ofício, no seu conjunto; exame psicológico de um grupo de trabalhadores considerados excelentes, nesse mister, e de outro grupo de deficientes nele; inquérito entre chefes de serviço e mesmo entre profissionais. (LOURENÇO FILHO, 1945, p. 199).

As medidas educativas¹⁰, também presentes na RBEP, têm um total de 10 artigos publicados, o que correspondem a um percentual de 7,3%. Tais artigos trazem com subtemas assuntos voltados à utilização de testes psicológicos para classificação de alunos, e principalmente para a admissão de funcionários nos serviços públicos.

Lourenço Filho (1945) apresenta aos leitores a importância do uso da psicologia e dos testes psicológicos, ao afirmar que,

A psicologia intervém para preparar os subsídios necessários em qualquer desses passos da organização. E a sua intervenção se dá pela análise psico-fisiológica do ofício ou mister; pelo exame do candidatos à seleção, à aprendizagem ou à especialização. A análise do trabalho emprega notadamente estes recursos: estudo da psicologia do ofício, no seu conjunto; exame psicológico de um grupo de trabalhadores considerados excelentes, nesse mister, e de outro grupo de deficientes nele; inquérito entre chefes de serviço e mesmo entre profissionais. E' o que, em parte, para muitas carreiras do funcionalismo, já tem feito o Serviço de Seleção do D.A.S.P., com a cooperação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. (RBEP, 1945, p.199).

Nos artigos publicados na *Revista*, a psicologia e as suas aplicações ganham status de ciência capaz de oferecer suporte teórico, aplicação de princípios, técnicas e outros recursos à Educação. Através da análise dos artigos que tratam sobre os fundamentos psicológicos da educação, compreende-se que o Estado apropria-se dos métodos e teorias oriundos do campo da psicologia para proceder, por exemplo, a classificação dos alunos em cada série. A mesma era utilizada na admissão de funcionários públicos, muito utilizada para a compreensão dos comportamentos infantis, chegando a ser utilizada para explicar sucesso ou fracassos escolares e origem da insegurança da criança na escola, bem como, explicar a linguagem dos pré-escolares, orientar a conduta no trabalho, entre outras.

Conforme já apontado, se somado o percentual de assuntos referentes a fundamentos psicológicos na educação com as medidas de aproveitamento educativo, verifica-se que as

¹⁰As medidas educativas, diz respeito a assuntos relacionados à aplicação de testes psicológicos muito utilizados na década de 1940, para comprovação de aptidão, conhecimento, sondagem do nível mental. Os testes ou provas de aptidão eram muito utilizados para classificação dos alunos, bem como para a seleção dos servidores públicos.

concepções psicológicas correspondem a 18, 12% dos artigos publicados na seção *Ideias e Debates*– RBEP no período de 1944 a 1946.

É possível identificar, no material analisado, que estes textos focam em problemas relacionados à criança com extrema preocupação com sua aprendizagem, seu comportamento e sua personalidade, havendo uma preocupação constante, observações e diagnósticos sobre a conduta da criança, seja na escola ou no lar.

Margarett Hall (1946) destaca através do artigo '*Importância do Diagnóstico Educacional*', que em decorrência da expansão do ensino, a escola passou a ter uma heterogeneidade em sua clientela. Dessa forma, os problemas comportamentais e de aprendizagem tornaram-se maiores. Na visão da autora, era imprescindível a escola utilizar os métodos oriundos do campo da psicologia, para tratar os problemas que afligiam o bom andamento escolar.

Tal progresso impõe à escola o dever de utilizar os modernos recursos disponíveis não só para a *diagnóstico e correção* das deficiências ou dificuldades dos alunos, mas também para a prevenção das mesmas mediante a aplicação dos processos didáticos que aconselhem os resultados do diagnóstico. O aproveitamento dos recursos aludidos exige os serviços de psicólogos escolares e outros peritos na técnica de formular e dirigir um programa de diagnóstico e ensino corretivo. Não há sistema escolar que se preze de moderno que não conte com tais serviços. (HALL, 1946, p. 252).

A autora traz a ideia do estudo de caso como peça indispensável para sondar, diagnosticar e tratar os problemas entre os escolares; ideias atualmente, tão difundidas no campo da educação. A avaliação diagnóstica, citada por Hall (1946), ao longo do artigo, demonstra a importância das teorias psicológicas como ferramentas, no auxílio do trabalho do professor.

O fim do diagnóstico educativo é descobrir e compreender as causas pelas quais certos alunos não se adaptam satisfatoriamente à situação escolar. Ao diagnosticar, por exemplo, o caso de um aluno, deficiente em Leitura ou Aritmética, investigam-se as deficiências específicas e os fatores que as produzem, como base para a correção das mesmas. (HALL, 1946, p. 259).

Assim como esse artigo, os demais que tratam sobre a psicologia têm a mesma intencionalidade — mostrar que através dos fundamentos psicológicos em educação era possível solucionar mais facilmente os problemas educacionais. Dos treze artigos publicados

na seção *Ideias e Debates* sobre Fundamentos Psicológicos da Educação, quatro abordam questões relacionadas a comportamento, personalidade, conduta e atitudes¹¹.

O artigo '*Alguns problemas de perturbação de caráter*' de autoria de Ofélia Boisson Cardoso (1945), trata sobre desajuste infantil. Destaca expressões como: crianças agressivas, com perturbação de caráter e desajustamento de conduta; assim, a preocupação em ajustar o indivíduo ao processo escolar, destaca a relevância do psicólogo no meio educacional como forma de solucionar tais problemas.

Os conteúdos da Psicologia foram incorporados pela Educação, como forma de tornar os educadores cientes que muitos dos problemas enfrentados pelos alunos eram em decorrência de um diagnóstico pouco apurado por parte do professorado, ou a falta de sensibilidade de investigação sobre o que impedia o processo de ensino aprendizagem.

Emílio Planchard (1945), em suas formulações presentes na *Revista* Vol. V, nº 14, deixa perceber a importância que o professor assume, numa proposta ideal, na formulação de diagnóstico relativamente ao comportamento demonstrado pelo aluno.

O ideal seria que cada professor pudesse tornar-se o clínico da sua própria escola ou da sua classe, pois há atrasados em qualquer escola ordinária e numa percentagem bastante elevada.

Há ainda muito que fazer neste sentido. Era de desejar que a formação dos educadores, tanto na escola normal como no decorrer da profissão, fosse nitidamente orientada para a observação direta, para o tratamento individual dos alunos que lhes são confiados, pois a boa vontade não chega neste domínio. (PLANCHARD, 1945, p. 191).

A importância dada às noções psicológicas para o desenvolvimento do trabalho do professor é apontada como um elemento indispensável para a formação e prática docente. Somente com formação e conhecimentos clínicos o professor seria capaz de observar individualmente cada aluno, sendo sensível a descobertas dos problemas que impedem a aprendizagem e trabalhando de maneira a superá-las. Teria o professor a função de ensinar, observar e atuar junto ao problema a fim de que seja superado pelo aluno?

Os treze artigos referentes a fundamentos psicológicos da educação tinham como subtemas:

¹¹CARDOSO, Ofélia Boisson. Alguns problemas de perturbação de caráter. Vol. III, nº 8, 1945, págs. 176-184; COSTA, Maria Irene Leite da. Aplicações dos métodos psicopedagógicos no estudo das fugas infantis. Vol. VI, nº 18, 1945, págs. 416-431; DRISCOLL, Gertrudes A Conduta da criança na escola e como observá-la. Vol. VI, nº 16, 1945, págs. 25-43; KATZENSTEIN, Betti. Observação de pré-escolares. Vol. III, nº 7, 1945, págs. 55-59.

QUADRO V: FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS – SUBTEMAS		
Subtemas	Frequência	%
Comportamento Infantil	1	7,70
Desajuste Infantil	1	7,70
Observações/Estudo/ Diagnósticos	3	23,07
Linguagem	1	7,70
Métodos psicopedagógicos	1	7,70
Personalidade	1	7,70
Psicologia aplicada à educação	2	15,36
Psicologia e trabalho	3	23,07
Total	13	100,00

FONTE: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – 1944 a 1946.

A partir dos dados apresentados é possível inferir que a psicologia procurou na década de 1940, ser a ciência capaz de ditar estudos sobre o comportamento infantil, educação e trabalho.

As medidas educativas presentes na seção *Ideias e Debates* correspondem a um percentual de 7,30%. São artigos voltados à aplicação de teste a alunos para verificação de rendimento escolar e provas mentais para seleção de servidores públicos, todas de cunho psicológico. Foram identificados os seguintes subtemas: ‘Testes/Provas’ – 7 artigos; ‘Medidas de aproveitamento’ – 2 artigos; e ‘Personalidade’ com 1 artigo.

A defesa dos testes e provas mentais marca o período estudado. Os textos analisados permitem perceber a importância da aplicação dos testes de inteligência, de aptidão e de maturidade. São estes, fundamentais, no dizer dos intelectuais que escrevem na RBEP, para o enquadramento dos alunos em uma determinada série e para a sua promoção por grau de conhecimento.

No mesmo período, era usual recorrer aos testes de inteligência para a formação de turmas homogêneas. Estudar as diferenças individuais, determinar se um aluno estudaria em classe “normal” ou em classe especial, além de servirem como orientadores na escolha profissional e seleção para o serviço público.

Sobre a maturação e classificação dos alunos e determinação de aptidões para a leitura e escrita, os testes ABC, de autoria de Lourenço Filho, permitiriam, nos dizeres de seu autor,

(...) a verificar nas crianças que procuram a escola primária o nível de maturidade requerido para a aprendizagem da leitura e da escrita. Quando se saiba que esse nível não apresenta coincidência rigorosa com a idade cronológica, nem com a idade mental de cada aluno, logo se percebe a importância prática de tal verificação.

Desde que obtido, nos termos numéricos que as provas permitem, será então possível classificar os alunos em três grupos gerais, quanto ao que deles se possa esperar: os que, nas condições comuns do ensino possam rapidamente aprender, ou seja, em um só semestre letivo; os que normalmente venham a aprender no decurso de todo o ano letivo; e, enfim, as crianças menos amadurecidas, que só lograrão a aquisição da leitura e da escrita, nesse prazo, quando lhes dediquemos atenção especial, em exercícios preparatórios, adequadas condições de motivação, ou mesmo certo trabalho corretivo. (LOURENÇO FILHO, 2008, p. 12).

A psicologia ganhou uma importância preponderante, na seção *Ideais e Debates*, o que pode ser explicado como a adoção da psicologia, no período do Estado Novo, como o meio mais apropriado para a averiguação de qualidades e qualificação tanto de alunos, quanto de servidores que ingressavam no serviço público. Os estudos desenvolvidos em psicologia serviram como base para caracterização e descrição da infância, para investigar os processos de aprendizagem, além de justificar as diferenças individuais de cada aluno.

Neste sentido, a psicologia ocupa lugar de destaque na RBEP, sendo exaltada como a ciência capaz de oportunizar a promoção e ajustamento do indivíduo a escola e ao trabalho. Nesse contexto, os testes psicológicos foram amplamente utilizados no Brasil, como forma de adaptar os sujeitos a vida social. Saviani (2012) resume o período, ao apontar que, “(...) até a década de 1940 o embasamento científico da educação girava, predominantemente, em torno da psicologia”, (SAVIANI, 2012, p. 294).

Tais testes mediam o nível de inteligência intelectual do aluno, eram importantes para criar uma escala de nível mental que auxiliaria na seleção dos alunos de diversas idades, servindo para a formação de classes homogêneas do ponto de vista intelectual, pois não seria possível submeter ao mesmo plano de aula alunos de capacidade mental diversa. Os conhecimentos da nova ciência psicológica também eram requisitados, para as escolas profissionalizantes e admissão para certos postos de trabalho.

Os Estados e municípios acolheram, sobre influência do escolanovismo e, lastreados pelas informações divulgadas na RBEP, iniciativas favoráveis à utilização de testes mentais¹² nas escolas.

¹²Os testes mentais, foram amplamente utilizados na década de 1940, seja a nível escolar ou para fins de concurso, tendo sido divulgado na RBEP, vários artigos sobre a temática. Cf. MAIA, Jacy. Provas Mentais na Seleção dos Servidores Públicos, RBEP, 1944, Vol. I, n° 1, p.

2.3 Filosofia Educacional: a influência estrangeira

A Filosofia Educacional também teve uma presença de destaque na seção, *ideias e Debates*, correspondendo a 9,42% dos assuntos nela publicados, sendo o segundo tema mais abordado na *Revista*, no período que a pesquisa abarca. Dos 15 artigos publicados sobre filosofia educacional, é possível determinar os seguintes subtemas: ‘Educação e pós-guerra’ – 03 artigos; ‘Política de educação’ – 03 artigos; ‘Ideário Educativo’ – 02 artigos; ‘Educação e Democracia’, ‘Educação humanismo e cultura’, ‘Objetivos da Educação Brasileira’, ‘Pedagogia dos Domínios’ e ‘Pragmatismo’, cada um dos temas com um artigo publicado.

Os textos ligados à filosofia abordam, em sua maioria, a educação como a única capaz de contribuir para o desenvolvimento humano. Neste sentido, a educação escolar era vista como o único meio capaz de contribuir para formar cidadãos para o desenvolvimento do país, sejam os que colaborariam para formar a mão-de-obra trabalhadora, seja os intelectuais que conduziriam a políticas públicas do país.

A escola é tida como o local privilegiado para obtenção formal do saber pela criança. Portanto, é uma ação intencional de transformar as gerações para o convívio social, como destacado por John L. Childs (1944) “(...) educação formal do ser humano pode aumentar a probabilidade de se obterem tipos de caracteres e modalidades de conduta desejáveis do ponto de vista social” (CHILDS, 1944, p. 206).

Partindo do princípio de que nenhuma educação é neutra ou desinteressada, no mesmo artigo Childs (1944) destaca que a Escola Nova é a única capaz de desenvolver a democracia, tendo em vista que, neste novo modelo de conceber a escola as ações não são impostas, ao contrário, é estimado o ato criador, reflexivo, a experimentação.

(...) uma educação interessada pela democracia é uma educação que se interessa profundamente pelo método educativo, Nenhum programa educacional, que não procure desenvolver um método para o enriquecimento e libertação da inteligência do indivíduo, poderá ser submetido à prova de tratar cada pessoa como um fim em si. Esse tipo de educação acentua, atiles de tudo, a significação da experiência escolar como objetivo definido. Honra a Escola Nova ter percebido a importância suprema do método e ter-se dedicado ao trabalho experimental e criador de estruturar sistemas adaptados às diferentes idades escolares, sistemas esses pelos quais poderá ser cultivado este método de ação, de reflexão, de responsabilidade pelas consequências, e de liberdade; por outras palavras, o método do desenvolvimento da inteligência no indivíduo. Todo aquele que compreender bem as exigências feitas a cada cidadão, pelas atuais e complexas condições da vida em uma. Sociedade democrática, jamais poderá considerar esta importância dada ao método como evasão aos problemas sociais modernos. (CHILDS, 1944, p.208)

Importa ressaltar que, nesse novo contexto brasileiro, a escola e a educação eram considerados elementos potencializadores do desenvolvimento do país. A escola assume o retrato da sociedade na qual está inserida. No caso, a Nova Escola é engrandecida como a única capaz de ensinar pela experimentação:

O senso de observação e o dom da experiência são, para o caso, faculdades primaciais, especialmente reclamadas nos *processos* de fixação do homem ao ambiente novo da América — tão diverso daquele em que se desenvolvera a milenar experiência do homem civilizado. (FARIA, 1946, p. 283).

Dentro de um novo princípio político no qual se buscava a modernização do país, a Escola Nova teve seu momento áureo, vez que, se proclamava a única capaz de atender os interesses políticos de modernização, com a concepção de que através da racionalização e da cientificidade, seria possível a conquista e o desenvolvimento do país. Sendo a escola considerada “a salvaguarda” que levaria o desenvolvimento da humanidade. Assiste-se no Brasil, uma confluência dos discursos governistas ora apoiado nos aspectos da filosofia escolanovistas, ora arraigada a uma filosofia tradicional.

Ora, se a educação está intimamente ligada à filosofia de cada época, que lhe define o caráter, rasgando sempre novas perspectiva ao pensamento pedagógico a educação nova não pode deixar de ser uma reação categoria, intencional e sistemática, contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida. (AZEVEDO, p. 191).

Ideias de experimentação, ação, reflexão, democracia, tem bastante frequência nos artigos filosóficos da época. Todos eles reforçam a ideia da educação para a vida. Nesse sentido, o ideário da escola nova é considerado o mais apropriado para a sociedade que almeja educar para a vida.

Dos quatorze artigos publicados que trazem como tema a Filosofia, apenas dois não sofreram influências estrangeiras. Os demais são sempre ancorados em autores estrangeiros, tendo John Dewey uma frequência relevante em todos os artigos, suas ideias algumas vezes explícitas, outras implícitas, têm bastante destaque nos textos publicados na RBEP da época. Carvalho (2011), ao referir aos estudos de Cunha (2002), destaca que:

O Brasil pode não ter sido importante para John Dewey, mas podemos dizer, seguramente, que o filósofo-educador norte-americano desempenhou um relevante papel no desenvolvimento da mentalidade dos educadores brasileiros especialmente nos anos de 1930. Rememorar a herança deweyana é uma tarefa frutífera nos dias de hoje, quando a educação tem sido invadida por abordagens tecnológicas supostamente progressistas. (CARVALHO, 2011, p. 59)

Encontramos em artigos publicados na seção *Ideias e Debates* várias ideias atribuídas a John Dewey, algumas explícitas, outras de forma implícita. De forma explícita encontramos o artigo escrito por Sonnewend (1945),

As influências sociais determinaram, por conseguinte, nova concepção de escola, onde primassem a compreensão com as atividades compartilhadas e onde se exercesse aquela função denominada por Dewey de integradora. Nos esportes, na indústria, nas investigações, enfim em todas as atividades humanas, a cooperação se impôs como condição inelutável de progresso. (SONNEWEND, 1945, Vol. VI, nº 18, p. 406)

Em outro texto Neiva (1944) ressalta,

JOHN DEWEY, O filósofo da democracia, a sua voz mais alta, fixou na mutabilidade inerente à educação sua única coluna definitiva e seu único roteiro imutável. Este século, o século de DEWEY, demarcará um momento na História, e esse marco terá sua mais expressiva característica na convicção de que só a escola socializada emprestará à alma coletiva da humanidade essa atitude democrática por que os séculos tanto ansiaram e cuja fórmula só agora se achou. (NEIVA, 1944, Vol. 1, nº 1, p. 374).

Pode-se concluir que os autores que tiveram seus textos publicados na seção *Ideias e Debates* e que compõem o grupo de textos que tem a Filosofia como tema central, foi fortemente influenciado por filósofos estrangeiros, tendo John Dewey peso preponderante nas formulações apresentadas por esses autores. Entre esses, podemos destacar os que referenciam as ideias do filósofo americano, atribuindo autoria, e os que destacam ideias deweyana de forma tácita.

QUADRO VI: ARTIGO DE BASE DEWEYANA		
Referência	Título	Autor
Vol. 1, nº 3	A Escola Secundária e a Formação de Atitudes Democráticas	Álvaro Neiva
Vol. 6, nº 18	O trabalho Escolar por Equipe	Paulo Sonnewend
Vol. 7, nº 20	Pragmatismo e Educação – origem do pragmatismo	Adrian Rondileau
Vol. 8, nº 22	A pedagogia dos Domínios	José Maria Gaspar

FONTE: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – 1944 a 1946.

Pela leitura dos artigos publicados na RBEP, encontramos temáticas referentes à filosofia, que sofreram fortes influências no período da Escola Nova, as quais, as mudanças educacionais foram defendidas e idealizadas baseadas no enfoque filosófico. A principal discussão e movimento de luta era de que a Escola Nova indicasse ser capaz de conduzir a sociedade a vivenciar um processo democrático, uma vez que no ideário escolanovistas, a base para a democracia seria alcançada através de uma educação pública, laica e gratuita.

CAPÍTULO III

3. CONCRETIZAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ANUNCIADAS PELA RBEP

(...) é na educação que havemos de encontrar sempre mais poderoso instrumento para fortalecer a nossa estrutura moral e econômica. (LOURENÇO FILHO, EDITORIAL RBEP – Vol. I, nº 1, 1944, PÁG. 6).

No capítulo II deste trabalho, se discutiu sobre as concepções que embasaram a organização da educação brasileira presentes na seção *Ideias e Debates*, o que tornou possível identificar que os fundamentos psicológicos, filosóficos e o levantamento dos dados estatísticos deram o tom do discurso para a organização do ensino no período em estudo. Intenciona-se agora identificar quais foram às ideias apresentadas na seção *Ideias e Debates* que antecederam a organização da educação brasileira e quais as concretizações possíveis realizadas em nível de organização escolar, bem como a prioridade dada — ou a falta de prioridade — a cada nível de ensino.

A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* anunciou através de suas seções, que uma nova “consciência sobre os problemas” da educação brasileira foi iniciada na década de 1930.

Como deveria ocorrer em relação a outros muitos aspectos da vida do País, a mudança de regime, em 1930, num forte movimento de opinião, haveria de colocar o problema em outras bases. Na verdade a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, logo após o estabelecimento do Governo Provisório desse ano, pode ser assinalada, como afirmação de uma nova consciência do problema educacional no país. (LOURENÇO FILHO, 1944, p. 13).

Para melhor compreensão dos fatos históricos faz-se necessário utilizarmos como aporte teórico alguns trechos de leis e artigos presentes na seções *Ideias e Debates* e *Documentação*, ou outra seção da RBEP que se faça necessária, a fim de elucidar como foi pensada e organizada a educação brasileira no período.

Lourenço Filho publica no primeiro volume da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* um artigo com o título “Educação Brasileira problema nacional¹³”, no qual trata da organização da educação brasileira, a partir dos aspectos políticos, econômicos, religiosos que marcam a educação no país. Denunciando a falta de organização da instrução pública brasileira no início da República. Lourenço Filho (1944) faz uso das palavras do educador e

¹³ Cf. LOURENÇO FILHO, M. B. Educação Brasileira problema nacional, RBEP, 1944, Vol. 1, nº 1

jornalista José Veríssimo (1890), "pessimamente organizada, a instrução pública no Brasil não procurou jamais ter uma função na integração do espírito nacional", (LOURENÇO FILHO, 1944, p.11).

Ao fazer uma breve retrospectiva histórica sobre a falta de uma maior organização da educação no início da República, Lourenço Filho considera que somente a partir de 1930 é que foi possível pensar uma organização para a educação no país, apontando que tal condição se deveu à criação de um órgão específico para tal, o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). Em seguida, destaca que as associações e movimentos de educadores colaboraram para tal conquista ao lutarem sempre por uma educação de caráter nacional, tendo os intelectuais sido chamados a colaborem com este projeto, participando da construção da Constituição Federal de 1934.

De outra parte, já antes de 1930, podia ser observado claro movimento de opinião, manifestado nas associações de educadores, no sentido de uma definição da obra da educação popular, com o desejado caráter nacional. Aos educadores, solicitam as mais altas autoridades do país, na Conferência Nacional de Educação, promovida em 1931, pela Associação Brasileira de Educação, a colaboração dos estudiosos do problema. Essa colaboração não se fez tardar e alcançou repercussão nos trabalhos da Constituinte de 1934 (LOURENÇO FILHO, 1944, p.13).

Lourenço Filho (1944) destaca que é somente com as Constituições Federais de 1934 e depois com a de 1937 que a educação se tornou "eminente nacional, em suas bases, em seus quadros e nas suas diretrizes" (LOURENÇO FILHO, 1944, p. 15).

Essa visão não é partilhada por todos os que escrevem na RBEP. Exemplo de oposição está no artigo de autoria de Alfredo Gomes (1946) intitulado: "A constituição e a educação", também publicada na RBEP, (Vol. VIII, nº 22, p. 7 a 30), no qual se evidencia a crítica do autor relativamente a substituição da CF/34 pela CF/37. Primeiro destaca a inércia das associações de educadores frente à falta de sugestão e maior envolvimento na elaboração da nova constituinte, ao passo que destaca que a elaboração da CF/34, que previu grandes avanços para educação do país, se deu diferente da CF/37, graças aos educadores de "valiosíssimo quilate", que através da ABE, encaminharam a Assembleia Nacional Constituinte as reivindicações de educadores provenientes da 5ª Conferência Nacional de Educação, realizada em 1932. Tendo a Associação Brasileira de Educação traçado as normas gerais nas quais deveriam, segundo o autor, se assentar a organização do ensino público do país,

Quando se preparou a Constituição de 16 de julho de 1934, a Associação Brasileira de Educação acompanhou a elaboração dessa carta política e através de comissões técnicas encarregadas de traçar, as normas gerais sobre organização do ensino público encaminhou à Assembleia Nacional Constituinte o resultado dos estudos a que procedeu. (GOMES, 1946, pág. 7).

Tendo sido estabelecido na CF/1934 grande parte das reivindicações apresentadas pela ABE foram contempladas na carta constitucional de 1934, reflexo da vitória dos professores, principalmente dos intelectuais que defendiam as ideias escolanovistas. Conquista que pouco durou e que não se efetivou em sua totalidade, tendo em vista que com o golpe do Estado Novo em 1937¹⁴ houve o fechamento do Congresso Nacional, não sendo viabilizada a aprovação do Plano Nacional de Educação, previsto na CF/34, além da mesma ter sido substituída pela CF/1937.

Ao fazermos um comparativo entre a CF/1934 e a CF/1937 é possível destacarmos algumas mudanças de caráter ideológico, mudanças ocorridas em virtude do golpe do Estado Novo. Enquanto na CF/1934 no título que versa sobre “Organização Federal” – em seu art. 5º prevê a competência privativa da União, constando no inciso XIV – que compete à união traçar as diretrizes da educação nacional; esclarecendo: “Art. 150 - que Compete à União: a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País.” (BRASIL, 1934).

Já no que se refere à CF/1937 o art. 15 que trata sobre a competência da União, inciso IX explicita do que trata tais competências: "fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer à formação física, intelectual e moral da infância e da juventude" (BRASIL, 1937), o texto constitucional declara que tais diretrizes se incidirão no sentido de determinar o que a União compreende como salutar a ser ensino na escola no que concerne ao desenvolvimento do corpo, intelecto e moral da infância e juventude, havendo uma preocupação exacerbada com a educação física, educação moral e cívica e trabalhos manual como destacado;

Art. 131: - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência. (BRASIL, 1937).

¹⁴ Estado Novo é o período histórico brasileiro compreendido entre 1937 e 1945, durante o governo do presidente Getúlio Vargas.

Na CF/37 não há nenhum pronunciamento sobre a competência da União em elaborar, desenvolver e acompanhar o Plano Nacional de Educação. Outro fato a considerar é que tendo a CF/34 tornado a Educação responsabilidade da família e do Estado, conforme art. 149, a CF/37 vai retroceder nesta garantia sendo estabelecido no artigo 129 amparo por parte dos Estados e Municípios no financiamento da educação somente para os que desprovidos de recursos que não pudessem custeá-los em instituições particulares, conforme destacado abaixo:

Art. 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. (BRASIL, 1937).

O fato das instâncias federadas promoverem o ensino aos que não possuíam recursos suficientes para fazê-los a suas próprias custas não isentava as famílias de contribuíram para o caixa escolar como destacado no art. 130 da lei:

Art. 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. (BRASIL, 1937).

No Art. 132, que o Estado promovera “a disciplina moral e adestramento cívico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação”. Gomes (1946) faz severa críticas a nova Constituição Federal, indicando que a Carta Magna de 1937 retrocedeu em muito em reação à constituição de 1934, destacando como um dos retrocessos:

A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais, passaram a obrigatórios, tão obrigatórios que nenhuma escola primária, normal e secundária, podia ser reconhecida ou autorizada sem satisfazer a mencionada exigência. Mas todas as escolas funcionaram e foram inspecionadas durante vários anos. Porque de 1937 a 1942 quando surgiu a reforma que incluiu tais "ensinos".
[...] O que caracterizou a atividade revolucionária foi o desejo de estabelecer o monopólio escolar por parte do Estado, atribuindo-lhe não somente a capacidade como "o direito exclusivo de ensinar", o que combatemos acima. É claro que cabe ao Estado o direito e, mais do que isso, o dever de educar. Daí, porém, justificar o "estatismo absorvente", vai longe, tão longe que se chega suavemente ao "estado totalitário." (GOMES, p.24 e 30).

Notadamente na constituição de 1937 e durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, acreditava-se que para o desenvolvimento de uma nação forte era necessário e de grande relevância a educação física, bem como a educação moral e cívica, disseminados a partir da educação escolar. A educação escolar a partir desse modelo de currículo implantaria desde cedo nas crianças e jovens valores de cuidado com o corpo – entendendo como desenvolvimento de uma disciplina, com a finalidade de formar indivíduos uteis e dóceis, formando o patriotismo, concebido como sentimento de fidelidade para com a pátria.

Sobre a educação moral e cívica, a política de Getúlio Vargas acreditava ser indispensável em todos os níveis de ensino, uma vez que para formar uma identidade nacional era necessário a formação da brasilidade com o amor à pátria, disseminação através da educação moral e cívica. A escola foi um espaço relevante para a concretização da política de Vargas.

De fato é possível afirmar que como não houve a aprovação do Plano Nacional de Educação em virtude do golpe do Estado Novo, se fez necessária a reformulação do MES através da lei nº 378, de 18/01/1937, na qual o governo federal passa a ter maior controle sobre o ensino em todo o território nacional. Sobre a temática, Dantas (2001) destaca que o artigo 4º da lei que criou o Ministério da Educação e Saúde, para efeito de gerenciamento administrativo, o território nacional se dividiu em oito regiões administrativas. Havendo sido instalada em cada região Delegacias Federais de Educação com a função de:

(...) realizar a inspeção dos serviços federais de educação, promover a fiscalização dos estabelecimentos de ensino reconhecidos federalmente e ainda exercer as atividades que se tornarem necessárias à efetivação da colaboração da União nos serviços locais de educação escolar e de educação extraescolar. (BRASIL, 1937 apud DANTAS, 2001, p. 16).

Observa-se que a reformulação do Ministério da Educação e Saúde - MES e a implantação de delegacias federais em cada região, bem como a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP, tinham como objetivos claros maior controle por parte da união sobre a organização da educação. Dantas (2001) ressalta que:

No caso de não aprovar o código de educação nacional, Lourenço Filho oferece ao ministro uma solução, ao determinar que o Instituto procurará fixar normas e padrões do ensino, em geral, [...] procurando suprir a falta de um código por uma propaganda persuasiva das melhores técnicas e meios de educação. (DANTAS, 2001, p.19).

As reformas empreendidas durante o governo de Vargas (1930 a 1945) buscou centralizar o poder em nível de governo federal, buscando com isso diminuir a autonomia dos estados. Com a criação do MES do INEP e a implantação das delegacias federais em cada região é perceptível as pretensões do governo em centralizar o poder.

Na falta de um Plano Nacional de Educação, o MES, através do INEP, fixará normas e critérios a fim de conduzir a organização da educação nacional. Em editorial da RBEP, Vol. 1, nº 1, Lourenço destaca os três eixos no qual passa a acontecer a organização da educação nacional,

Ao movimento educacional brasileiro dos últimos tempos três tendências dominantes podem ser observadas: a de expansão geral da rede escolar do país; a de acentuado aumento de matrícula nos ramos do ensino do segundo grau, ou daqueles destinados à juventude; e, enfim, a de fortalecimento do ponto de vista nacional na consideração dos mais complexos problemas de organização pedagógica. Vai sendo corporificado desse modo, o ideal de maiores oportunidades para todos com o esclarecimento dos objetivos sociais da educação; e é afirmada também a consciência de maior unidade da cultura brasileira a ser difundida e aprofundada pela obra da escola. Tais tendências, facilmente apuradas à vista dos índices estatísticos, ao exame das providências de governo, e confirmadas, ainda, na agitação de ideias pela imprensa e pelo litro, desenvolvem-se ao influxo da sadia política de reconstrução do país, instaurada em 1930. (RBEP, 1944b, p.5).

Sobre a perspectiva de construção de uma nova ordem nacionalista para o país, o projeto escolanovista adere às ideias Varguistas, o que pode ser percebido pelo discurso de Lourenço Filho no editorial da RBEP ao defender que estava a ocorrer à expansão geral da rede escolar, aumento das matrículas no ramo do segundo grau, e maior consideração no que tange aos problemas de organização pedagógica, compreende-se que o Ministério da Educação e Saúde havia centrado suas ações nestas três tendências, cabendo ao INEP coordenar a organização da educação nacional.

Rosa (2008) afirma que:

Tal percepção da reforma institucional centralizadora como condição necessária e suficiente da consolidação do poder da nação enquanto expressão dos interesses do conjunto da coletividade marca igualmente as obras dos teóricos que prepararam a justificativa ideológica do Estado autoritário e tem como pressuposto a ideia de que a centralização enquanto fator de organização e integração da nação torna-se simultaneamente eficaz como instrumento de realização dos interesses coletivos. Em Oliveira Vianna, por exemplo, a estrutura corporativa do Estado é defendida como alternativa para assegurar a unidade política do poder governamental. (ROSA, 2008, p.34).

Como forma de torna claro aos leitores sobre a expansão geral do ensino, Lourenço Filho (1944) apresenta na seção *Documentação* um estudo com bases estatísticas,

denominado “Movimento geral do ensino no período de 1932 a 1942” (Vol. II, nº 4, p. 83 a 100) a partir de uma série de tabelas apresenta ao leitor os avanços conquistados em matéria de educação no Brasil em todos os seus ramos.

QUADRO VII: VARIAÇÃO DO NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES			
Graus e ramos	Em 1932	Em 1942	Aumento relativo
Ensino Primário	27.662	43.975	59%
Ensino Secundário	394	893	127%
Ensino Superior	190	233	23%
Ensino Industrial	108	169	56%
Ensino Comercial	401	631	57%
Ensino Artístico	213	623	194
Ensino Normal	258	526	104%
Ensino Doméstico	184	726	295%
Outros Ensinos	538	1.228	128%
Total	29.948	49.007	64%

FONTE: RBEP, seção *Documentação*, 1944, Vol. II, nº 4, p. 85.

O estudo procura chamar a atenção para o fato de que estava em um movimento de expansão o ensino secundário. Lourenço Filho chama a atenção para o fato de que antes do movimento de expansão não havia oportunidades para os jovens irem além do ensino primário, ressaltando o avanço no número de escolas construídas para atender com ensino secundário,

É evidente que a rede escolar do país, ainda há dez anos, só apresentava oportunidades de educação em nível acima dos estudos primários apenas a uma limitadíssima parcela da população. No movimento escolar de 1932 a 1942, revela-se grande expansão do ensino médio, ou de 2.º grau. O número de estabelecimentos de ensino secundário dobrou; triplicou o de escolas de ensino artístico; o de unidades de ensino doméstico quadruplicou; aumentaram seu número, em mais de metade os de ensino industrial e comercial. (LOURENÇO FILHO, 1944, p. 86).

Lourenço Filho (1944) apresenta um diagnóstico sobre administração e organização escolar com perspectivas bastante animadoras uma vez que há um aumento considerável em número de escolas e todos os graus e ramos de ensino. No entanto, o próprio educador oferece a informação que mesmo com os esforços que vinham sendo empreendidos ao longo de dez anos, havia um déficit considerável, ou seja, o número de unidades escolares correspondia a 1/6 de todo território nacional, o que indica que em um país, amplo, múltiplo e diverso, as unidades escolares que haviam sido construídas ao longo de 10 anos nem de longe chegava a superar a raiz do problema.

Havendo a RBEP noticiado as leis pelas quais foram possíveis a reformulação e organização da educação nacional, a mesma também noticiou através da seção *ideias e*

debates sobre a temática “Administração e Organização Escolar”, tendo dentro da seção uma frequência de 6,52%, correspondendo ao quarto lugar entre os assuntos que mais tiveram prioridade dentro da seção. Os assuntos não tratam unanimemente da administração e organização escolar brasileira. Do universo de nove artigos publicados dentro da seção, quatro artigos referentes a temática em outros países, frequência de 40%, e seis artigos tratam da temática no Brasil, conforme quadro abaixo:

QUADRO VIII: ARTIGOS SOBRE ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR		
Título dos artigos	Autores	Revista /Ano
Edifícios Escolares para Internatos	Meton de Alencar Neto	Vol. V, nº 18, 1945
A Educação Equatoriana e seus problemas	Júlio Larrea	Vol. V, nº 14, 1945
A Educação na China	C. Q. Aftnd.T	Vol. VII, nº 5, 1944
A Educação pública no Chile	Salvador Fuentes Veja	Vol. VI, nº 17, 1945
A Educação nos Estados Unidos	Frank W. Cyr	Vol. IV, nº 10, 1945
Novos objetivos para a educação no Brasil	Mário Augusto Teixeira de Freitas	Vol. IV, nº 12, 1945
Problemas do Assistente nas instituições de educação superior	Ernesto de Souza Campos	Vol. II, nº 6, 1944
São necessários os exames escolares?	Manuel Bergstrom Lourenço Filho e Armando Hildebrand	Vol. IV, nº 10, 1945
Universidade de São Paulo em 1944	Murilo Mendes,	Vol. VI, nº 16, 1945

FONTE: Catálogo da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1952.

No que se refere à Administração e Organização Escolar, os assuntos giram em torno da preocupação da construção de prédios escolares, preocupação da necessidade ou não dos exames escolares, o objetivo da educação, problemas dos assistentes educacionais no ensino superior, bem como sobre a Universidade de São Paulo em 1944.

Sobre a necessidade dos testes escolares, Lourenço Filho (1945) dedica a fazer a defesa da necessidade dos exames escolares à medida que Armando Hildebrand (1945), dedicam-se a fazer a defesa pela não necessidade dos exames.

Em 1945, Lourenço Filho compreendia que nem tudo que se produz na escola pode ser avaliado. No entanto, compreendia que a escola existia para dar um retorno à sociedade no que diz respeito ao rendimento de alunos e professores, conforme discurso abaixo;

As escolas estão montadas e funcionam para que deem rendimento. Naturalmente, nem tudo o que produzem pode ser avaliado e medido. Muito do que fazem, porém, (e do que não fazem) é suscetível de verificação menos imperfeita. Os exames constituem recursos para essa avaliação, na parte que diretamente diga respeito ao trabalho dos alunos e ao trabalho do professor; indiretamente, também das condições gerais desse trabalho (LOURENÇO FILHO, 1945, p. 52).

Hilderbrand, por sua vez, compreende que os testes escolares não são necessários, à medida que servem como punição dos professores para com os alunos, o autor destaca que,

Achamos que não são necessários, se continuarem a ser provas escritas ou orais, organizadas ao sabor do momento e corrigidas segundo o bom ou o mau humor dos mestres; se continuarem a ser exposições decoradas de pontos sorteados, ou resposta a perguntas de algibeira. (HILDEBRAND, 1945, p. 51).

Lourenço Filho (1945) justifica a necessidade dos testes como meios para medir a capacidade de alunos ou de trabalhadores. Na década de 1940, os testes escolares ou testes psicológicos tiveram grande relevância, pois acreditava-se que para se ter profissionais qualificados ou medir a capacidade do alunado era necessário a aplicação de testes, sobre esta concepção era justificado a continuidade ou não dos estudos, o prosseguimento em níveis posteriores,

Exames de admissão, provas parciais, provas finais, exames de madureza - são, respectivamente, recursos de diagnóstico, meios de verificação da marcha do trabalho letivo, ou de comprovação final de seus resultados. Como já se fêz notar, não exprimem apenas o que se passa com os alunos; referem-se também à escola, ao professor, à administração escolar, a todo o sistema educacional. (LOURENÇO FILHO, 1945, p. 52).

É relevante observarmos que se na década de 1940 se discutia acerca da necessidade ou não da aplicação dos testes dentro da escola como parâmetro para sondagem de conhecimentos (temática ainda não superada), no entanto, hoje o foco reside sobre a necessidade ou não das avaliações em larga escala. Não é interesse tratar sobre a temática das avaliações externas neste momento, no entanto, observa-se que os problemas educacionais sempre gravitaram em torno do currículo, avaliação e aprendizagem. É observado que em cada contexto histórico a educação vai sendo influenciada pelas concepções dos que detém o poder.

Apresentado algumas prerrogativas das quais foram possíveis a organização da educação nacional, procurar-se-á verificar agora quais foram os avanços possíveis no período no que concerne aos níveis de ensino primário e secundário.

3.1 O ensino primário: Entre ideário e realizações - avanços e recuos

Fundamentado sobre os ideais de formar o homem brasileiro para o trabalho e para o exercício da cidadania, o ensino primário vivenciou um discurso de igualdade de acesso e

respeitado às aptidões, bem como a defesa de que para tais objetivos serem alcançados seria necessário maior investimento financeiro.

O ensino primário durante o governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945) vivenciou muitos discursos sobre seu financiamento e sobre suas diretrizes. Em discurso proferido em 1937, em mensagem apresentada ao poder legislativo, Getúlio Vargas destaca que antes da aprovação da Constituição Federal de 1934 era impossível ao governo federal imprimir e organizar o ensino de forma homogênea:

Era conhecida, de longa data, a necessidade de uma sistematização das questões educacionais. A instabilidade e o caráter dispersivo da legislação federal, vigente até 1930, dificultavam, entretanto, qualquer entendimento entre União e os Estados, no sentido de imprimir-lhes diretrizes seguras e organização homogênea. A Carta Constitucional de Julho de 1934 veio, finalmente, outorgar ao poder central a preeminência de ação que lhe faltava, proporcionando, com a quota educacional, os meios financeiros indispensáveis à realização da reforma iniciada. (VARGAS, 1937, pág. 143).

Na prática assistiu-se com relação à intervenção da União junto ao ensino primário, uma forte sistematização no que diz respeito a controle das ações desenvolvidas por cada estado. A RBEP noticiou, como nenhum outro veículo fez, todos os feitos realizados nas três esferas do poder, se não houve um compromisso maior por parte da União com o ensino primário, pode-se perceber um grande controle por parte do governo federal através de estudos estatísticos sobre as ações que eram desenvolvidas dentro das escolas.

Uma passagem constante em artigo presente na seção *Ideias e Debates*, de autoria de Germano Jardim (1944), comprova tal afirmativa:

O SEES, subordinado, administrativamente ao Ministério, constitui também um dos órgãos centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística na forma estabelecida na Convenção intergovernamental de 11 de agosto de 1936. Funciona o Serviço com uma seção administrativa e seis seções técnicas, das quais uma de estatística médico-sanitária, uma de inquéritos urbanísticos, uma de estatística das instituições culturais, uma de estudos e análises e duas exclusivamente dedicadas aos levantamentos escolares: a primeira - Seção de Estatística do Ensino Primário Geral - e a segunda - Seção de Estatística do Ensino Não-Primário — com atribuições definidas e distintas, mas que se completam para o fim de apresentação da Estatística nacional. (JARDIM, 1944, p.221).

Destaca-se como uma ação concreta realizada pelo governo federal como um posicionamento de compromisso com o ensino primário a aprovação do “Fundo Nacional do Ensino Primário” em 1942 sem nenhuma previsão orçamentaria para o fundo e muito empenho em traçar as diretrizes de forma que o ensino pudesse contemplar à formação física, intelectual e moral da infância e da juventude. No entanto, efetivamente a lei que deu

organização a esta etapa de ensino só se efetivou em 1946, no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951).

A RBEP noticiou que grandes avanços estavam ocorrendo em todas as etapas de ensino no país. No entanto, de atitudes concretas com relação ao ensino primário por parte da União se assistiu um controle fortíssimo, seja em levantamentos de dados estatísticos, ou através de imposição de matérias curriculares com o intuito de desenvolver o civismo.

Com relação ao financiamento desta etapa de ensino, o primário foi renegado a segundo plano, em 1942 assiste-se a criação do “Fundo Nacional de Ensino Primário e Convenio de Ensino Primário”, instituído pelo Decreto-lei n.º 4.958. Embora tenha sido assinada a vinculação de recursos, o mesmo só vai se concretizar de fato em 11 de agosto de 1944, através do Decreto-lei n.º 6.785, que dispõe sobre os recursos para o Fundo Nacional de Ensino Primário, ficando instituídos míseros 5% a serem adicionados ao fundo nacional do ensino primário, provenientes de imposto arrecadados com a venda de bebidas — qualquer semelhança com o adicional literário instituído por Marques de Pombal é mera coincidência!?

Art. 1.º Fica criado o adicional de cinco por cento (5%) sobre as taxas do Imposto de Consumo que incidem sobre bebidas (art. 4.º § 2.º, do Decreto-lei n.º 739, de 24 de setembro de 1938), para constituir receita do Fundo Nacional do Ensino Primário, instituído pelo Decreto-lei n.º 4.958, de 14 de novembro de 1942.

Art. 2.º A arrecadação do adicional ora criado terá início a partir de 1 de janeiro de 1945 e dar-se-á de acordo com as instruções (BRASIL, 1944).

Vale lembrar que com o Decreto-lei n. 4.958, de 14 de novembro de 1942, que instituiu o *Fundo Nacional de Ensino Primário* passa-se a exigir uma série de documentações sobre o andamento desse nível de ensino aos Estados federados, conforme destacado nas cláusulas segunda e sexta da lei,

Cláusula Segunda

A União, sempre que o solicitar qualquer das unidades federativas, prestar-lhes-á toda a assistência de ordem técnica para o fim da mais perfeita organização de seu ensino primário.

[...]

Cláusula Sexta

As repartições encarregadas da administração do ensino primário nos Estados, no Distrito Federal e no Território do Acre articular-se-ão com as repartições competentes do Ministério da Educação e Saúde para o fim da recíproca remessa de dados e informações, que possibilitem um maior estudo e conhecimento do problema do ensino primário no país. (BRASIL, 1942).

Tendo se mantido sob a tutela dos estados e municípios, o ensino primário tinha de Norte a Sul do país forte controle do governo federal no que tange o ensino da educação física

e da educação moral e cívica, bem como o ensino da moderna higiene, conforme destacado na Lei Orgânica do Ensino Primário e do Ensino Normal;

Art. 1.º O ensino primário tem as seguintes finalidades :

- a) proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandecam, dentro de elevado espírito de fraternidade humana;
- b) oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade ;
- c) elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho. (BRASIL, 1946).

Dantas (2001) cita uma correspondência interna do MES, ofício nº 145, de 9 de abril de 1945, na qual são destacados os dados cobrados pela União aos Estados referentes à movimentação escolar do ensino primário:

Súmula de atos e fatos de maior importância, ocorridos na vida educacional do estado, em cada mês, segundo serviço já organizado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos;

Orçamento geral do Estado, a cada exercício, com as respectivas tabelas explicativas, e, em especial, as tabelas das despesas referentes à educação;

Cópia integral dos decretos-leis referentes aos serviços de educação nos estados;

Cópia dos relatórios anuais dos diretores do serviço de educação;

Cópia dos projetos de construção escolares e respectivos orçamentos, datas do início e conclusão das obras respectivas. (DANTAS, 2001, pág. 180).

Percebe-se que a nível de União fez muitas promessas (vinculação de Recursos para esta etapa de ensino) e pouca coisa concretizou na prática. Fica clarificado que mesmo não havendo investimentos financeiros por parte do governo federal para com esta etapa de ensino — o que, aliás, só vai ocorrer dois anos após o estabelecimento do fundo nacional do ensino primário — se conseguiu imprimir um controle muito forte, através da política nacionalista de 1937 a 1945.

Art. 1º Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum.

Art. 14. *Parágrafo único.* Aos professores e instrutores de qualquer espécie, bem como a todos os que se consagram à tarefa de cuidar da infância e juventude, cumpre esforçarem-se por difundir o sentimento da nacionalidade e o amor da pátria. (BRASIL, 1939).

Havendo sido noticiada na RBEP uma série de ações voltadas para todos os níveis de ensino, é perceptível na própria revista que no período correspondente ao governo de Getúlio

Vargas (1930-1945), mesmo com as constantes reivindicações dos escolanovistas de que era necessário maior investimento em todas as etapas de ensino, tendo sido proposto por Lourenço Filho (1944) “maior cooperação” por parte da União na distribuição tributária dos recursos entre Estados e municípios uma vez que União recebia a maior parte do “bolo” tributário, recolhendo “53% dos tributos, no país, enquanto os Estados recolhem 29%, os municípios 11%, e o Distrito Federal, 7%”. Defendendo ainda,

(...) federalização crescente dos serviços; o da extensão de uma ação supletiva da União, por todo o território nacional, onde ela se faça necessária, com um sistema educacional concorrente aos dos governos locais; o do regime convencional, entre a União e os Estados, superintendido por um órgão autárquico, que terá à sua disposição um fundo comum, constituído com dotações das partes que aderissem ao convênio. (LOURENÇO FILHO, 1944, p. 19).

Tendo as ideias escolanovistas contribuído para o projeto de uma escola pública assumida pelo governo, não se pode afirmar que suas concepções foram idealizadas na íntegra pelo Estado — pois à medida que o governo assume a educação o faz sem previsão de orçamentos básicos, solicita, mas não aprova o Plano Nacional de Educação —, no entanto impõe diretrizes para todos os níveis de ensino, como forma de forte controle estatal.

A rede escolar primária não conseguia atender a demanda por esta etapa de ensino, é o que fica clarificado em estudo realizado por Lourenço Filho, através de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística presentes na seção *Documentação*, revista Vol. I, n.º1 de 1944. O estudo destaca que o ensino primário conseguia atender apenas 50% da população infantil, informa que de um universo de 5.597.625 crianças em idade escolar entre 7 a 11, apenas 3.309.959 tinham matrícula efetivada, o que totalizava um déficit de 2.287.666 de crianças sem escola.

Enquanto a população crescia com uma taxa de 2% anuais, a matrícula geral na escola não apresentava progressos consideráveis, destacando que no triênio correspondente aos anos de 1942 a 1944, a matrícula geral do ensino primário teve decréscimos consideráveis: Em 1942 apresentou um total de 3.340.952 alunos matriculados, em 1943 um total de 3.291.420, um decréscimo anual de 3.011.812; apresentando em 1944 um total de matrículas de 3.309.959, ou seja, enquanto a população aumentava, a oferta pelo ensino primário diminuía.

O estudo denuncia ainda que as escolas primárias davam curso com duração de apenas três anos, não havendo prédios suficientes para atender a demanda, concluindo que os Estados sozinhos eram incapazes de resolver os problemas do ensino primário.

A rede escolar brasileira, apesar dos esforços dos Governos, igualmente não dispõe de prédios em número suficiente, para atender às necessidades imediatas do ensino primário. Bastará dizer-se que dos 28.302 prédios existentes em 1941, para o ensino primário, apenas 4.927 eram próprios estaduais ou municipais, e desses somente 1.781, ou 7% do total haviam sido construídos especialmente para fins escolares. Fato verificado é que os Estados, só com os seus recursos e iniciativas não conseguirão resolver o grave problema do Ensino Primário. Por isso mesmo, o Governo Federal vem estabelecendo um plano de cooperação financeira e técnica com as várias unidades federadas. (RBEP, 1946, p. 497).

Após a regulamentação do ensino primário em 1946, através do decreto-lei n.º 8.529, de 2 de janeiro de 1946, já no governo de Dutra (1946 a 1951), pouca coisa mudará, o mesmo continuará sendo mantido sob a responsabilidade dos Estados. Ocorre, no entanto, a organização do ensino primário especial destinado as crianças de sete a doze anos, o ensino supletivo, destinado a adolescentes a partir dos 13 anos e a adultos, com duração de dois anos. Finalmente, o Fundo Nacional do Ensino Primário passa a ser aplicado garantindo mais recursos a esse grau de ensino, a partir de contribuições dos estados, da União e dos municípios.

Em artigo intitulado “Formação do homem brasileiro como trabalhador e cidadão da democracia”, Vol. VII, nº 20, presente na seção *Ideias e Debates*, encontra-se a defesa pela educação popular, sendo esta colocada como balizador da justiça social, desta feita não onerosa, mas necessária para o progresso nacional, conforme pode ser constatado em discurso de Teixeira de Freitas:

O acréscimo de despesa que o desenvolvimento e a melhoria da educação popular requerem, a fim de que esta se coloque em termos de "justiça" social e "providência" política, não é um ônus improdutivo, como muito bem acentuou Rui Barbosa em seu memorável parecer de 1882.

Seus benefícios, porque elevam e dignificam o trabalhador nacional, além de atenderem ao objetivo de felicidade e progresso harmonioso na família humana, alteiam o nível de vida da população, aumentando, conseqüentemente, o consumo, e estimulando, assim, desenvolvimento da produção. Desse modo contribuem para que as zonas produtoras se vão especializando e o intercâmbio comercial dê ao país, dentro das suas fronteiras, um diferenciado sistema de mercados e larga capacidade de trocas, uma e outra coisa capazes, só por si, de manter em equilíbrio e franca prosperidade a economia nacional. O que constitui, também, — é preciso não esquecer — o único meio eficaz de assegurar permanentemente a defesa da República. (TEIXEIRA DE FREITAS, 1946, p. 185).

Teixeira de Freitas (1946) idealiza e esboça um sistema de educação primária e profissional popular, pautada nos princípios da laicidade e gratuita a todos os cidadãos brasileiros sem distinção. Tal esboço conta com trinta e um princípios nos quais deveriam ser realizada a educação primária. Entre tais princípios destaca-se a crença que:

1 - É obrigação primordial da Nação Brasileira prover à assistência médica, econômica e social de todas as crianças que nascerem ou se criarem no Brasil; e assegurar-lhes, em seguida, não só a educação primária comum, mas ainda, e até a adolescência, a educação profissional média.

Esse princípio não comporta exceção alguma, nem restrições decorrentes de quaisquer diferenças físicas, domésticas, raciais, religiosas, nem de nacionalidade ou condição de fortuna.

Essa assistência será garantida, a cada criança ou adolescente, sem prejuízo do abono familiar que já lhe competir, e não onerando em mais de 25% o salário que lhe for atribuído no ensino técnico-profissional.

2. A toda criança residente no Brasil será, pois, dada obrigatoriamente, a partir dos sete anos de idade, em organização didática oficial ou particular, a educação fundamental comum, mas em condições de lhe assegurar continuação aos cuidados do ensino profissional, nos graus elementar e médio, de acordo com a aptidão revelada. Essa educação será gratuita no ensino do Estado.

Assim, a organização do ensino técnico, ou de preparação para o trabalho, em condições verdadeiramente democráticas e em termos de justiça social, terá de estabelecer-se em forma solidária com o sistema de educação fundamental comum, erigido sob as mesmas exigências de finalidade assistencial e segundo o princípio de oportunidades iguais para todos (TEIXEIRA DE FREITAS, 1946, p. 188).

Embora o autor elenque trinta e uma proposições sobre as diretrizes nas quais deveriam ser embasado o ensino primário, o mesmo reconhece e traz informações sobre as verdadeiras condições em que era realizado o ensino primário no país. O autor denuncia que as despesas são irrisórias e muito aquém do esperado para um ensino primário idealizado como impulsionador da democracia, mão de obra para o trabalho ou preparação para o civismo. Vejamos, pois os percentuais investidos no ensino primário e popular,

33. Em relação à respectiva renda dos tributos, as despesas com os dois ramos de ensino em apreço, efetuadas pelas diferentes ordens de governo, exprimem-se pelas seguintes percentuais.

Esses números demonstram que ao objetivo político, por excelência, do Estado, só dedica o Brasil 6,98% (bem menos de dez por cento) dos tributos que arrecada, sendo, na administração federal, 1,35%, na administração estadual, 15,70%, e na administração municipal [...] 14,60%. (TEIXEIRA DE FREITAS, 1946, p 196).

Denunciado o pouco investimento dos governos para com a obra do ensino primário, principalmente com relação aos gastos do governo federal, o autor esclarece quais os percentuais necessário,

(...) O custeio, por conseguinte, dos aparelhos escolares, destinados a educar os efetivos normais fixados para os ensinos primário e profissional exigiria para 1946 as seguintes importâncias:

Milhões de cruzeiros

5,8 milhões de alunos do ensino primário, a Cr\$ 250,00	1.450
2,1 milhões de alunos do ensino profissional, a Cr\$ 300,00	630
Total.	2.080

Reservada que fosse essa importância total para o próximo exercício, deixariam os recursos disponíveis larga margem para financiar-se a reorganização e a expansão do ensino popular, visto como se as primeiras séries haveriam de ter um discipulado inicial, por motivo óbvio, sensivelmente superior ao seu "efetivo completo", esse

aumento não atingiria por certo o limite da capacidade total do sistema em pleno funcionamento. (TEIXEIRA DE FREITAS, 1946, p. 201).

Teixeira de Freitas (1946), por sua vez argumenta que a atual escola primária, embora tenha sido empreendido esforços para a melhoria do ensino em todos os seus graus e ramos, tendência facilmente verificável a luz dos dados estatísticos, revela que a partir de 1930 houve maior esforço com a educação. No entanto o mesmo conclui que,

Os dados conhecidos revelam, sem dúvida, que o país realizou, de 1930 para cá, — infelizmente com ligeira tendência regressiva nos últimos anos — um largo esforço de aperfeiçoamento, no que tange à cultura popular.

Mas a situação do Brasil ainda era, àquele tempo, tão deficiente, em matéria de educação do povo, que a rápida progressão verificada a partir de 1932, sem embargo de demonstrar que não houve completa estagnação, ainda não exprime se quer o mínimo dos mínimos que um Estado moderno poderia tolerar. Prova-o o fato de que a nossa escola primária mesmo agora não está podendo assegurar sem contribuições supletivas, como se verá adiante, a estabilidade — já não dizemos a redução — da fortíssima taxa de analfabetismo (bem mais de 50% da população adulta) que permanece como um dos penosos estigmas da nossa vida nacional (TEIXEIRA DE FREITAS, 1946, p. 203).

Sobre a grande fragilidade orçamentaria destinada ao ensino primário, também encontramos na seção *Vida Educacional* um trecho em que exemplifica muito bem tal problemática: “O ensino primário é e ainda será por muitos anos o nosso grande e fundamental problema. A porcentagem de analfabetos, ainda é, infelizmente bem elevada. O número de nossas escolas primárias ainda está muito aquém das necessidades.” (RBEP, 1944b, p.136).

Muito embora nos artigos haja um discurso de reconhecimento de que o ensino primário estava muito aquém do desejado, contraditoriamente percebe-se sempre evidências de forma a deixar claro aos leitores que estava acontecendo um grande progresso educacional. “Nesse propósito e no desenvolvimento de seu construtivo governo, vai Sua Excelência, em cada ano, criando escolas e grupos escolares, na Capital e no interior, e muitos outros deverá criar.” (RBEP, 1944b, p.136).

Quase a totalidade dos artigos presentes seja na seção *Ideais e Debates*, ou em outras seções, há sempre o discurso muito forte de que a partir de 1932 o ensino em todos os seus graus e ramos havia se desenvolvido de forma surpreendente, sendo as tendências de crescimento facilmente observadas. Como pode ser constatado em estudo realizado por Lourenço Filho, em que exalta o grande desenvolvimento no ensino primário,

Como quer que seja, porém, o progresso realizado nos últimos anos foi enorme, como os cuidadosos levantamentos estatísticos do Serviço de Estatística da

Educação e Saúde nos permitem ver. Em 1932, contava o país 27.662 escolas primárias, com 56.620 professores, e 2.071.437 alunos matriculados. Em 1942, o número de escolas primárias havia sido elevado para 43.975, com 85.577 professores e 3.340.952 alunos.

No ensino primário *fundamental*, ou seja naquele destinado às idades próprias, havia, em 1932, apenas 26.213 escolas, com 1.979.080 alunos. Em 1941, as escolas desse tipo eram 38.408, com 3.113.127 alunos. O aumento relativo do número de escolas foi de 47%; o referente aos alunos, de 57%. (LOURENÇO FILHO, 1944, p. 21).

De modo geral observa-se um discurso sempre afirmativo de que estava a acontecer um crescimento tanto qualitativo quanto quantitativamente, sem, no entanto, deixar de admitir que haviam problemas que persistiam, como quantidade de escola em nível primário insuficiente para atender as crianças que a ela tinha direito, reconhecido do alto índices de reprovação e evasão escolar, entre outros.

Sobre a definição da escola primária como “porta” para a materialização da construção da nacionalidade, além de ser um preparado para mão-de-obra, encontra-se na RBEP artigos que reforçam esta prerrogativa:

Proverá, ao mesmo tempo, a iniciação da criança no trabalho e na vida cívica [...] Seus benefícios, porque elevam e dignificam o trabalhador nacional, além de atenderem ao objetivo de felicidade e progresso harmonioso na família humana, alteiam o nível de vida da população, aumentando, conseqüentemente, o consumo, e estimulando, assim, o desenvolvimento da produção. Desse modo contribuem para que as zonas produtoras se vão especializando e o intercâmbio comercial dê ao país, dentro das suas fronteiras, um diferenciado sistema de mercados e larga capacidade de trocas, uma e outra coisa capazes, só por si, de manter em equilíbrio e franca prosperidade a economia nacional . (TEIXEIRA DE FREITAS, 1946 pág. 189).

Rosa (2008) destaca que:

O governo julgava importante o papel do ensino primário e de seus professores na concretização desses objetivos, afirmava que “[...] integrados nesse movimento os professores primários são os pioneiros dessa esplendida obra tão necessária ao fortalecimento das nossas reservas cívicas e à unidade da Pátria” (ROSA, 2008, p.233).

No que se refere ao ensino primário com o objetivo de preparar para o trabalho, A. Junior tece serias críticas e se manifesta contrário à ideia da escola primária rural com características profissionalizantes. Para ele, a defesa da escola profissionalizante nada mais era do que uma forma de conformismo social, totalmente contrário a esta ideia, defendia que o ensino rural deveria contribuir para que o alunado pudesse “circular livremente do campo para a cidade ou vice-versa, e sem excessivo esforço adaptar-se a esses dois ambientes” (A. JUNIOR, 1944, p. 31).

A. Junior (1944) também faz uma crítica à escola primária rural como forma de comodismo social, destacando que o ensino primário, seja ele rural ou urbano, não deveria ter caráter profissionalizante, por ferir três princípios: “o espírito democrático por que combatemos; contraria a psicologia humana; prejudica o próprio bem social”. (RBEP, 1944b, pag. 32).

O entendimento do ensino primário rural de caráter profissionalizante era defendido por muitos intelectuais, ao passo que outros, entre eles A. Junior, faziam a defesa da escola primária rural como aquela que visava uma base comum educativa, fazendo uma forte crítica a escola de classe.

Dois polos marcam as atitudes radicais. De um lado estão os que querem converter a escola primária da zona rural em escola "profissional"; de outro, os que entendem mantê-la simples instituto de educação primária. Segundo aqueles, o objetivo essencial do mestre da roça consistirá em fazer da criança um trabalhador agrícola, desde cedo especializado nas fainas rurais, e definitivamente vinculado ao campo. Segundo a corrente oposta, a escola primária da zona rural, idêntica nos objetivos à da zona urbana, não poderá ter (como esta não tem) qualquer caráter vocacional, pois visará dar à criança a indispensável base de educação comum que, assimilando-a socialmente à coletividade humana, lhe permitirá, conforme os seus interesses futuros, circular livremente do campo para a cidade, ou vice versa, e sem excessivo esforço, adaptar-se a esses dois ambientes. (A. JUNIOR, 1944, p.30).

A escola primária também foi porta para a materialização de conceitos de higiene, a ideia de que era necessário indivíduos sadios, pois os tais eram a mão-de-obra do país. O ensino da higiene tornava-se necessário desde a mais tenra idade, sendo que deveria ser obrigatória na educação primária, uma vez que esta etapa de ensino ensinaria desde cedo às crianças as melhores e mais modernas práticas de higiene, como observado a partir da citação presente na *Revista*, Vol. III, nº 9.

Admitindo-se que o êxito de qualquer ensino se deverá aferir pela influência que exerça sobre a conduta da criança, forçoso será concordar em que a ministração de conhecimentos a respeito da saúde deve subordinar-se à formação de hábitos e de atitudes recomendáveis, — isto muito especialmente em se tratando de alunos de escola primária. Os conhecimentos funcionam tão somente na medida em que se traduzam em ação ou a tornem significativas.

Portanto, o ensino da higiene na escola primária é, antes de tudo, um meio de ajudar a criança a viver cada vez mais saudavelmente, e a aprender a resolver as situações, que se lhes apresentem, de modo o mais proveitoso à sua própria saúde. Assim concebida, a higiene deixa de ser uma simples disciplina do curso — mera indicação do programa — para converter-se em ação eficaz de educação da saúde. Está claro que tal conceito demanda esforço ininterrupto de instrução e de prática de higiene, que se deve desenvolver e estender a todas as atividades escolares, sem que seja preciso dedicar-lhe tempo marcado no horário. Isto será fácil nas escolas, onde o programa de ensino seja baseado nas necessidades e interesses dos alunos. (RBEP, 1945, p. 378).

Góis Junior (2003) destaca que com o processo de industrialização e de urbanização dos grandes centros a partir do século XX, começa a haver um fluxo migratório do campo para as cidades, com intuito de melhores condições econômicas e financeiras. Assim, com o convívio mais próximo entre os indivíduos era necessário novas normas de higiene, nesse novo contexto social a higiene torna-se um assunto de grande relevância e uma preocupação governamental.

A grande meta desse projeto era disseminar, juntamente com a educação formal, hábitos e cuidados com o corpo. Isto começa a ser concretizado no Brasil quando a educação formal se institucionaliza na escola, especialmente das escolas públicas. Este processo é lento, primeiramente atinge as classes mais privilegiadas, mas para que este projeto realmente tivesse êxito, era preciso a democratização da Escola, para que estes hábitos e cuidados atingissem a toda a população. Havia o intuito de alterar a cultura da população, que começa na higiene e aperfeiçoamento do corpo, como os eugenistas e higienistas pregavam. (GÓIS JUNIOR, 2003, p.158).

Pelo que foi pesquisado é possível admitir que a escola primária durante o governo de Getúlio Vargas vivenciou muitos discursos sobre seu financiamento, por parte do governo federal, mas na prática o que se observou foi que essa etapa de ensino foi utilizada como um veículo relevante para a construção de uma identidade nacional.

As práticas pedagógicas orientadas pelas concepções escolanovistas ressaltam a importância do ensino primário como “porta para a materialização do civismo, o culto ao corpo, envolvendo os devidos cuidados com a higiene” tudo em nome de um enaltecimento de valores e atitudes tidos como alicerces de um patriotismo. É possível afirmar que em relação ao ensino primário no período correspondente ao governo de Vargas, a RBEP noticiou muitas promessas de financiamento, mas poucas concretizações práticas.

3.2 O ensino Secundário: A dualidade entre o Ensino Técnico Profissionalizante e o Secundário Clássico

O ensino secundário também vivenciou um período de muitas promessas, que a partir da análise das seções *Ideais e Debates* e *Documentação* verificou-se quais as concretudes práticas.

Para iniciar é necessário lembrar que no Manifesto dos Pioneiros (1932) ao fazer referência ao ensino secundário destaca que o mesmo não representará mais um grupo social, mas servirá agora para preparar mentalidades e moldar para o trabalho.

A escola secundária deixará de ser assim a velha escola de "um grupo social", destinada a adaptar todas as inteligências a uma forma rígida de educação, para ser um aparelho flexível e vivo, organizado para ministrar a cultura geral e satisfazer às necessidades práticas de adaptação à variedade dos grupos sociais. É o mesmo princípio que faz alargar o campo educativo das Universidades, em que, ao lado das escolas destinadas ao preparo para as profissões chamadas "liberais", se devem introduzir, no sistema, as escolas de cultura especializada, para as profissões industriais e mercantis, propulsoras de nossa riqueza econômica e industrial (AZEVEDO, 2005, pág.197).

Diferentemente do ensino primário, o ensino secundário foi reformulado ainda em 1942 através do decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, promulgado na gestão do Ministro Gustavo Capanema. Percebe que o ideal proclamado pelos escolanovistas, à primeira vista, parece ter sido realizado, uma vez que a Lei Orgânica do Ensino Secundário ampliou o acesso às camadas populares ao ensino secundário. No entanto, não deixou de existir “a velha escola de um grupo social”, uma vez que a reforma criou dois ciclos: o ensino secundário de ginásio, destinado a formar mão-de-obra para a indústria, comércio e agricultura, e o secundário de colégio (clássico e científico), na prática continuou existindo uma escola para a preparação para a Universidade e outra para o mundo do trabalho, se já não era mais privilegio dos ricos adentrarem o ensino secundário, pode-se dizer que na prática houve uma escola secundária para a elite e outra para classe trabalhadora.

No editorial da RBEP Vol. I, nº 1 o “acentuado aumento de matrícula nos ramos do ensino do segundo grau, ou daqueles destinados à juventude” é apontado como uma das prioridades instauradas desde o início da década de 1930. Recorrendo à história da educação no que diz respeito ao ensino secundário, antes da Reforma Capanema o segundo grau tinha cunho extremamente elitista, preparando as elites para o Ensino Superior. Com a Reforma Capanema em 1942, na prática criam-se dois sistemas de ensino secundário: um voltado para a preparação das elites e outro voltado para preparação do trabalho, surge o sistema S (é instituído o SENAI através do Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e cria-se o SENAC, através do Decretos-lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946).

Na exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Gustavo Capanema ressalta que o fim da ação educativa é “formar a personalidade, adaptar o ser humano às exigências da sociedade e socializa-lo, constitui finalidade de toda espécie de educação” (BRASIL, 1942)

O ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre os povos. Ele deve ser, por isso, um ensino patriótico por excelência. (BRASIL, 1942).

Assim, a Reforma Capanema estampou a possibilidade de um ensino secundário com característica propedêutica voltada para a continuidade dos estudos, e um de caráter tecnicista, voltado para o trabalho,

Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginásial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Art. 3º O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; na curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências. (BRASIL, 1942).

A reforma do ensino secundário proposta por Capanema em 1942 só aprofundou ainda mais as dicotomias existentes entre elite e classe trabalhadora. Bittar e Bittar (2012) apontam que “a seletividade do ensino secundário e a dicotomia entre ensino profissional e secundário ficaram mantidas, favorecendo os filhos da elite” (BITTAR E BITTAR, 2012, pág. 158).

A RBEP dispensou atenção ao ensino secundário, nos discursos proferidos por Lourenço Filho, aparece sempre um ponto bastante animador de que cada vez mais estava logrando uma expansão deste nível de ensino em todo território nacional. Se no período anterior à década de 1930 não havia tido um maior preocupação, o estudo realizado por Lourenço Filho sobre o “Movimento Geral do Ensino no período de 1932 a 1942” presente na seção *Documentação*, destaca os avanços alcançados no que diz respeito à expansão do ensino secundário, informando aos leitores o grande avanço e atenção, dispensado a esta etapa de ensino,

É evidente que a rede escolar do país, ainda há dez anos, só apresentava oportunidades de educação em nível acima dos estudos primários apenas a uma limitadíssima parcela da população. No movimento escolar de 1932 a 1942, revela-se grande expansão do ensino médio, ou de 2.º grau. O número de estabelecimentos de ensino secundário dobrou; triplicou o de escolas de ensino artístico; o de unidades de ensino doméstico quadruplicou; aumentaram seu número, em mais de metade os de ensino industrial e comercial. (LOURENÇO FILHO, 1944, p. 86).

Embora tendo sido noticiado grande avanços em todos os níveis de ensino servindo os dados estatísticos para apresentar tais evoluções, estes mesmo dados permitem-nos enxergar quão seletivo era o ensino secundário no país. O Brasil chega em 1945, mesmo após ter havido um crescimento no número de escolas para atender o ensino secundário, com um total de 827 escolas em todo o país, conforme dados oferecidos pela Divisão de Ensino

Secundário do Departamento Nacional de Educação, onde informa existir um total de 538 ginásios e 289 colégios.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, ao lado de outras leis orgânicas que regularam os ensinos industrial, comercial e agrícola, reestruturou o ensino secundário num primeiro ciclo, chamado de ginásio (industrial, comercial e agrícola), com quatro anos de estudos, e num segundo ciclo subdividido em clássico e científico, com duração de três anos de ensino. A partir da tabela abaixo é possível visualizar os cursos de ginásio e de colégio oferecidos nos Estados e no então Território Federal do Acre no ano de 1945:

QUADRO IX: CURSOS SECUNDÁRIOS OFERECIDOS NAS UNIDADES FEDERATIVAS EM 1945			
UNIDADES FEDERADAS	Curso de ginásio	Cursos de ginásio e colégio	TOTAL
Território do Acre	2	-	2
Amazonas	3	-	3
Pará	3	5	8
Maranhão	5	2	7
Piauí	8	1	9
Ceará	20	7	27
Rio Grande do Norte	8	1	9
Paraíba	8	1	9
Pernambuco	20	17	37
Alagoas	5	5	10
Sergipe	6	1	7
Bahia	17	11	28
Espírito Santo	12	5	17
Rio de Janeiro	38	15	53
Distrito Federal	43	49	92
São Paulo	139	91	230
Paraná	12	16	28
Santa Catarina	8	4	12
Rio Grande do Sul	61	14	75
Minas Gerais	100	37	137
Goiás	14	1	15
Mato Grosso	9	3	12
BRASIL	538	289	827

FONTE: RBEP, Seção Documentação, o ensino secundário no Brasil em 1945, p.283.

Como observado na tabela acima, o território Federal do Acre em 1945 só possuía curso de ginásio. Isso significava que para a continuidade dos estudos em nível secundário de colégio, aqueles que assim quisessem, ou melhor, os que assim pudessem, deveriam enviar seus filhos para continuidades dos estudos em outra Unidade Federativa.

Além disso, é facilmente observado que o número de ginásios é maior que o de colégios, o que nos leva a constatar que havia de fato uma grande exclusão entre o término do ensino secundário ginásial e o ingresso no ensino secundário de colégio, haja visto, que para a continuidade dos estudos em nível secundário era necessário se submeter a testes admissionais. A alternativa criada para a conformação dos filhos dos trabalhadores foi o ensino técnico-profissionalizante (Industrial, Comercial e Agrícola), mantido sobre a responsabilidade do comércio, assiste-se então um crescimento deste tipo de ensino que tinha por intuito preparar mão-de-obra para indústria, comércio e para agricultura.

Havia a possibilidade de continuidade dos estudos em nível superior para aqueles que frequentavam um curso profissionalizante, no entanto, o candidato só poderia prestar exame vestibular na sua área de atuação, ou seja, se o aluno havia terminado o curso técnico-profissionalizante industrial, poderia prestar vestibular em um curso superior de caráter técnico. Ou seja, jamais poderia ser um advogado, médico ou engenheiro, se intencionasse deveria realizar exame admissional, fazer o curso secundário de colégio e então tentar vestibular na área de humanas.

A Educação Física, a Educação Militar e a Educação Religiosa também são elementos que complementam o currículo. A Educação Física é definida como “prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de 21 anos” (BRASIL, 1942); a Educação Militar é facultada para os alunos do sexo masculino, sendo suas diretrizes fixadas pelo Ministério da Guerra (BRASIL, 1942); a Educação Religiosa é considerada “parte integrante da educação da adolescência”, sendo permitido aos estabelecimentos incluí-la nos estudos de primeiro e segundo ciclos, de acordo com os programas e regime didático definido pela autoridade eclesiástica (BRASIL, 1942).

3.3 Educação Física e Educação Higiênica/ Sanitária

Assuntos ligados à educação física e à educação higiênico-sanitária têm uma frequência considerável na RBEP. Em termos de prioridade, a Higiene Escolar e a Educação Física mereceram mais destaque dentro da revista do que assuntos ligados à formação de professores, por exemplo. Tal importância atribuída às duas temáticas remete à compreensão de que a Educação Física no período do governo Vargas teve sua relevância no sentido de que, para construir uma nação forte, era necessário desde cedo o cuidado com o corpo.

Sobre a educação higiênica, Góes Junior (2015), destaca que,

Ao percorrermos os jornais ao longo da década de 1930, observamos articulações entre um projeto higienista e a constituição de uma escola dita moderna sobre os auspícios do movimento escolanovista. Por exemplo, na coluna “Educação e Ensino”, o professor Antônio Fausto (1934), no artigo “A Educação e a Higiene Escolar”, defendia que uma escola sem mentalidade higiênica representaria um cenário ultrapassado, já que na “Escola Nova”, a higiene era primordial. (GÓES JUNIOR, 2015, p. 2).

Encontra-se na RBEP várias passagens que exaltam a educação higiênica, sendo esta denominada inclusive de *ciência da higiene*, em artigo sobre a “Proteção da Visão dos Escolares” RBEP, Vol. I, nº 2, Cesário de Andrade destaca que,

A higiene social cresce dia a dia de importância na vida das nações cultas, podendo-se até afirmar que, na avaliação do grau de civilização de um povo, é fator de relevo a perfeição das suas organizações nesse setor das atividades públicas. Sem qualquer dose de exagero pode-se dizer que, nos últimos tempos, os serviços de higiene social se têm desenvolvido entre nós de maneira apreciável. Os poderes públicos responsáveis pelas cousas de Educação e Saúde empenham-se em preparar para o futuro gerações cultas, sadias e vigorosas, a fim de que possam melhor servir à Pátria. Esses propósitos são tanto mais dignos de louvores, quanto se sabe que, entre os vários assuntos em que se desdobra a *ciência da higiene*, destaca-se o que diz respeito ao valor econômico da saúde, num sentido humano, social e patriótico. (ANDRADE, 1944, p. 340).

Encontramos na seção *Orientação Pedagógica*, na Revista Vol. III, nº 9, texto intitulado “O moderno ensino da higiene”. O texto destaca a finalidade do ensino da higiene,

O ensino moderno da higiene visa o melhoramento da vida humana. Assim sendo, seu objetivo vai muito além da simples assimilação, pelos educandos, de certa soma de conhecimentos. Sua finalidade última é a de conseguir que cada indivíduo dirija sua conduta de maneira proveitosa à própria saúde. Por isso, a instrução e as experiências que eficazmente contribuam para a formação de bons hábitos e de atitudes sadias, e que conduzam à compreensão dos princípios de higiene, constituem os elementos integrantes de um programa de educação tendente a promover o bem estar físico e mental da infância. (RBEP, p. 377).

Gustavo Capanema, como Ministério da Educação e Saúde (1934 a 1945), adepto aos ideais escolanovistas, segundo Hochman consolida a estrutura administrativa do MES através da criação das Delegacias Federais de Saúde, os Serviços Nacionais e a Instituição de Conferências Nacionais de Saúde. Os Serviços Nacionais criados em 1941, tornam-se responsáveis pelas campanhas de combate às grandes epidemias, principalmente a malária, febre amarela, lepra e a tuberculose que assolavam a população da cidade naquele momento histórico. Segundo Hochman (2005),

Com essas reformas a saúde pública passava a espelhar as orientações mais gerais da política varguista de centralização política e administrativa e verticalização das ações estatais. O principal responsável pela implementação das reformas na área da saúde, o médico João de Barros Barreto, foi empossado como diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS) em fevereiro de 1937, um mês após a reforma do ministério ter sido aprovada, permanecendo até 1939 e retornando ao cargo em 1941, deixando o cargo em 1945, com a queda de Vargas. Interiorizar a saúde pública –agenda clássica do sanitaríssimo parecia ser possível com o incremento da presença do MES nos Estados e o formato institucional escolhido foi verticalizar essas ações que seriam especializadas por enfermidade a ser enfrentada, coordenadas por um núcleo central que residiria no Ministério e implementadas de modo hierárquico nos estados e nos municípios. (HOCHMAN, 2005, p. 131).

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, além de indicar o compromisso do estado com os assuntos ligados às questões sociais, criou um tripé na política governamental, interligando ensino, saúde e assistência social. Em um momento em que diversas doenças acometiam a população urbana, havia a necessidade de articulação entre as políticas governamentais no âmbito da educação e saúde.

Nesse contexto, Gustavo Capanema assessorado por intelectuais ligados à educação e saúde desenvolve uma proposta higienista através da escola. Acreditava-se que se higiene e educação caminhassem juntas, poderiam combater às epidemias criando hábitos individuais de higiene e cuidado com o corpo. Tais ideias podem ser percebidas em um artigo publicado pela RBEP (1945),

O ensino moderno da higiene visa o melhoramento da vida humana. Assim sendo, seu objetivo vai muito além da simples assimilação, pelos educandos, de certa soma de conhecimentos. Sua finalidade última é a de conseguir que cada indivíduo dirija sua conduta de maneira proveitosa à própria saúde. Por isso, a instrução e as experiências que eficazmente contribuam para a formação de bons hábitos e de atitudes sadias, e que conduzam à compreensão dos princípios de higiene, constituem os elementos integrantes de um programa de educação tendente a promover o bem estar físico e mental da infância. (RBEP, 1945, pág. 377).

A partir da citação acima nota-se a estreita relação existente entre os discursos pedagógicos, o discursos higienistas e a proposta da educação física. A educação física, neste contexto, ainda não normatizada como disciplina, mas como prática educativa, serviu como “porta” para a atuação social tanto do civismo, como para o cuidado do corpo. A educação aparece ligada à Segurança Nacional com o papel de consolidá-la, coibindo fatores desagregadores. Isto está claro ainda em Lourenço Filho:

Em qualquer concepção educativa a realidade permanece; educar é buscar a segurança.

A segurança no próprio indivíduo pelo equilíbrio de suas tendências, desejos e aspirações. A segurança no grupo primário a que se pertence; a segurança nos

grupos maiores onde este grupo esteja inserto; a segurança, enfim, no organismo social mais amplo que os grupos referidas contenha (...). Pode-se dizer que as forças armadas e a corporação dos educadores, (...) hão de compor as falanges de um só e mesmo exército. (LOURENÇO FILHO Apud PINHEIRO, 1941, p.79)

A educação higiênica deveria ocorrer desde a mais tenra idade, caberia à pré-escola construir os alicerces, conforme destacado pela *Nursery School, foundation of civilisation* citado por Sabóia (1946),

Não se admite nos dias de hoje uma boa organização escolar sem o concurso da higiene. Para que sejam mais decisivos os resultados é, porém, necessário que a idade chamada pré-escolar mereça o máximo cuidado, construindo-se então os alicerces para obra de maior envergadura — *Nursery School, foundation of civilisation* — dizem com acerto os ingleses. (SABÓIA 1946, p. 64).

O pré-escolar assume então a tarefa de alimentar, higienizar e imunizar as crianças, tendo em vista que as famílias, devido às condições financeiras, não conseguem por si só realiza-las. Nesse contexto, o Estado assume a tarefa pelos cuidados higiênicos como destacado por Sabóia (1946),

Entretanto, ainda não permitindo as condições atuais que o lar assumira a inteira responsabilidade dessa tarefa, cabe às referidas instituições completá-la e servir de traço de união, aplicando os melhores métodos para criar e educar os petizes de 2 a 5 anos e promovendo a vigilância médico-higiênica sistemática antes de sua admissão na Escola, primeiro, ajudando a formar hábitos sadios em relação à alimentação e à higiene, segundo, corrigindo os defeitos remediáveis, terceiro, imunizando contra as doenças evitáveis.

Além dessas vantagens, os fins do serviço pré-escolar têm um grande valor educativo para os pais, mostrando-lhes a íntima relação que existe entre os hábitos diários de saúde da criança e os melhores *standards* de vida saudável, tornando permanentes os cuidados higiênicos desde o nascimento até o período escolar, e fechando assim o ciclo entre a higiene infantil e a higiene escolar. Finalmente, impressionando os pais com a importância do período pré-escolar em relação com o desenvolvimento normal da criança, de maneira que a educação de hábitos sadios e a assistência médica iniciadas no período da primeira infância possam ser contínuas. (SABÓIA, 1946, p. 65).

Notadamente existiu uma preocupação com a criança em idade pré-escolar, quando era recomendado um acompanhamento cuidadoso iniciado na fase de 2 a 5 anos de idade, considerada como ideal para se instalarem hábitos sadios no psiquismo da criança.

A ideia mestra que serviu de alicerce para que o Estado assumisse a tarefa de alimentar, higienizar e imunizar as crianças, estava no fato de se pensar que era necessário desde certo cuidar do físico das crianças, uma vez que estas deveriam ser os futuros soldados ou trabalhadores da nação. Sendo assim, um país que se quisesse tornar uma nação forte,

deveria ter homens viris e capazes de elevar a nação defendendo a pátria engrandecendo o país pela força do trabalho.

Tendo a pré-escola, realizado as primeiras intervenções higienistas nas crianças, caberia a sua continuidade nos demais níveis de ensino, a intervenção da educação física é considerada primordial como forma de auxiliar na formação de corpos saudáveis – “A influência da atitude física no desenvolvimento dos ossos e dos músculos, sobre as funções respiratórias e digestivas e sobre a saúde geral, é de grande importância, principalmente (quando o esqueleto ainda não se acha completamente ossificado).” (SABÓIA, 1946, p. 67).

Caberiam os demais níveis de ensino propiciar através da educação física o conhecimento da higiene corporal e prevenção de doenças, bem como despertar hábitos e qualidades morais. A partir de 1937, com o golpe de Vargas, passam a existir exigências de defesa da nação, além da ideia de melhoramento da raça, passando a Educação Física a assumir papel de destaque neste contexto, uma vez que era necessário educar os “corpos” desde cedo para exercer o patriotismo, simbolizado através do alistamento militar.

Portanto, cabia à escola e ao professor somente o um processo de transmitir conhecimentos ao aluno. Educar era contribuir para formar cidadãos sadios mental e fisicamente para o país.

Em palestra proferida por Lourenço Filho na Associação Brasileira de Educação Física no Rio de Janeiro em 1945 (RBEP, Vol. VI, nº 15), o educador ressalta que:

A educação física tem os seus objetivos específicos, de todos conhecidos. Primeiro, atendem a uma parte dos objetivos gerais da educação da saúde [...] Como quer que seja, a educação física tem por fim desenvolver convenientes práticas ou exercícios, nos alunos, levando-os a tomar o hábito do exercício diário, de modo a que o corpo se desenvolva, mantenha vigor e vitalidade. (LOURENÇO FILHO, 1945, p. 323).

Acreditava-se que a educação física seria capaz de fortalecer a raça, manter a saúde do corpo, além de colaborar para a educação moral, intelectual e física dos alunos. Nota-se que o higienismo, aliado à prática de exercícios físicos eram considerados fatores preponderantes para o desenvolvimento da nação.

Nota-se a partir de artigos publicados na seção *Ideias e Debates* que havia um hibridíssimo muito grande entre as concepções pedagógicas e de saúde, em artigo publicado por Souto (1946), sobre como prevenir a tuberculose entre os escolares é sugerindo uma série de recomendações, entre as quais, a presença do médico escolar associado as dos professores é encarada como fundamental para tratar ou prevenir a saúde física e mental dos escolares. O autor destaca a relevância de uma ficha para acompanhamento dos alunos,

(...) com referência aos alunos, cumpre que possuam uma ficha de saúde, onde sejam registrados os antecedentes hereditários e pessoais, merecendo cuidado especial aqueles que receberam herança mórbida pesada, ou tiveram moléstias que facilitam o rompimento da tuberculose, tais como sarampos que se arrastam além do período normal, gripes frequentes, coqueluches acompanhadas de pronunciada debilidade, etc.” (SOUTO, 1946, p. 246).

A Educação Física, assim como as lições de higiene, aparece mais uma vez na RBEP com a finalidade de proporcionar aos alunos um desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito, objetivando a formação de um homem com ação física, moralmente sadio, alegre e robusto representando o progresso da nação,

A questão de terrenos para jogos, exercícios físicos, a obrigação de lições de higiene, o desenvolvimento de sociedades escolares de ginástica, futebol, basquete, são pontos que oferecem ampla margem de estudos, pois, além de contribuir para o aperfeiçoamento físico, têm profunda repercussão na cultura e nos costumes dos jovens. É hoje verdade inconcussa que, se queremos formar intelectuais, não nos podemos ater em aprimorar apenas a cultura do espírito. (SOUTO, 1946, p. 246).

A escola dentro da concepção higienista tinha o papel de educar, proteger e aperfeiçoar a saúde física, mental e emocional da criança, seria a escola uma das principais portas ao combate as doenças contagiosas. A saúde pública então caberia também aos pais, escola e comunidade, segundo destaca Sabóia (1946):

- a) Desenvolver atitudes favoráveis para prática de bons hábitos higiênicos;
- b) Assegurar a cooperação da criança em todas as medidas que procurem ajudá-la a atingir o máximo de capacidade física, mental e social;
- c) Aumentar continuamente os conhecimentos gerais em assuntos de higiene que guiarão as suas ações;
- d) Cercá-la de ambiente e de exemplos dos mais altos princípios higiênicos. (SABÓIA, 1946, p. 74).

Com relação à educação moral, é consenso que caberia a educação escolar divulgar as ideias e valores cívicos, como o respeito à pátria, seus símbolos, às tradições e, tendo em vista a educação integral do indivíduo, a educação moral e espiritual.

A educação física é destacada constituindo-se em temática também de eventos organizados pelo MES. A importância da educação física pode ser justificada dentro do contexto das exigências de defesa da nação existentes no momento, e, propiciando condições para o melhoramento da raça (influência nazifascista/ integralista). Neste processo é sempre lembrado o papel do professor, sua formação, pois, é ele um elo fundamental entre os valores morais e intelectuais, e as novas gerações que não os tem fixados. Politicamente a educação

escolar contribuiu na formação das elites dirigentes, escolhidas estas, menos por suas condições financeiras e mais pelos *dons invulgares*. Tem ela a finalidade de apreender o “pensar popular” e orientar os rumos da nação.

3.4 Orientação Educacional e Profissional, Seleção Profissional e Ensino Vocacional

Outro tema frequente na seção *Ideias de Debates* que mereceu a atenção de um número da revista, Vol. IV, nº 13, abordou dentro da seção somente assuntos relacionados à ‘Orientação Educacional e Profissional’. Os artigos trazem os discursos dos intelectuais e suas ponderações quanto à orientação educacional, seleção profissional, bem como os determinantes da orientação vocacional dos indivíduos.

Inquirimos que o percentual de 5,80% de frequência a assuntos relacionados à orientação educacional e profissional dentro da seção *Ideias e Debates* pode ser justificado pela vinculação entre o INEP e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). O Instituto de acordo com o decreto lei n.º 590, de 30 de julho de 1938, seria responsável através da seção de *Orientação e Seleção Profissional*, pelas providências acerca da preparação e correção das provas de concurso para provimento dos cargos do serviço público.

Além disso, o DASP era encarregado de desenvolver estudos estatísticos a partir dos resultados dessas provas como forma de aperfeiçoar os instrumentos de seleção profissional, conforme pode ser observado a partir de artigo publicado dentro da seção, por Jacyr Maia (1944),

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, criado pelo Decreto-lei n.º 590, de 30 de julho de 1938, tem, entre outras, a função de "cooperar com o Departamento Administrativo do Serviço Público, por meio de estudos ou quaisquer providências executivas, nos trabalhos atinentes à seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação do funcionalismo público da União." (Art. 3º).

A colaboração do I.N.E.P. com o D.A.S.P. se vêm fazendo, por intermédio do Serviço de Biometria Médica, na parte relativa aos exames de sanidade e capacidade física, e na organização de provas de nível mental e aptidão, pela Seção de Orientação e Seleção Profissional.

O I.N.E.P. tem sido encarregado da realização integral do trabalho relativo a essa parte dos concursos, desde a elaboração das questões até a identificação dos resultados, estendendo-a, além disso, a um pormenorizado estudo estatístico do material recolhido em cada caso. (JACYR MAIA, 1944, p. 73).

Outra possibilidade de compreensão pode ser atribuída ao momento histórico, no qual a continuidade dos estudos passa a ser justificada não mais pelas condições socioeconômicas dos indivíduos, mas como uma questão de aptidão, assuntos relacionados à

orientação educacional, orientação profissional e seleção profissional e ensino vocacional, passam a ter grande relevância.

Lourenço Filho (1945) em artigo publicado na *Revista* Vol. V, nº 13, esclarece sobre o marco legal da orientação educacional,

A expressão "orientação educacional", empregada para designar um serviço auxiliar da escola, aparece, pela primeira vez, em nossa legislação federal, no Decreto-lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (*lei orgânica do ensino industrial*). É repetida com mais clara definição, no Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril do mesmo ano (*lei orgânica do ensino secundário*). Figura, ainda, no Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943 (*lei orgânica do ensino comercial*). (LOURENÇO FILHO, 1945, p. 5).

O autor mostra que a primeira menção a orientação educacional se deu pelo Decreto n.º. 4.073 de 30 de janeiro de 1942 que criou a lei orgânica do ensino industrial. Seguindo o modelo da prática pedagógica adotada nos EUA, esclarece que o então ministro Gustavo Capanema determina a adoção da orientação educacional no ensino secundário,

Na exposição de motivos, que acompanha o segundo dos decretos leis citados, esclarece o Ministro Gustavo Capanema: "É determinada a adoção, em nosso ensino secundário, da orientação educacional prática pedagógica de grande aplicação na vida escolar dos Estados Unidos. A orientação educacional deverá estar articulada com a administração escolar e o corpo docente, para cujas organizações o projeto estabelece os preceitos essenciais. O conjunto constituirá, em cada escola secundária, o organismo coordenador e ativo, capaz de assegurar a unidade e a harmonia da formação da personalidade adolescente". (LOURENÇO FILHO, 1945, p. 5).

Pimenta (1990) ajuda a compreender alguns fatos históricos sobre a Orientação Educacional, ao encontro do que esclarece Lourenço Filho (1945), a autora também destaca que o tema foi mencionado pela primeira vez em 1942, com a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Industrial. No entanto, neste momento não havia cursos no país para formar tais especialistas. A autora destaca que a base para a ocupação dos cargos de orientador educacional vai ocorrer então através do decreto n.º 17689 de 28 de novembro de 1947, determinando em seu artigo 936 que o cargo somente poderá ser exercido por candidatos do sexo masculino, com exceção dos estabelecimentos exclusivamente femininos.

A partir da leitura dos artigos presentes na seção *Ideias e Debates* sobre a temática orientação educacional, conclui-se que a mesma, no período correspondente a década de 1940 cumpriu o papel que dela era esperado; sobre a óptica da pretensão "aptidão" muitas vezes esteve a favor do sistema excludente e poucas vezes carregada de ousadia no sentido da emancipação das camadas populares. Isso se deve, principalmente, ao fato de estar atrelada às

políticas educacionais vigentes nos diferentes momentos históricos. Tal constatação torna-se verificável em vários artigos sobre orientação educacional presente na seção *Ideais e Debates*, dentre as quais destacamos alguns trechos,

(...) E aí está porque é imprescindível, na orientação educacional, a consideração das capacidades específicas do estudante, por um lado, e, por outro, das capacidades específicas requeridas no exercício das profissões que se encontrem no mercado de trabalho atual. Isso se faz necessário para se colocar a pessoa devida no emprego adequado: "*The right man in the right job.*" (RONDILEAU, 1945, p. 63).

A orientação educacional exaltada sempre como aquela capaz de conduzir corretamente cada indivíduo para seu campo de trabalho, além de encaminhar o jovem para o ramo certo de ensino, nos faz induzirmos que a mesma esteve ligada às relações de poder e às funções de comando, contribuindo para a divisão social do trabalho reproduzida dentro da escola.

No contexto histórico, a atuação do orientador educacional era, inicialmente, apenas e tão somente focalizar o atendimento ao aluno, aos seus problemas, à sua família e aos seus desajustes escolares, mas pouco ou quase nada, voltado à autonomia do aluno e à sua contextualização como cidadão. Depois, voltou-se à prestação de serviços, de encaminhar o aluno para o campo de trabalho, que mais conviesse, mas sempre com o objetivo de ajustamento ou prevenção, conforme pode ser percebido em transcrição feita por Lourenço Filho sobre a função do orientador educacional segundo decreto-lei n.º 4.244, de 09 de abril de 1942, ou *lei orgânica do ensino secundário*, lê-se no Capítulo VI, "Da Orientação Educacional":

É função da orientação educacional, mediante as necessárias observações, cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha de sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a sua família. "Cabe ainda à orientação educacional cooperar com os professores no sentido da boa execução, por parte dos alunos, dos trabalhos escolares, buscar imprimir segurança e atividade aos trabalhos Complementares e velar por que os estudos, a recreação e o descanso dos alunos decorram em condições da maior conveniência pedagógica" (LOURENÇO FILHO, 1945, p.14).

Lourenço Filho (1945) traduz para o português um artigo publicado pela *National Vocational Guidance Association* intitulado 'Princípios e Práticas da Orientação Educacional e Profissional'. Sobre a finalidade de estabelecer e tornar claro as bases na qual se fundamentavam a Orientação Educacional e Profissional, o artigo inicia pela sua definição,

A *Orientação educacional* e a *Orientação profissional* consistem, essencialmente, na assistência que se proporciona a jovens e adultos, no sentido de tornar mais

satisfatório seu ajustamento, em face dos problemas da vida profissional. Os professores, os administradores escolares, os pais, os líderes sociais, ou de movimentos cívicos, religiosos, ou referentes à produção, todos — se bem que mais diretamente preocupados em atender, em cada momento, a problemas específicos de ajustamento à saúde, à religião, à recreação, à escola ou ao trabalho — devem chamar a si parte da responsabilidade das tarefas de orientação educacional e profissional.

Muito embora reconheça, assim, a importância que a orientação pode apresentar, nos seus mais diversos aspectos, a "National Vocational Guidance Association" julga conveniente salientar o papel da *Orientação educacional* e da *Orientação profissional*, tal como adiante se expõe. (LOURENÇO FILHO, 1945, p. 21).

Observa-se que a orientação educacional recorreu à psicologia educacional como forma de justificar as diferentes aptidões dos indivíduos para as carreiras profissionais. Além da psicologia, ela também recorria com frequência aos dados estatísticos com o objetivo de maior aprimoramento dos instrumentos de avaliação, a fim de verificar as aptidões dos indivíduos para as carreiras profissionais, como pode ser percebido em artigo de autoria de Rondileau (1945),

A psicologia contemporânea, especialmente a psicologia educacional, tem salientado as enormes diferenças entre os indivíduos, quer em suas capacidades físicas e mentais, suscetíveis de serem medidas com objetividade relativa, quer em suas características de disposição ou temperamento, menos suscetíveis de mensuração válida e fidedigna, mas, sem dúvida alguma, existentes, e determinantes de comportamentos. Não nos cumpre aqui discutir os fatos bem conhecidos das diferenças individuais.

Mas é claro que o orientador deve ter sempre em mente que os indivíduos diferem entre si nas suas capacidades, tais como a velocidade de *tapping*, a visualização de relações espaciais em três dimensões, ou a capacidade de racionar silogisticamente. Além disso, não se pode esquecer a enorme dispersão que tais capacidades apresentam, num grupo heterogêneo, e cujos valores vêm a representar-se numa "curva normal." (RONDILEAU, 1945, p. 62).

Em linhas gerais, é possível compreender que a orientação educacional e profissional desempenhou no período correspondente a década de 1940, a função básica de adaptação do indivíduo, seja ao ambiente escolar, social ou do trabalho. A partir da leitura dos artigos sobre a temática, presentes na seção *Ideias e Debates*, foi possível perceber que a psicologia, foi a ciência que deu sustentação teóricas a orientação no período.

A partir das proposições de Pimenta (1990), foi possível ter clareza que os que se encaminharam para a profissão de Orientação, foram indicados, pois não existia curso para a formação de especialistas para atuarem na profissão, tendo sido conduzidos ao serviço "orientadores com formação improvisada" (Pimenta, 1990, p. 65). Finalizamos com as proposições da autora, quando esta esclarece que o modelo de orientação educacional que se desenvolveu no ensino industrial brasileiro se deu sobre a óptica da psicologia, combinados com as habilidades e aptidões, buscando a formação do homem eficiente para a indústria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa intencionou compreender como as questões relativas à educação nacional são apresentadas pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* no período 1944 a 1946, na gestão de Lourenço Filho, para tanto foi realizado o levantamento temático, autoria e vínculo institucional, dos artigos presentes na seção Ideias e Debates.

A seção Ideias e Debates, foi privilegiada como aquela em que se buscava compreender os discursos dos autores que nela escreveram, tendo sido admitida a consulta a outras seções da revista (seção Editorial, Documentação, Orientação Pedagógica), sempre que não houvessem elementos necessários para a compreensão de temáticas que estavam sendo analisadas.

Ao se proceder a levantamento de autores e temáticas presentes na seção *Ideias e Debates* pôde ser vislumbrada uma variedade de temas e frequência de autores, totalizando 137 artigos escritos dentro da seção, com predominância de autores homens ligada às universidades públicas nacionais e estrangeiras e ao INEP, o que indica que coube ao Instituto ditar os caminhos pelos quais deveriam se encaminhar a organização da Educação Brasileira. Lourenço Filho, que atuou como diretor e editor na Revista no período em que se incide esta pesquisa, foi o que mais teve artigos publicados dentro da seção Ideias e Debates, reforçando ainda mais a prerrogativa da condução do INEP em assuntos relacionados a Administração e Organização da Educação Nacional.

É possível afirmar que a RBEP fora criada para cumprir um objetivo institucional - Ser o veículo de comunicação oficial do INEP, e teve como marca preponderante no período em que Lourenço Filho atuou como diretor e editor da *Revista* (1944 a 1946), um caráter técnico, sobre a confluência dos discursos governistas apoiados na filosofia escolanovista, com o objetivo de divulgar os conhecimentos relativos à teoria e prática educacionais contribuindo para a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria de educação e teve como marca preponderante no período em que Lourenço Filho atuou como diretor e editor da *Revista* (1944 a 1946), um caráter técnico, sobre a confluência dos discursos governistas apoiados na filosofia escolanovista, com o objetivo de divulgar os conhecimentos relativos à teoria e prática educacionais contribuindo para a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria de educação.

Neste contexto, a psicologia, a filosofia, a administração e organização escolar, além da pesquisa e dados estatísticos, passaram a ser destacados como elementos relevantes para subsidiar e organizar o ensino.

A partir do levantamento das temáticas, observou-se que os artigos presentes na seção *Ideias e Debates* ressaltam as pesquisas e os dados estatísticos como essenciais sem os quais não poderia existir clareza das políticas que deveriam ser desenvolvidas para a organização da educação nacional uma vez que estes elementos eram entendidos como os únicos capazes de desvendar a realidade educativa e oferecer subsídios “científicos” para a expansão da educação.

A pesquisa permitiu compreender que houve uma mudança no discurso, no que se refere ao acesso à educação escolar, antes da década de 1930 o fator econômico determinava o acesso à escola, com as ideias escolanovista o acesso a ela passa a ser proclamado como um imperativo que deve ser garantido a todos, e as aptidões dos indivíduos devem ser respeitadas. Assim a “aptidão dos indivíduos” passa a ser proclamado como o elemento principal para a continuidade (ou não dos estudos), tendo o serviço de orientação educacional e para o trabalho servido como um instrumento eficaz para acomodação do indivíduo a sociedade.

Dentro deste contexto, os testes mentais e admissionais, ganharam sua relevância, uma vez que sendo a aptidão sendo justificada como o elemento central para a continuidade do ensino, somente os mentalmente preparados conseguiriam alçar níveis maiores de ensino. Tal discurso serviu para mascarar o fato que na verdade a escola continuava excludente, sendo privilégios de poucos.

As mudanças educacionais defendidas e idealizadas no período foram baseadas no enfoque filosófico da Escola Nova, que se proclamava ser a única capaz de conduzir a sociedade a vivenciar um processo democrático e atender os interesses políticos de modernização, com a concepção de que através da racionalização e da cientificidade seria possível a conquista e o desenvolvimento do país. Sendo a escola considerada “a salvaguarda” que levaria ao desenvolvimento da humanidade, o ideário escolanovistas, indica que a base para a democracia seria alcançada através de uma educação pública, laica e gratuita.

A RBEP, órgão oficial de divulgação do INEP sobre o que vinha sendo debatido, pesquisado e realizado na área da Educação no país, anunciou uma maior expansão do ensino público no país tanto em nível primário como secundário a partir de 1930. Apesar da expansão anunciada, é possível afirmar que o ensino primário não foi uma prioridade no período do governo de Getúlio Vargas, uma vez que entre *Ideias e Debates* no período, de concreto se assiste a assinatura do Fundo Nacional do Ensino Primário em 1942, sem, no entanto, ter sido estabelecido nenhuma verba orçamentaria, havendo sido regulamentado os percentuais somente em 1944, e postos em prática somente no governo de Gaspar Dutra (em 1946).

Entre discursos e ensaios, a RBEP noticia poucas concretizações em nível de governo federal no que tange ao financiamento do Ensino Primário. Como concretizações o que se observa é o fato dessa modalidade de ensino ter servido para a materialização da ideia de que era necessário inculcar o civismo e noções de higiene, bem como a preparação dos corpos, contribuindo desta forma para o fortalecimento de um Estado Nacional forte e desenvolvido. Sendo perceptíveis que sobre a ordem de organizar a educação, o governo federal acaba por criar medidas centralizadoras.

Com relação ao ensino secundário, foi possível perceber que esteve nas preocupações governamentais, tendo sido alvo de uma reforma em 1942, através do decreto-lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942. Com a reformulação do ensino secundário em dois ciclos ginásio e colégio, abre-se também a oportunidade para os filhos das classes trabalhadoras cursar o ensino secundário em sua primeira etapa – ginásio (desde que conseguisse passar no exame admissional após conclusão do primário) que continuava formando uma elite para a continuidade do ensino em nível superior, e os filhos da classe trabalhadora para tornarem-se mão-de-obra para a indústria que estava a se desenvolver no país e um segundo ciclo o ensino secundário de colégio.

Embora o discurso de que para continuidade do ensino bastava ter “aptidão”, na prática não era isso que acontecia, uma vez que como não havia escolas suficientes para “todos” criavam-se os testes admissionais. Com o término do ensino primário para continuidade do ensino secundário-ginásio, era necessário passar por exames admissionais, e para a continuidade do ensino secundário de colégio (curso clássico ou científico) era necessário passar novamente por exame de admissão, tolhendo assim os alunos das classes populares a continuidade dos estudos, pois não se tratava de “aptidão”, como amplamente destacada, mas de ter as mesmas condições, impossível para os muitos oriundos da classe trabalhadora que não tinham uma formação satisfatória para a progressão dos estudos.

Portanto, com a criação do ensino profissionalizante e com a reformulação do ensino secundário, ambos em 1942, exaltados como de grande feito pelo então Ministro Gustavo Capanema, cria-se na verdade um ensino não somente excludente como também dual, havendo a possibilidade das classes populares a continuidade do estudo, mas não havendo por parte do governo como absorver toda a demanda do ensino primário e posteriormente do ensino secundário ginásio para o ensino secundário de colégio e mais tarde para o ensino superior, a saída é a criação do ensino profissionalizante e os exames admissionais, eficiente e excludente. A dualidade vai se constituir no fato de haver um ensino profissionalizante que se equiparava ao ensino secundário de ginásio, dando oportunidade inclusive de o aluno pleitear

um curso superior desde que com características técnicas, ou melhor, o aluno do ensino profissional nunca poderia se tornar um médico ou advogado, pois o curso profissionalizante só dava o direito para continuar como técnico, se o aluno do curso profissionalizante quisesse outra via de formação era necessário pleitear e passar no exame admissional e ingressar no segundo ciclo denominado de colégio para então pleitear novamente novo exame para o ingresso no ensino superior na área de humanas.

Sobre a pretensa justificativa de formação de um lado o ensino técnico profissionalizante e do outro um ensino secundário em dois ciclos, o que se assiste na verdade é um ensino para conformar as massas, e um ensino voltado para a continuidade dos estudos em nível superior.

Sobre o ensino secundário, é possível afirmar que a tão sonhada escola secundária unificada, pretendida pelos pioneiros da escola nova, como forma de evitar a separação formativa entre trabalhadores e elite, continuou sem solução. Como também indicou o Manifesto dos pioneiros da Educação de 1932 o ensino secundário continua sendo “nas reformas escolares, o ponto nevrálgico da questão”.

É importante ressaltar que o ideal presente no manifesto dos pioneiros de uma escola única para todos não vai se efetivar no período, uma vez que com o término do ensino primário o aluno deveria se submeter a testes admissionais para a continuidade do ensino secundário em nível de ginásio, após o término desta etapa era novamente submetido a novos testes admissional, para a continuidade do ensino secundário em nível de colégio.

Tendo as ideias escolanovistas contribuído para o projeto de uma escola pública assumida pelo governo, não se pode afirmar que suas concepções foram concretizadas na íntegra pelo Estado; pois à medida que o governo assume a educação o faz sem previsão de orçamentos básicos, solicita, mas não aprova o plano nacional de educação, no entanto impões diretrizes para todos os níveis de ensino, como forma de forte controle estatal.

A ideia de uma educação voltada para toda população sempre reprisada nos discursos de Lourenço Filho, a luta por uma escola pública, laica e gratuita para todos sempre foi e continua sendo uma bandeira de luta atualíssima para a educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, A. **Os Objetivos da escola primária rural.** RBEP, Rio de Janeiro, INEP Vol. I nº 1, págs. 93-114. 1944.

ALVARENGA, Lúcia. **Contribuições para os estudos sobre a pesquisa educacional no Brasil: análise bibliométrica de artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1974),** RBEP, 2000. Disponível em <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/144/144>>. Acesso em 11 de setembro de 2015.

ANDRADE, Cesário de. **A Proteção da visão dos escolares.** RBEP, Rio de Janeiro, INEP Vol. I nº 3, págs. 341-360. 1944.

ARAÚJO, Maria Celina D'. **O Estado Novo (Coleção Descobrimo o Brasil).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. **Arquivo Público Mineiro.** Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=22. Acessado em 30 de maio de 2016.

AZEVEDO, Fernando *et al.* **O manifesto dos pioneiros da educação nova.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/Revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em 01 de setembro de 2015.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 16 de Julho de 1934). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm> Acesso em Dezembro de 2015. 1934.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1937).** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm> Acesso em Dezembro de 2015. 1937a.

_____. **Decreto-Lei Nº 1.545, de 25 de Agosto de 1939,** Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em abril de 2016. 1939.

_____. **Decreto-Lei Nº 4.958, de 14 de Novembro de 1942,** Institui o Fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário. <[Http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4958-14-novembro-1942-414976-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4958-14-novembro-1942-414976-publicacaooriginal-1-pe.html)> Acesso em março de 2016. 1942.

_____. **Decreto-lei nº 580, de 30 de julho de 1938**, Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924-norma-pe.html>> Acesso em novembro de 2015. 1938.

_____. **Decreto-Lei Nº 6.785, de 11 de Agosto de 1944**, Cria os recursos para o Fundo Nacional do Ensino Primário, e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6785-11-agosto-1944-382881-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em março de 2016. 1944.

_____. **Decreto-Lei Nº 8.529, de 2 de Janeiro De 1946**, Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em março de 2016. 1946^a.

_____. **Decreto-Lei Nº 8.621, de 10 de Janeiro De 1946**, Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providencias. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8621-10-janeiro-1946-416555-norma-atualizada-pe.html>> Acesso em junho de 2016. 1946b.

_____. **Decreto-Lei Nº 4.048, de 22 de Janeiro de 1942**, Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14048.html> Acesso em junho de 2016. 1942.

_____. **Lei Nº 378, de 13 de Janeiro De 1937**, Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em dezembro 2015. 1937b.

CAPANEMA, Gustavo. **Apresentação. RBEP**, Rio de Janeiro, INEP Vol. I nº 1, p. 3. 1944.
 CARVALHO, Viviane Batista. **As influências do pensamento de John Dewey no Cenário Educacional Brasileiro**. *Revista Redescrições*, ano 3, n.1, p. 58-77, 2011. Disponível em: <http://www.gtpragmatismo.com.br/redescricoes/redescricoes/ano3_01/4_carvalho.pdf>. Acesso em 21 de agosto de 2015.

_____. **Confederação dos Trabalhadores em Educação – CNT**. Disponível em: < <http://www.cnte.org.br/index.php/lutas-da-cnte/piso-salarial-e-carreira/11802-cnte-divulga-tabela-atualizada-dos-estados-que-nao-respeitam-integralmente-a-lei-do-piso.html>>. Acesso em 27 de dez. 2014.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS; Maria Helena Camara (Orgs). **Educação em Revista**. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras. p. 5-10. 1997

CHILDS, John L. **Democracia e método educacional, RBEP**, Rio de Janeiro, INEP, Vol. II, nº 5, págs. 206-211. 1944.

CORRÊA, Denise A. **Ensinar e aprender educação física na ‘Era Vargas’: lembranças de velhos tempos de professores**. In: VI EDUCERE – Congresso Nacional de Educação – PUCPR – PRAXIS, 2006, Curitiba.

DANTAS, Andréa Maria Lopes. **A Urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos Bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: A Gestão Lourenço Filho (1938-1946)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP, 2001.

_____. **Crônicas de uma Reforma Anunciada: uma análise da seção Estudos e Debates da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos anos de 1961-1962 e 1972-1973**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP, 1997.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os Reformadores Empresariais da Educação: Da Desmoralização do Magistério à Destruição do Sistema Público de Educação**. Educ. Soc., Campinas, v.33, n.119, p.379 – 404, abr-jun, 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>> Acesso em 20 de junho de 2016.

FREITAS, M. A. Teixeira de. **Novos Objetivos para a Educação no Brasil** – RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. IV, nº 12. págs. 316-360. 1945.

GANDINI, Raquel P.C. **Intelectuais, Estado e educação: a RBEP de 1944 a 1952**. Campinas (SP): Editora da Unicamp.

GATTI, B.A.; BARRETO, E.S.S; ANDRÉ M.E.D.A. **Políticas docente no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/452/457>>. Acesso em 27 de abril de 2015.

GÓES SOBRINHO, José Faria. **Educação, humanismo, cultura**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. IX, nº 25, págs. 282-296. 1946.

GOMES, Francisco A. Magalhães. **Educação e universidade**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. VIII, nº 22, págs. 140-148. 1946.

HALL, Margaret E. **Importância do diagnóstico educacional**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. VIII, nº 23, págs. 258-268. 1946.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **A Educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)**. Brasília, INEP, 1987.

_____. **RBEP: 1945 a 1946, Vol. I a Vol. VIII, Revistas nº 1 a 25**. Rio de Janeiro, INEP, Brasil. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/subcategoria/1/page/1/item_page/5> Acesso em 27 de junho de 2016.

JARDIM, Germano. **A coleta da estatística educacional (I)**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. I, nº 3, págs. 361-370. 1944.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A educação, problema nacional**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. I, nº 1, págs. 7-28. 1944.

_____. **A psicologia ao serviço da organização**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. VI, nº 17, págs. 183-212. 1945.

_____. **Orientação educacional**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. V , nº 13, págs. 5-20. 1945.

_____. **Testes ABC: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita** /. – 13. ed. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 201p. – (Coleção Lourenço Filho, ISSN 1519-3225;9) Disponível em <http://www.univale.com.br/unisite/img/Revistas/Testes_abc.pdf> Acesso em 04 outubro de 2015.

_____; HILDEBRAND, Armando. **São necessários os exames escolares**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. IV , nº 10, págs. 51-54. 1944.

LUSTOSA, Irene. **A Criança de 7 anos através dos testes mentais aplicados em Belo Horizonte**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. III, nº 8, págs. 157-175. 1945.

MAIA, Jacyr. **Provas para seleção de calculista**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. II, nº 4, págs. 70-78. 1944.

MONACHA, Carlos. **‘Lourenço Filho e a Biblioteca de Educação (1927-1941)’** In Monarcha, Carlos (org.) Lourenço Filho: outros aspectos mesma obra. Campinas: Mercado das Letras UNESP. 1997.

MARIA, Simone Utida dos Santos Amadeu [et al]. **Manual de normatização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Ed. UFPR, Curitiba, 2015.

NEIVA, Álvaro. **A Escola Secundária e a formação de atitudes democráticas**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP Vol. I, nº3, setembro, págs. 371-375. 1944.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas**. Disponível em <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>> Acesso em 02 de junho de 2016. 2005.

PESSOA, Maria Alice Moura. **Aplicação dos “Testes ABC” em crianças indígenas, terenas e caiuás de Mato Grosso**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. III, nº 8, págs. 191-207. 1945.

PIMENTA, Selma Garrido. **Evolução Histórica da Orientação Educacional no Estado de São Paulo**. R. Faculdade de Educação, São Paulo 18 (1/2): 82 – 98. Jan/dez, 1990.

PLANCHARD, Emile. **Dificuldades escolares e pedagogia clínica**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. V, nº 14, pág. 186-205. 1945.

PLANCHARD, Emilio. **Dificuldades escolares e pedagogia clínica**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP – Vol. V, nº 14, pág. 186-205. 1945.

RBEP, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Catálogo da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. (Do nº 1 – Volume I (junho de 1944) ao nº 44 – Volume XVI (dezembro de 1951)). Rio de Janeiro, INEP, págs. 1-172. 1952.

_____. **Fundo Nacional de Ensino Primário e Convênio Nacional de Ensino Primário.** RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. III, n.º 9, págs. 393-442. 1944a.

_____. **Lei Orgânica do Ensino Primário e do Ensino Normal.** RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. VII, n.º 20, págs. 260-287. 1946.

_____. **O Moderno Ensino da Higiene RBEP.** Rio de Janeiro, INEP, Vol. III, n.º 9, págs. 377-175. 1945.

_____. **Primeira Conferência de Ministros E Diretores de Educação das Repúblicas Americanas.** RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. I, n.º 2, págs. 226-280. 1944b.

SAVIANI, Demerval. **O Inep, o diagnóstico da educação brasileira e a RBEP.** Brasília, Vol 93, n.º 234 (número especial), pág. 291-322, maio/ago. 2012. Disponível em <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/2681/1825>> Acesso em 19 de janeiro de 2016.

SILVA, Júlio Cádio da. **História do nascimento dos estudos das culturas de origem africanas nas Américas (1930 1940).** Disponível em <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276539148_ARQUIVO_oARTIGOANPHU2010.pdf> Acesso em 15 de maio de 2016.

SONNEWEND, Paulo. **O Trabalho escolar por equipes – Vol. VI, n.º 18, dezembro, págs. 406-415.** 1945.

SPÍNDOLA, Rita de Cássia Souza; DAVID, Alessandra. **Os periódicos editados pela diretoria geral de Instrução Pública do Estado de São Paulo e O ideal de Democracia (1930-1931).** Disponível em <<http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/223/116>> Acesso em 24 de junho de 2016.

VEIGA, A. César. **Comprovação e aplicação dos conhecimentos.** RBEP, Rio de Janeiro, INEP Vol. VI n.º 17, págs. 257-268. 1945.

VELOSO, Elias Dias. **Apresentação das questões nas provas de nível mental.** RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. I, n.º 2, págs. 213-218. 1944.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. **A formação do Professorado.** RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. VIII julho-agosto, n.º 23, págs. 245-257. 1944.

_____. **Contribuições norte-americana à educação no Brasil.** RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. IX, n.º 25. Pág. 229-266. 1946.

VIDAL, Diana Gonçalves. **80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate** <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1177.pdf>>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

VIEIRA, Alboni Marisa D. Pianovski. As condições de produção do discurso em Getúlio Vargas e a cultura escolar, *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 5, n.14, p.191-205, jan./abr. 2005. Disponível em <www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=685>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

WASHBURNE, Carleton. **A Pesquisa na educação**. RBEP, Rio de Janeiro, INEP, Vol. II, nº 4, outubro, págs. 65-69. 1944.

ANEXOS

RBEP - Títulos e autores da seção *Ideias e Debates*

Vol. I, Nº 1, Julho de 1944	
Título	Autores
A educação, problema nacional	Lourenço Filho
Os objetivos da escola primária rural	A. Almeida Júnior
Como pode a escola contribuir para a formação de atitudes democráticas?	Helena Antipoff
A linguagem no pré-escolar	Heloísa Marinho
A educação no após-guerra	Humberto Bastos
Provas mentais na seleção dos servidores públicos	Jacyr Maia

Vol. I, Nº 2, Agosto de 1944	
Título	Autores
A educação para o pós-guerra	A. Carneiro Leão
As universidades e a defesa da civilização ocidental	Leonel França, S.J.
Aspectos atuais da psicologia e pedagógica do trabalho	Emílio Planchard
Aspectos do ensino numa universidade norte-americana	M. Marques de Carvalho
A apresentação das questões nas provas de nível mental	Elisa Dias Veloso

Vol. I, Nº 3 Setembro de 1944	
Título	Autores
A proteção da visão dos escolares	Cesário de Andrade
A coleta da estatística educacional	Germano Jardim
A escola secundária e a formação de atitudes democráticas	Álvaro Neiva
Assuntos Predominantes na linguagem do pré-escolar	Heloísa Marinho
A escola primária e a aritmética	Alcimar Terra

Vol. II, N.º 4, Outubro de 1944	
Título	Autores
Instrução pública na Colônia e no Império (1500- 1889)	Raul Briquet
Estudo e ensino da sociologia	Donald Pierson
A pesquisa na educação	Carleton Washburne
Provas para seleção de calculistas	Jacyr Maia
A "Arte Moderna" educa?	Celso Kelly e Lourenço Filho

Vol. II, N.º 5, Novembro de 1944	
Título	Autores
A Margem dos "Pareceres" de Rui sobre o ensino	<i>Lourenço F ilho</i>
Democracia e método educacional	<i>John L. Childs</i>
A política de educação de Alberto Torres	<i>Rui Guimarães de Almeida</i>
A coleta da estatística educacional	<i>Germano Jardim</i>
A Faculdade de Educação da Universidade de Harvard	<i>Milton da Silva Rodrigues</i>
A disciplina na escola secundária	<i>Paulo Arbousse-Bastipe</i>
A educação na China	<i>C. Q. Afnd.T,</i>

Vol. II, N.º 6, Dezembro de 1944	
Título	Autores
Política americana de educação	José Augusto
Sumário histórico da educação no Estado do Ceará	Djacir Menezes
Os museus de arte na educação	Regina M. Real
O problema do assistente nas instituições de educação superior	Ernesto de Souza Campos
A geografia e o professor	Moisés Gicovate
In memóriam: Jônatas Serrano, educador	F. Venâncio Filho

VOL. III, Nº 7, JANEIRO, 1945	
Título	Autores
O processo educacional e o negro brasileiro	Donald Pierson
Principais fatores na formação e desenvolvimento das universidades	Ernesto de Souza Campos
Conceito biológico de educação	Faria Góis Sobrinho
Observação de pré-escolares	Betti Katzenstein
O conceito de "sociedade" entre nossos escolares	Marie Louisi Peeters

Vol. III, N.º 8, Fevereiro, 1945	
Título	Autores
A educação e a biblioteca	Hahnemann Guimarães
A criança de 7 anos através dos, testes mentais aplicados em Belo Horizonte	Irene Lustosa
Alguns problemas de perturbação de carácter	Ofélia Boisson Cardoso
As Missões Culturais	J. Orlandi
Aplicação dos "Testes ABC" em crianças indígenas, terenas e caiuás, de Mato Grosso	Maria Alice Moura Pessoa
O ensino industrial em São Paulo	Horácio Silveira

Vol. III, N.º 9, Março, 1945	
Título	Autores
A universidade e a investigação científica	Bernardo A. Houssay
A educação e o pós-guerra	Celso Kelly
Estudo e ensino da Antropogeografia ou Geografia Humana (Geografia Antrópica)	Moysés Gitovate
Aspectos biológicos do crescimento mental	Faria Góis Sobrinho
História da educação física no Brasil — I. Período Colonial	Inezil Pena Marinho

Vol. IV, N.º 10, Abril, 1945	
Título	Autores
A Educação Rural Nos Estados Unidos	<i>Frank W. Cyr</i>
Ilusões E Realidade Do Mundo Pedagógico	<i>Juan Mantovani</i>
São Necessários Os Exames Escolares?	<i>Lourenço Filho e Armando Hildebrand</i>
História Da Educação Física No Brasil. II. O Império	<i>Inezil Pena Marinho</i>

Vol. IV, N.º 11, Maio, 1945	
Título	Autores
Assimilação e educação	<i>Emílio Wiliems</i>
Inquérito sobre as qualidades do professor	<i>Everardo Backheuser</i>
O vocabulário ativo na criança pré-escolar	<i>Heloisa Marinho</i>
Passado o presente de nosso ensino industrial	<i>João Luderitz</i>
A coleta da estatística educacional (III)	<i>Germano Jardim</i>
História da Educação Física no Brasil — III. República (1ª fase)	<i>Inezil Pena Marinho</i>

Vol. IV, N.º 12, Junho, 1945	
Título	Autores
As técnicas de produção do livro e as relações entre mestres e discípulos	Fernando de Azevedo
Novos objetivos para a educação no Brasil	M. A. Teixeira de Freitas
Os Colégios da Juventude na Inglaterra	P. I. Kitchen.
O ensino primário em São Paulo de 1934 a 1943 366	João Carlos de Almeida
História da Educação Física no Brasil — III. Brasil República (3.a fase)	Inezil Pena Marinho

Vol. V, N.º 13, Julho, 1945	
Título	Autores
Princípios e práticas da orientação educacional e profissional de ensino técnico	National Vocational Guidance Association, (Tradução Lourenço Filho).
Orientação educacional e oportunidades de educação	Manuel Marques de Carvalho
Orientação e capacidade física	Pierre Mazel e Henri Naussac
Orientação e nível mental	Jacyr Maia
Orientação e o problema das aptidões	Adrian Rondileau
A formação do orientador educacional	Isabel Junqueira Schmidt,
A orientação profissional nos congressos internacionais	Julien Fontégne,
Por que escolhem os moços a Faculdade de Direito?	A. Almeida Júnior,

Vol. V, N.º 14, Agosto, 1945	
Título	Autores
O problema da educação do adulto	Lourenço Filho
Dificuldades escolares e pedagogia clínica	Emile Planchard,
Instituição de um Departamento Internacional de Educação	Carneiro leão,
Evolução do ensino técnico-industrial no Brasil	Adolfo Morales de los Rios Filho,
A educação equatoriana e seus problemas	Júlio Larrea
Dos perfis caracterológicos como elemento de educação democrática	Helena Antipoff

Vol. V, N.º 15, Setembro, 1945	
Título	Autores
Educação e educação física	Lourenço Filho
Necessidade do estudo da criança no lar e na escola	Ernesto Néelson,
Concepção e expressão na criança	Betti Katzenstein
Fontes para a história da educação no Brasil	F. Venâncio Filho
Brício Cardoso e o ensino normal era Sergipe	José Calasans

Vol. VI, N.º 16, Outubro, 1945	
Título	Autores
Ensino e biblioteca	Lourenço Filho
A conduta da criança na escola e como observa-la	Gertrudes Driscoll
Alfabetização e instrução no Distrito Federal	Giorgio Mortara
A preparação do fator humano para a indústria	Roberto Mange
A alimentação nos parques infantis de São Paulo	Nicanor Miranda
A Universidade de São Paulo em 1944	Murilo Mendes

Vol. VI, N.º 17, Novembro de 1945	
Título	Autores
A psicologia ao serviço da organização	Lourenço Filho,
A geopolítica no estudo da geografia e da história	Moisés Gicovate
A educação pública no Chile.	Salvador Fuentes Vega
Alfabetização e instrução no Município de São Paulo	Giorgio Mortara
Comprovação e aplicação de conhecimentos	A. César Veiga

Vol. VI, N.º 18, Dezembro de 1945	
Título	Autores
Estudos regionais e problemas sociais	Charles Wagley
A educação no Brasil colonial	Hélio Vianna.
Edifícios escolares para internatos.	Meton de Alencar Neto
O trabalho escolar por equipes	Paulo Sonnewend,
Aplicação dos métodos psicopedagógicos no estudei das fugas infantis	Maria I. Leite da Costa,
Educação secundária no Chile	Rubén González Rios

Vol. VII, N.º 19, Janeiro de 1946	
Título	Autores
O problema da educação nacional	<i>Eurico Gaspar Dutra,</i>
A educação para a vida nacional	<i>Luís REISSIG,</i>
A educação musical em 14 repúblicas americanas	<i>Vanett Lawler</i>
A sala ambiente de história na escola secundária para cegos	<i>Irene Da Silva Melo Carvalho,</i>
Princípios de higiene pedagógica aplicados às construções escolares e ao material escolar	<i>Massillon Sabóia</i>
A educação higiênica no lar	<i>A. Almeida Júnior,</i>

Vol. VII, N.º 20, Fevereiro de 1946	
Título	Autores
Formação do homem brasileiro como trabalhador e cidadão da democracia	M. A. Teixeira de Freitas.
A Escola Normal de São Paulo e a sua evolução.	A. Almeida Júnior,
Perspectiva histórica dos ideais de educação no Brasil	Raul J. Bittencourt,
A tuberculose entre os escolares	Valois Souto,
Pragmatismo e educação — Origens do pragmatismo	Adrian Rondileau,

Vol. VII, N.º 21, Março/Abril de 1946	
Título	Autores
O nacionalismo e o universalismo na cultura	Fernando de Azevedo
Educação, pesquisa e filosofia	Benno Daniel Silberschmidt.
A coleta da estatística educacional (IV)	Germano Jardim,
A educação primária no Chile	Rubén González Rios
A margem de um congresso juvenil	Betti Katzenstein.

Vol. VIII, N.º 22, Maio/Junho de 1946	
Título	Autores
A Constituição e a educação	Alfredo Gomes
Signos, de .inteligência no psicodiagnóstico miocinético, de Mira	Mama A. Carbonell de Grampone
Emprego dos testes de escolaridade na Escola Paulista de Medicina	Hélio Lourenço de Oliveira e Walter Pereira Leser
A psicologia e o trabalho.	João Carvalhaes,
A pedagogia dos domínios.	José Maria Gaspar

Vol. VIII, N.º 23, Julho/Agosto de 1946	
Título	Autores
Os problemas do ensino secundário.	Antônio Grompone
A formação do professorado.	F. Venâncio Filho,
Importância do diagnóstico educacional	Margaret Hall,
As universidades no mundo de amanhã	Fernando de Azevedo,
O ensino das ciências nas escolas primárias.	Vitor Staviarski

Vol. VIII, N.º 24, Setembro/Outubro de 1946	
Título	Autores
O interrogatório didático.	<i>Luiz Narciso Alves de Maios</i>
O valor do labirinto manual de Rey para a avaliação da educabilidade	<i>Maria I. Leite da Costa,</i>
O excesso de escolas normais no Estado de São Paulo	<i>A. Almeida Júnior</i>
Medidas de aproveitamento	<i>Iza Goulart Macedo</i>
Os jogos dirigidos na educação integral.	<i>Ruth Gouvêa</i>

Vol. VIII, N.º 25, Novembro/Dezembro de 1946	
Título	Autores
Contribuição norte-americana à educação no Brasil	<i>Francisco Venâncio Filho.</i>
Dois povos: dois pólos no ideal educativo	<i>Juan Crospeza</i>
Educação, humanismo, cultura.	<i>Faria Góes Sobrinho</i>
Educação romana.	<i>Augusto Veloso,</i>
Dramatizações escolares.	<i>Antônio Benedito de Carvalho</i>